

e-hum

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ISBN 1984-767X

Belo Horizonte, vol. 9, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2016 - [www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

Dossiê: ACESSO “Violência e Gênero na População LGBTQTQIA no Brasil”

Joaquim Eneidino, vítima de brutal agressão, e que

permanente assistência médica. Transportado para a Casa de Saúde de São José, expirou, na madrugada de ontem.

CRIME MISTERIOSO

As autoridades da Delegacia de Se-

o comerciante e momentaneamente, era v... mais, no bairro... cia prendeu var... nbeciam o con... lio Machado M... era amigo ini... souberam expl...

Preço Cr\$ 1,50

**Editor Responsável**

Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto

Conselho Editorial

Ana Rosa Vidigal Dolabella
Helivane de Azevedo Evangelista
Natália Dias Andrade
Rodrigo Barbosa Lopes

Conselho Consultivo

Alexandra do Nascimento Passos, Centro Universitário UNA,
Alexandre Bonafim Felizardo, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Aline Magalhães Pinto, Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ
Daniel Barbo, Universidade Federal de Alagoas- UFAL
Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Jonis Freire, Universidade Federal Fluminense - UFF
Jorge Luiz Prata de Sousa, Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Júlio César Meira, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Lana Mara de Castro Siman, Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG/FAE
Lucília Regina de Souza Machado, Centro Universitário UNA
Margareth Vetus Zaganelli, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira, Universidade Federal de Alagoas - UFA
Maria de Deus Manso, Universidade de Évora, Portugal
Rafael Sumozas Garcia-Pardo, Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha
Renato Silva Dias, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Sérgio Henriques Zandona Freitas, Universidade FUMEC
Vanicléia Silva Santos, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Wânia Maria de Araújo, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Wellington de Oliveira, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Centro Universitário de Belo Horizonte**Vice-reitora:** Carolina Marra Simões Coelho**IED- Instituto de Educação****Diretora:** Cinthia Tamara Vieira Rocha**Departamento de História****Coordenador:** Rangel Cerceau Netto**Pesquisa e Extensão****Coordenador:** Rodrigo Barbosa Lopes**Diagramação**

Rangel Cerceau Netto

Contato:**ehum****Revista da Pós-Graduação UNIBH**

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: ehum.revista@gmail.com / ehum@unibh.br**home page:**<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>



Sumário

Editorial

Dossiê Violência e gênero na população LGBTTTQIA no Brasil.	05
Dossier Violence and gender in the LGBTTTQIA population in Brazil	

Artigos

A democracia ateniense e nós	08
"The Athenian democracy and us" the Moderns, and Ancient Athenian democracy"	

A defesa do nacionalismo para o país na Revista Brasiliense: os intelectuais em ação . .	32
The defense of nationalism for the country in Revista Brasiliense: the intellectuals in action.	

As Políticas Públicas do Programa Nacional do Livro Didático do Campo no Brasil . .	39
The Public Policies of the National Field Textbook Program in Brazil	

Noam Chomski e o jornalismo: Linguista, ativista e analista de conteúdo.	54
Noam Chomsky and journalism: Linguist, activist and content analyst.	

Dossiê: Violência e gênero na população LGBTTTQIA no Brasil

Homofobia: uma praga cristã	66
Homophobia: a Christian plague	

A experiência do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia: ações a favor de uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário.	74
The experience of the extension project Unite against LGBTfobia: actions in favor of a culture of respect for sexual and gender diversity in the university environment	

Cantarella e Cambiano: historiografia essencialista do homoerotismo grego	83
Cantarella and Cambiano: essentialist historiography of Greek homoerotism.	

Um Febrônio Belo-Horizontino? O caso Guaraci do Nascimento	93
A Febronio Belo-Horizontino? The Guaraci do Nascimento case	



Agradecimento aos pareceristas:

ehum agradece aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Ana Claudia Junqueira Chiaretto (UNIBH)

Ana Rosa Vidigal Dolabella (UNIBH)

Anne Navarro(UNIBH)

Alexandra Nascimento (UNA)

Heliane de Azevedo Evangelista (UNA/UNIBH)

Igor Bruno Cavalcante dos Santos (UFOP)

Jairo Venicio Carvalhais de Oliveira (UFMG)

Josimar de Mendonça (UFMG)

Luiz Morando (UNIBH)

Luis Filipe Arreguy Soares (UNIBH)

Loque Arcanjo Júnior. (UNIBH)

Luísa Teixeira Andrade (UEMG)

Maurício Silva Júnior (FAPEMIG/UNIBH)

Rangel Cerceau Netto (UNIBH)

Rodrigo Barbosa Lopes (UFU/UNIBH)

Sérgio Henriques Zandoná Freitas (FUMEC)

Soélis Teixeira do Prado Mendes (UFOP)

Solange Maria Moreira Campos (UNIBH)



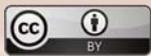
Editorial

Dossiê Violência e gênero na população LGBTTQIA no Brasil **Dossier Violence and gender in the LGBTTQIA population in Brazil**

É com satisfação que apresentamos a décima sexta edição do periódico E-Hum, referente ao segundo semestre de 2016. Neste editorial comemoramos a inclusão da E-Hum em catálogos on-line de quase cem (100) bibliotecas espalhadas pelo mundo. De certa maneira, esse resultado confirma a internacionalização do periódico que viabiliza conteúdo científico de qualidade em língua portuguesa. Agradecemos os nossos colaboradores e compartilhamos o sucesso da revista com os membros de nossos conselhos executivo e científico e, também, com os organizadores de dossiês, autores, avaliadores e leitores. Seguindo a tradição multidisciplinar da revista na área de humanidades, buscamos, nesta edição, denunciar a violência de gênero sofrida pela população brasileira LGBTTQIA. Na seção de artigos livres apresentamos quatro contribuições com temáticas distintas, mas que são articuladas juntamente com o Dossiê pela dinâmica do ativismo.

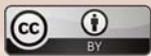
Iniciamos o periódico veiculando um ensaio que faz reflexão sobre os tempos difíceis da nossa democracia. Nesse contexto, voltar a indagar os Gregos, os verdadeiros fundadores dessa prática de governo, torna-se um exercício instigante para pensarmos os problemas e dificuldades atuais de nossos regimes democráticos. Convidamos o Professor Titular de História Antiga da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), José Antonio Dabdab Trabulsi, para contribuir com o debate sobre alguns pontos necessários para a existência de democracias. O seu texto “A democracia ateniense e nós” faz uma análise madura, comparativa e reflexiva dos princípios democráticos dos antigos atenienses com as práticas democráticas da contemporaneidade. Seguindo as contribuições nos enviadas, Glauber Eduardo Ribeiro Cruz analisa os intelectuais brasileiros na década de 1950. O seu artigo estuda os impressos da Revista Brasiliense para focar a ação dos intelectuais na defesa do nacionalismo em temas como: modernização, urbanização, explosão demográfica e aspirações de participação na política e na literatura. A terceira contribuição volta-se para as políticas públicas que promovem o Programa Nacional do Livro Didático. Wellington de Oliveira e Paulina Barbosa de Sousa buscam analisar o Livro Didático como um produto ideológico fruto da cultura e das práticas comerciais. Nesse contexto, os autores relacionando a dialética entre campo-cidade, fazem análises da produção de livros didáticos buscando constituir um guia para a população campesina. Finalizando a contribuição da seção de artigos livres, Rafael Duarte Oliveira Venâncio estuda o jornalismo e o discurso do ativismo de Noam Chomsky. Utilizando-se da metodológica da análise do discurso da linguística, o autor demonstra como o modelo de propaganda de hoje está intimamente ligado à linguagem crítica do ativismo de Chomsky. Enfim, a referida edição volta-se para a crítica e a militância política que denuncia a violência de gênero no Brasil. Então, no intuito de conhecer as dimensões políticas da banalização e da crueldade da violência de gênero em diferentes nuances, apresentamos o Dossiê: Violência e gênero na população LGBTTQIA no Brasil, organizado pelo professor e ativista Luiz Gonzaga Morando Queiroz.

A cada ano, tornam-se mais visíveis as ações de discriminação contra gênero no Brasil. Nesse campo, as ações de violência contra as identidades de gênero sexual crescem em um gradiente sempre mais alarmante, atingindo todo o espectro representado na sigla LGBTTQIA: lésbicas, gays, bis-



sexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais e assexuais. O Grupo Gay da Bahia (GGB) iniciou, desde suas origens, em 1980, o registro de assassinatos contra a população LGBTTQIA divulgados pela mídia. A contabilização dos casos foi se tornando mais sistemática à medida que uma rede de colaboradores foi se formando. Em janeiro deste ano, o GGB divulgou os dados de 2016. Destaco os seguintes números de seu relatório: 342 pessoas do segmento LGBTTQIA foram assassinadas em 2016 no país. Entre elas, contam-se 172 gays, 144 transgêneros (travestis e transexuais), 10 lésbicas. São Paulo é o estado que concentrou o maior número de casos: 49. Minas Gerais contabilizou 21 casos. Em termos comparativos: em 2000, foram contabilizados 130 assassinatos; em 2010, 260 casos; em 2016, 342 casos. Por fim, esses dados permitem afirmar que uma pessoa do segmento LGBTTQIA foi morta a cada 25 horas no país em 2016! Nas últimas três décadas, foram efetuados 5.266 assassinatos contra a população LGBTTQIA no Brasil!¹ Paralela à violência física e fatal, cuja consequência final é a morte, dissemina-se um processo de violência verbal e moral traduzido por humilhações, achincalhes, xingamentos, silenciamentos, constrangimentos, deboches, exclusões, ofensas, negação de direitos, extorsões - enfim, toda sorte de ações que restringem os direitos sociais e civis desse segmento. É esse quadro de limitação e/ou supressão de direitos e da vida que se passou a denominar LGBTfobia. Nesse sentido, o Centro Universitário de Belo Horizonte, por meio de sua revista eletrônica E-hum, elegeu como tema de seu dossiê para este número questões relacionadas a gênero e violência contra o segmento LGBTTQIA ou que sejam conexas a essa questão. Sendo assim, foram reunidos quatro artigos neste dossiê. O antropólogo, professor titular aposentado da UFBA e decano do movimento LGBT no Brasil, Luiz Mott, colaborou gentilmente com o artigo “Homofobia: uma praga cristã”. Em seu texto, Mott defende que a LGBTfobia é inspirada e legitimada pelas três religiões abraâmicas - judaísmo, cristianismo e islamismo -, podendo ser colocada no mesmo patamar do machismo, da misoginia, do racismo e da xenofobia. O autor aponta dez aspectos que sustentam e dão origem, no campo da religião, ao ódio irracional à diversidade sexual. Ao final, Mott propõe seis medidas sistemáticas para erradicar a LGBTfobia. Produzido a seis mãos, o artigo “A experiência do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia: ações a favor de uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário” foi escrito pelo professor do curso de Jornalismo da Una, Roberto Alves Reis, coordenador do projeto de extensão, e os graduandos Jacson Dias e Gael Benitez. Originado em 2011 no Centro Universitário Una, o projeto Una-se contra a LGBTfobia se propõe a desenvolver ações que fomentem o respeito, no ambiente universitário, aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero do segmento LGBTTQIA. Os autores relatam as sete principais ações desenvolvidas e seus resultados. O artigo seguinte é de autoria do professor e historiador Daniel Barbo, doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “Cantarella e Cambiano: historiografia essencialista do homoerotismo grego”. Barbo se debruça sobre as inadequações que a posição essencialista de dois historiadores contemporâneos, Eva Cantarella e Giuseppe Cambiano, acarreta para os estudos do homoerotismo grego. A visão essencialista defende a sexualidade como uma essência do ser humano, independente da sociedade e da cultura em que se vive. Esse tipo de visão transpõe para eras passadas conceitos modernos, criando incoerências metodológicas e conceituais. Além disso, pode contribuir para a cristalização de posições ideológicas mais conservadoras e refratárias ao campo dos direitos humanos. Por fim, o quarto artigo, “Um Febrônio belo-horizontino: o caso Guaraci do Nascimento”, foi preparado pelo professor do curso de Letras do Uni-BH, Luiz Morando. Pesquisador sobre a formação das identidades do segmento

¹ Esses dados e mais informações podem ser acompanhados pelo site <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>, administrado pelo GGB.



LGBTTQIA em Belo Horizonte, Morando resgata o caso do ‘pederasta’ Guaraci do Nascimento. Sua intenção é apontar uma falha aparentemente insanável (uma vez que recorrente em outros casos do período) do aparato policial, judiciário, médico-psiquiátrico e penal no atendimento de um indivíduo que se torna uma espécie de símbolo da representação estreita (e equívoca) entre doença e homossexualidades. Boa leitura, caro leitor, e obrigado pelo contato.

 <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Rangel Cerceau Netto

Editor da Revista e-hum e Organizador do Dossiê <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>

 <https://orcid.org/0000-0002-9315-0299>

Luiz Gonzaga Morando Queiroz.

Organizador do Dossiê

Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte.

Dossiê: ACESSO

“Violência e Gênero na População LGBTTQIA no Brasil”

Joaquim Paolino vítima de brutal agressão, e que

permanente - assistência médica. O crime ocorreu em
Tramandaí para a Casa de Deus de São José, esposa, na madrugada de ontem.

CRIME MISTERIOSO

As autoridades da Delegacia de Segurança Pessoal tentaram tomar as

o cometeu a violência. era
mas, no bairro, a polícia prendeu
narcotráfico e o caso do Machado M
era amigo im
nubrem expl

Preço Cr\$ 1,50

de

ME

A democracia ateniense e nós. The Athenian democracy and us the Moderns, and Ancient Athenian democracy



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.2144>

José Antonio Dabdab Trabulsi

Professor Titular em História Antiga da UFMG

dabdabtrabulsi@fafich.ufmg.br



Recebido em: 10/02/2017 – Aceito em: 12/03/2017

Resumo: A proposta do ensaio constitui em examinar comparativamente a realidade da democracia ateniense com os princípios e problemas da democracia atual. Assim, busca-se constituir um parâmetro de análise que seja pelo menos útil para pensar os próprios dilemas políticos atuais. A escolha de pontos comparativos nos quais a experiência antiga pode ser preciosa para discutir pontos especialmente sensíveis, como: a liberdade, a relação do cidadão com o governo, a cidadania e sociedade, a classe política, o controle dos governantes, a democracia direta e a democracia e o financiamento.

Palavras-chaves: Democracia ateniense; democracia moderna; a política grega, representação cidadã.

Abstract: The purpose of this essay is to examine comparatively the reality of Athenian democracy with the principles and problems of modern democracy. Thus, it is sought to constitute a parameter of analysis that is at least useful for thinking about the current political dilemmas themselves. The choice of comparative points in which the old experience may be valuable to discuss particularly sensitive points, such as: freedom, citizen's relationship with government, citizenship and society, the political class, control of rulers, direct democracy and Democracy and financing.

Keywords: Athenian democracy; Modern democracy; The Greek politics, citizen representation.

A democracia de tipo eleitoral-representativo está ofegante, e eu penso que suas importantes limitações fazem dela uma forma política desde já inadaptada ao mundo atual, e totalmente incapaz de nos satisfazer no mundo de amanhã. Há caminhos e soluções possíveis, diferentes entre si, por vezes conciliáveis, outras vezes não. Algum tempo depois da publicação do meu livro sobre a democracia antiga (Dabdab Trabulsi, 2006) e de outras abordagens estimulantes, penso ser útil voltar ao assunto.

Alguns observadores apostam unicamente numa reforma, com manutenção, em grandes linhas, no estado atual, da democracia representativa. Eu estimo que isso não basta, apesar de ser incontestável que uma reforma urgente e profunda desse modelo é necessária. Outros analistas, como P. Rosanvallon (Rosanvallon, 2006) apostam num crescimento forte dos contrapoderes de todo tipo, que acabarão mudando a democracia do interior, atingindo um novo equilíbrio num patamar superior de satisfação e de eficiência. Eu não acredito muito nessa previsão, mas isso sem dúvida pode ser tentado, e, segundo este autor, isso já está em grande parte em ação. Podemos também considerar a democracia participativa, que conheceu vários esboços, várias tentativas de aplicação setorial,

quase sempre a nível local. No Brasil, sabemos que isso deu bons resultados no início, mas depois perdeu vigor quando o passo seguinte, ou seja, a ampliação da experiência para além do limite municipal, foi descartada pelos idealizadores da prática. Ora, a cidade grega antiga foi um modelo de participação direta, e a democracia ateniense uma experiência de democracia direta. Uma democracia que, é verdade, não foi para todos (mas as nossas não foram e continuam não sendo, na realidade concreta, para todos), mas que foi infinitamente mais intensa nas suas práticas. Minha proposta aqui é, portanto, examinar essa realidade passada, na esperança de fornecer um parâmetro pelo menos útil para pensar os nossos próprios dilemas políticos. Para tal, escolhi alguns pontos especialmente sensíveis, nos quais a experiência antiga pode nos ser preciosa. No que se refere à forma do texto, preferi o ensaio. A bibliografia se limita às necessidades da argumentação, uma bibliografia muito mais ampla podendo ser encontrada no meu livro sobre o tema. As citações dos textos antigos referem-se aos volumes da coleção CUF-Budé (Les Belles Lettres) e, quanto às inscrições, utilizarei a numeração de Bertrand (Bertrand, Inscriptions), seguida pelo número da inscrição.

1 Os democratas antigos eram menos “livres” do que nós?

É quase impossível nos interessarmos pela democracia antiga sem encontrarmos análises que nos expliquem que, nos quadros das cidades antigas, os indivíduos não eram defendidos como nós somos, que a cidade grega não estava longe de ser (e para alguns ela já era perfeitamente) “totalitária”, no sentido em que não havia limites ao seu intervencionismo, a esfera pública invadindo tudo e não deixando à esfera privada uma zona clara e delimitada, protegida contra a sua invasão. Tal visão me parece muito exagerada em certos aspectos, e totalmente falsa em outros aspectos.

Podemos começar afirmando, contra tal opinião, que havia uma consciência de esferas distintas. Alguns textos fundadores afirmam e reafirmam suas especificidades. Em Tucídides, Péricles estabelece a distinção muito claramente, falando da liberdade dos atenienses na ordem política, e prosseguindo com a menção dos assuntos de ordem privada (Tucídides, 2, 37). Da mesma forma, Aristóteles, na Constituição de Atenas (15, 5), quando retorna à tomada de poder por Pisístrato, afirma que esse último ordenou que cada um se ocupasse de seus assuntos pessoais (idíon), pois ele próprio se encarregaria dos assuntos da coletividade (koinôn). Não estamos ainda, no caso de Pisístrato, na época da democracia, e isso não impede a consciência de duas esferas claramente distintas. Isso vai se afirmar progressivamente como uma prática habitual dos discursos. Lísias, por exemplo, divide uma de suas argumentações em duas partes: ele começa falando da vida privada, e em seguida passa à vida pública (Lísias, Em defesa de Mantithéos, 11).

Passemos a outro ponto frequente na crítica da liberdade dos Antigos feita pelos liberais modernos: o indivíduo não estaria protegido pelas leis, ele estaria à mercê das vontades imediatas da coletividade, tanto mais nocivas quanto sempre muito voláteis. Ora, contrariamente a isso, podemos constatar nas fontes muitas garantias, por exemplo, quando leis são citadas nos discursos dos oradores. Por exemplo, a lei mencionada por Andócides (Sobre os mistérios, 87), segundo a qual as leis devem prevalecer sobre os decretos, mesmo quando esses últimos emanam do Conselho ou da Assembleia. Ou outra, segundo a qual não se pode fazer uma lei tendo em vista uma só pessoa (Demóstenes, Contra Timócrates, 59), sem que ela se aplique a todos os outros; a menos, é verdade, que seis mil atenienses o decidam por voto secreto, o que era um obstáculo muito seguro. Tal dispositivo legal era amplamente suficiente, por exemplo, em casos de vontade de perseguição política contra um dado cidadão, e é interessante ver que o número é o mesmo que a cidade previa para as propostas de concessão de cidadania a um estrangeiro.

Ainda quanto a esse ponto importante, podemos até afirmar que a cidade esteve cada vez mais preocupada com essa proteção de direitos, pois foi na época da restauração da democracia em 403 (e, portanto, no contexto de condenação dos atos arbitrários cometidos pelos oligarcas) que foi criado um órgão, o colégio dos nomotetas, com a responsabilidade do exame das leis votadas, e que também se estabeleceu o princípio claro da

superioridade das leis sobre os decretos. Alguns historiadores (Ostwald, 1986) chegaram até a sustentar que, a partir daí, a soberania do povo foi substituída pela soberania da lei, num sentido totalmente moderno. Eu não penso que tenha deixado de haver soberania do povo em Atenas a partir desse momento, mas o simples fato que historiadores respeitados tenham podido defender tal ideia mostra que não havia arbítrio, como defendem os teóricos da liberdade moderna. Os Modernos (ou parte importante deles) raciocinam de forma absoluta. Eles postulam que não havia garantia total da esfera individual contra o “Estado”; mas nós podemos retornar a pergunta: será que há uma garantia absoluta nas democracias modernas? Eu não creio. E com isso chegamos a um erro fundamental nesse tipo de comparação: eles comparam sempre as realidades antigas com os ideais contemporâneos, nunca à realidade contemporânea, o que é muito injusto para com os Antigos, além de não ser muito honesto intelectualmente. Outro elemento da crítica liberal: a cidade antiga impunha um controle estrito dos indivíduos que anulava a possibilidade da liberdade individual. Isso também é falso, e para termos certeza basta ler Aristóteles, para o qual, os democratas colocavam como norma do regime o fato de se levar a vida como que se deseja (*hèn dè to zen hos bouletai tis*) (Aristóteles, *Política*, 6, 2, 3-4). Disso resulta, segundo ele, uma vontade de não ser governado, no limite, por ninguém, ou então, pelo menos, que cada um governasse alternativamente. O “viva como quiser” é o exato correspondente do moderno “fais ce que voudras”, base sobre a qual se assenta a concepção da liberdade moderna, e talvez mesmo a sua origem intelectual, filosófica e literária, e talvez até literal, tendo em vista o conhecimento de Aristóteles por parte da moderna filosofia política. Os adeptos da liberdade moderna retrucam afirmando que Aristóteles diz isso nos quadros de uma oposição entre a liberdade e a condição de escravo. Sem dúvida; e eu iria mais longe que eles, afirmando que é aí que se encontra a explicação histórica da gênese da concepção de liberdade. E daí? A escravidão existia e era importante em Atenas: não é por isso que devemos abandonar o estudo dos ideais e das práticas participativas da democracia antiga. Na passagem em questão de Aristóteles, a sede de liberdade chega até ao ponto de um ideal quase anárquico de nunca ser governado. O que é o próprio inverso da objeção moderna à liberdade antiga. O mesmo Aristóteles, em outra passagem (*Política*, 5, 9, 14-16), junta duas coisas que definem a democracia: a soberania e a liberdade, a soberania sendo as decisões tomadas pela massa, maior garantia de igualdade; por outro lado, a liberdade, é viver como se quer, ir “onde o seu desejo o chama” (ele cita um verso de Eurípides). Ele próprio não aprova, em todas as suas consequências, esse “viver como se deseja”, mas o identifica claramente como um dos pilares da democracia. Os críticos modernos perdem tempo ao minimizar essa afirmação, dizendo que ele situa tal princípio numa posição de contradição com a politeia. Mas isso, penso eu, só faz reafirmar a importância da política neste mundo, e não indica que ela anulasse a liberdade individual. Os críticos modernos esquecem que politeia significa também “a maneira de viver juntos”, e não apenas “a ordem política” no sentido moderno, o que limita consideravelmente esse aspecto de “onipotência política” que se poderia discernir na definição.

Os Antigos estavam tão conscientes dessa distinção entre privado e público que eles a prolongaram até a concepção de duas vidas possíveis, e até a eventualidade de levar em conta essas maneiras de viver através de leis específicas, algumas regendo os assuntos privados e a vida social, outras regendo os deveres em relação ao Estado por parte dos cidadãos engajados na política ativa e na direção dos assuntos coletivos (Demóstenes, *Contra Timócrates*, 192). Leis específicas, tempos e lugares distintos, alguns estando frequentemente presentes nos debates, outros ficando ocupados na condução de seus negócios privados (*tôn idíon érgon*) (Ésquines, *Contra Ctesifonte*, 8). Nessa passagem, aqueles que se ocupam de seus próprios negócios não estão lá. Não há problema: os que lá se encontram decidem por todos. A participação é um direito, ela não é uma obrigação legal, e o direito à apatia também existia. E isso remonta a muito longe na história, pois já Sólon via que, no que se refere aos direitos de participação “a maior parte de vocês não faz uso deles” (Demóstenes, *Contra Andrócion*, 30). Polêmicas de tribunal e ideologia política deixadas de lado, Demóstenes pode dizer diante do público que a maioria não participa muito, como se isso fosse uma evidência inquestionável.

Os críticos modernos também atacaram muito os Antigos no campo da educação. E isso, provavelmente, na França, desde a Revolução e as Repúblicas sucessivas; muito se discutiu em termos de projetos educativos, de sistemas e leis sobre a educação, pois isso esteve no centro do projeto de regeneração social, e muita

inspiração no debate foi buscada nos autores antigos. Ora, tudo isso repousa sobre um grande mal entendido. Com efeito, sem falar de Platão, vemos Aristóteles defender que a educação é um assunto de todos e não um simples assunto privado, e que seria preciso seguir o exemplo dos Lacedemônios, que dão o bom exemplo em matéria de educação (Aristóteles, Política, 1, 3-4). O que constatamos é que, com isso, nos encontramos no registro do projeto político, e não no registro da realidade ateniense, muito pelo contrário. A situação de Atenas era exatamente a inversa; o indivíduo, a educação, pertenciam à família, e em primeiro lugar ao pai, é claro. O próprio Aristóteles o afirma, para deplorar o estado de coisas. Respeitadas as regras básicas da moralidade social, a liberdade do pai na escolha de educação de seus filhos era total. Desse ponto de vista, Atenas era um sonho de liberal moderno...

Passemos da educação a outro pilar das liberdades modernas, ou seja, o direito de propriedade. Aristóteles lembra que em Atenas o arconte fazia proclamar que todos continuariam até o final do seu mandato proprietários e senhores dos bens que possuíam antes de sua posse no cargo (Aristóteles, Constituição de Atenas, 56, 2). As reivindicações de partilha de terras sempre foram muito intensas na Grécia antiga, e esse juramento, em Atenas, constituía o que nós chamaríamos um dispositivo “constitucional” vedando qualquer ataque à propriedade privada. E isso funcionou perfeitamente, pois o regime democrático ateniense nunca redistribuiu as terras dos atenienses. É verdade que Atenas confiscou muitas terras estrangeiras, para ofertá-las a atenienses. Mas a isso se aplica o mesmo princípio que vigorava quanto à escravidão: ninguém nega que eles foram escravistas e imperialistas. Nem por isso podemos renunciar a analisar a democracia que, ela, também era real. No plano interno, também é verdade que os tribunais atenienses podiam confiscar e vender bens privados, mas unicamente nos termos das leis em vigor, especialmente para o pagamento de dívidas. Essas confiscações legais também são abundantemente praticadas pelos modernos, e não constituem um ataque ao direito de propriedade. Talvez fosse preciso acrescentar, aliás (pois isso é muito esquecido no debate), que os gregos foram simplesmente os inventores da propriedade privada, pelo menos os inventores da propriedade privada dos meios de produção essenciais, na época a terra de agricultura. É um cúmulo querer acusá-los de atentar contra ela.

Poderíamos continuar longamente essa revista: mas vamos abordar só mais alguns elementos essenciais garantidores da liberdade individual: vários oradores formulam e aprovam a regra segundo a qual um cidadão não podia se executado sem um processo conforme às leis; um decreto proibia a tortura de um cidadão ateniense, o que constitui sem dúvida a origem da “santuarização” do corpo humano, proteção da qual os Modernos são, com justiça, muito orgulhosos, mas que nem por isso é sempre respeitada nos dias de hoje, longe disso, nem mesmo nos países democráticos; era muito mal visto violar o domicílio, para uma prisão sem mandato, por exemplo, e tais ações eram um poderoso argumento contrário no processo que viesse a acontecer; para se defender “contra o Estado”, havia procedimentos jurídicos públicos e privados de ação contra os magistrados em exercício. E essa lista não é exaustiva.

Mais amplamente ainda, além da educação, já abordada, o trabalho, o comércio, a agricultura, eram parcial ou totalmente deixados à iniciativa individual, e isso numa escala muito superior à das democracias modernas; em outras palavras, o “campo das liberdades”, entendido em seu sentido liberal, era muito mais extenso na Atenas clássica do que nos Estados modernos. É claro que a Assembleia e os tribunais podiam intervir em muitos casos, mas os parlamentos modernos também podem, quando não são os governos, diretamente, através de decretos-lei.

Onde é que pretendo chegar com todos esses argumentos? A uma afirmação muito simples: quiseram nos fazer acreditar que a liberdade antiga, contrariamente à moderna, não garantia os direitos individuais, que ela não separava o privado do público, que as cidades antigas eram totalitárias no sentido em que elas podiam intervir onde e quando quisessem, sem limitação legal de qualquer tipo. Isso é perfeitamente falso, pelo menos no que se refere à democracia e, em primeiro lugar àquela que conhecemos melhor, a democracia ateniense. A Atenas democrática foi um exemplo muito bom, e o primeiro exemplo bem conhecido na História, daquilo que se convencionou chamar de uma “sociedade aberta”. Os próprios atenienses, aliás, eram conscientes e orgulhosos disso (Tucídides, 2, 39). A construção intelectual, historiográfica, ideológica, dos teóricos modernos teve por

objetivo afirmar que aquela liberdade participativa não era para todos, mas o seu objetivo verdadeiro era o de afirmar que ela não era para “você”, ou seja, para a maioria dos próprios contemporâneos, já que eles mesmos sempre desfrutaram de muita influência, isso quando não ocuparam diretamente os cargos de governo. A tal vontade de exclusão que eles lançam como uma acusação contra a democracia antiga esconde na verdade seu próprio projeto de afastamento do povo da direção dos assuntos coletivos. Isso acabou dando certo para eles nos últimos dois séculos. Chegou a hora disso mudar, e a democracia ateniense, com todas as suas limitações pode, sim, nos ajudar a mudar essa realidade.

2 O cidadão comum no governo

O cidadão comum pode governar? E quanto aos pobres, em especial, será que se pode atribuir a eles uma parte importante no governo da coletividade? Essa questão foi debatida ao longo de todo o regime democrático na Atenas clássica. A ordem institucional da cidade dos atenienses garantia a qualquer um o direito de participação ativa. No caso do tribunal, por exemplo, era quase uma obrigação para os oradores lembrar os direitos políticos do povo, para que ficassem bem vistos por parte dos cidadãos-jurados que iam decidir o caso em questão (por exemplo, Ésquines, *Contra Timarco*, 27-28). O cidadão comum, que não possui ancestral ilustre, que exerce uma profissão simples, não apenas é autorizado a falar, mas incitado a fazê-lo. Sua palavra é bem acolhida. A realidade nem sempre era assim tão bonita, porém o mais importante é que o direito à palavra era a norma social e, mais ainda, era a lei da cidade.

Nas representações atenienses sobre a vida política isso era essencial, como constatamos na atitude em relação à pobreza expressa por Péricles na Oração fúnebre em Tucídides (2, 40). Esse elogio do homem simples nos parece evidente, pelo fato de vivermos num contexto de democracia consensual e num mundo de herança cristã, com a sua quase sacralização da pobreza. A operacionalização de tal princípio entre nós é outro assunto, mas a sua simples expressão ideal não nos choca. O mundo caminhou em outro sentido nos últimos vinte ou trinta anos, sem chegar a abolir essa visão. No mundo grego antigo, ao contrário, a pobreza era abominável e a democracia era um regime novo, sem tradição, contestado vigorosamente no próprio interior da cidade dos atenienses. A defesa pericleana da possibilidade para um pobre de ser útil politicamente à comunidade era algo de novo, de revolucionário até. E isso vai permanecer como um princípio inabalável da democracia ateniense enquanto ela existir. O que não acabou com as opiniões negativas sobre os pobres e a pobreza (Demóstenes, *Contra Timócrates*, 123; Aristóteles, *Política*, 6, , 6-7). Mas, ao lado de visões negativas que persistiam, o fato novo é que doravante sempre se encontrava defensores do princípio, fossem eles sinceros ou não. Quando ouvimos o discurso de Cleon em Tucídides (3, 27), que faz o elogio da opinião política do cidadão comum, quando precisamente o historiador o considera como o mais violento dos cidadãos, compreendemos bem as razões de seu sucesso junto ao público. Esse tipo de elogio da opinião média, a crítica dos que “se elevam” é de mesma natureza da que encontramos na parábola das espigas em Heródoto, mas numa cidade onde não há mais tirano e onde os nobres não estão mais em situação de hegemonia absoluta. Será que Cleon tem realmente uma boa opinião sobre o povo em política? Pouco importa. O mais importante é que o contexto da cidade democrática o obrigue a esse tipo de discurso.

Quando a democracia começou, os nobres gritaram, fizeram escândalo, prevendo (e sem dúvida acreditando) que a cidade iria direto ao desastre. Muito pelo contrário. De cidade importante, é verdade, durante a época arcaica, mas não mais que muitas outras, Atenas se tornou em pouco tempo a cidade mais importante, mais poderosa, mais rica e (o que talvez tenha sido o mais surpreendente para os nobres) mais estável politicamente entre todas as cidades gregas. Esse sucesso, inesperado para eles, forçou os nobres a permanecer na defensiva, alguns aceitaram jogar o jogo da democracia, tornando-se durante algumas décadas um viveiro de dirigentes para a cidade, pelo menos até Péricles. Mas isso não converteu todos os ricos atenienses à ideia que o cidadão comum também estava apto a governar. Ao contrário; esse debate se prolonga, se estrutura e se torna uma verdadeira questão filosófica sobre o problema geral das competências. O sorteio vai se tornar a prática em

torno da qual os debates serão os mais acalorados, acerca da especialização e da não especialização, e acerca das relações entre conhecimento e governo. Esse debate se desdobra em vários meios e momentos, na filosofia tanto quanto no teatro, e as tomadas de posição de uns e de outros nos informam tanto sobre as opiniões pessoais dos autores quanto sobre os públicos aos quais elas eram destinadas. Escândalo em Xenofonte (Memoráveis, 1, 2, 9), defesa em Eurípidés (Suplicantes, 426 sq), onde as dúvidas sobre a capacidade do povo em governar são expressas, para em seguida se mostrar que não há alternativa melhor.

Se é verdade que nos meios nobres e nos círculos filosóficos a crítica da competência política do povo estava longe de ser predominante (mas nós nos perguntamos se a transmissão ulterior dos textos antigos não teria agravado muito essa impressão, através de uma seleção “interessada” dos textos em épocas de aversão à democracia), nós sabemos que essa opinião não era a única. No Protágoras de Platão, Protágoras vai aparecer como um defensor da competência do povo (Platão, Protágoras, 323 b-c). No diálogo entre Sócrates e Protágoras, as posições iniciais serão invertidas no final: Sócrates acaba por pensar que a virtude pode ser ensinada, e Protágoras muda de opinião em sentido contrário. Protágoras vai aparecer como o principal – e talvez o único (mas há o problema das fontes que eu acabei de mencionar)- pensador dos fundamentos da democracia, ou seja, da perfeita capacidade de todos a governar (Platão, Protágoras, 322e-323). A política não se adquire a não ser na prática, e a prática basta para adquiri-la. Não pode haver virtude política sem prática, e a prática para todos é uma escola de virtude política para todos.

No mesmo diálogo, vemos Sócrates relatar (Platão, Protágoras, 319 b-c-d) em seu raciocínio fatos incontestáveis da vida ateniense. A Assembleia julga e decide as questões técnicas após ouvir os experts. Quando se trata de uma questão propriamente política, todos podem se exprimir. Mas não é só isso: mesmo nos assuntos técnicos, todos podem julgar se a opinião dos especialistas convem ou não ao grupo. Nós contemporâneos, massacrados pelas decisões “técnicas” que supostamente ultrapassam a capacidade de entendimento do cidadão comum, que vimos nossos direitos políticos reduzidos pelos avanços assustadores da “tecnocracia”, teríamos o maior interesse em meditar as concepções democráticas atenienses sobre a questão. O argumento mais frequentemente avançado, ou seja, a “complexidade” dos assuntos de hoje, é apenas uma miserável desculpa para justificar uma verdadeira confiscação de poder. Os assuntos atenienses da época democrática eram já de uma grande complexidade: navegações longínquas, construções navais e civis, diplomacia arriscada, movediça e com múltiplos atores na cena internacional, guerras distantes com exércitos enormes para gerir, entre muitos outros assuntos. E essa complexidade não impediu os cidadãos atenienses de discutir e de decidir por conta própria todos esses assuntos ao longo do ano em suas reuniões.

Isso chegou ao ponto de se constituir num elemento central dessa cultura política. Isso se torna claro quando vemos até os que em princípio não são favoráveis apelar ao que se tornou uma espécie de saber partilhado. Assim, Xenofonte, em dificuldade diante dos seus soldados (Xenofonte, Anábise, 5, 7, 5), que recorre aos conhecimentos dos soldados: a Grécia se encontra do lado onde o sol se põe; e, por isso, eles podem ver por conta própria qual é a verdadeira situação, ou seja, eles dispõem das competências necessárias e suficientes para não se deixar enganar pelo comando. A manifestação dessa espécie de confiança na inteligência de todos (no caso citado, os cidadãos-soldados da expedição dos Dez Mil) tinha um belo efeito persuasivo e, na verdade, ela era a base de todo o sistema. Poderíamos, neste ponto da análise, generalizar e afirmar que a confiança na inteligência dos cidadãos é a base de qualquer regime republicano; e que, nos regimes republicanos alargados, de tipo democrático, é no cidadão mais simples e na confiança que lhe é atribuída que se baseia todo o sistema, já que esse cidadão é admitido a participar, e que ele é majoritário num regime em que as maiorias decidem.

Isso não encerra o debate. Sabemos bem que, na democracia ateniense, os cidadãos pobres e sem experiência não participam tanto nem tão frequentemente quanto os políticos experimentados e ricos. É um fato muito presente nas fontes. Quanto mais não fosse, isso acontecia em função dos riscos da participação política, e os erros e as gafes podiam ter graves consequências. Isso poderia ter se constituído num grande obstáculo à participação das pessoas comuns. Mas o sistema foi mais forte do que os seus próprios defeitos: certa indulgência em relação aos atenienses simples, sem experiência, sem educação especial, sorteados para uma função e que

davam um passo em falso apareceu com a prática do regime (Demóstenes, *Contra Timócrates*, 112). Mas é claro que a lei se aplicava e havia uma punição, o que em vários casos moderava o ardor participativo, e sem dúvida também evitava aventuras perigosas. Essa moderação induzida pelo sistema, e a maneira pela qual o sistema era gerido no cotidiano político é reconhecida em vários momentos, até por adversários do regime como o Pseudo-Xenofonte (*República dos Atenienses*, 1, 3), segundo o qual o povo não tem a pretensão de exercer funções para as quais não possui a capacidade necessária.

O Pseudo-Xenofonte nos autoriza a lançar outra pergunta importante: será que o povo era capaz de discernir exatamente qual era o seu próprio interesse? Questão capital na vida política em todas as épocas. E a resposta do autor é clara: sim, o povo sabe onde está o seu interesse. Mais vale um homem “mau” que um “bom” (no seu vocabulário moral arcaizante), se o primeiro tem melhores intenções em relação ao povo do que o segundo (Pseudo-Xenofonte, *República dos Atenienses*, 1, 7). A moral e o saber são menos importantes do que interesse. Seria o Pseudo-Xenofonte um grande precursor de Maquiavel e Marx? E, mais ainda, segundo ele, é a inteligência política do povo que mantém o regime de pé. Não existe interesse geral, unicamente interesses de classe. Apesar de sua maldade e de sua ignorância, o povo sabe, segundo ele, descobrir onde se encontra o seu interesse, e, mais interessante ainda, ele descobre isso pelo uso da palavra participativa, pelo discurso político em público (Pseudo-Xenofonte, *República dos Atenienses*, 1,6). Trata-se de um realismo político em estado puro, e o resultado é uma grande lucidez na análise política.

Com o tempo e a prática, outra ideia apareceu, ideia que encontrará expressão até em gente de opiniões afastadas da democracia, como Aristóteles (*Política*, 3, 11, 2), ou seja, a ideia segundo a qual, em grupo, o homem, e o homem simples, torna-se melhor, como numa forma de transcendência. Quando em grupo, a insuficiência individual se transforma em qualidade coletiva. É realmente curioso constatar como a vivência democrática de uma comunidade pode chegar a gerar tais ideias. Nós modernos temos que ler duas vezes antes de acreditar no que estamos lendo, a tal ponto, ao longo dos séculos, fomos doutrinados por ideias inversas a essa, pelo pensamento segundo o qual até os indivíduos virtuosos, em grupo, se tornavam perigosos. Esse pensamento foi, por sua vez, o produto histórico de realidades políticas contrárias às da democracia antiga, pois a quase totalidade dos regimes políticos ao longo da história foi de regimes não democráticos. As nossas democracias liberais, em especial, sempre foram extremamente desconfiadas em relação ao povo reunido. Ora, no caso ateniense, a reunião, o ser junto, cria confiança e virtude, cria também competência coletiva, tranquiliza ao invés de provocar medo. É uma constatação impressionante, e, para nós modernos, um ponto a meditar longamente.

Mais um último ponto, ainda a partir de Aristóteles, quando ele examina o argumento segundo o qual o especialista tem o seu valor, mas o “usuário” também (e até mais). É importante saber construir uma casa, mas o mais importante é saber o que deseja aquele que vai morar lá. Isso parece poder funcionar como um argumento para justificar a participação popular, o povo sendo considerado como o “usuário” da coisa pública. Podemos raciocinar durante um segundo (mas não mais do que isso) como os liberais, e encarar a participação como um “direito do consumidor”. Eu coloco isso nos termos liberais (apesar da minha aversão) apenas para mostrar que até nos quadros de pensamento do liberalismo atual a democracia moderna garante menos esse “direito individual” do que o fazia a democracia antiga. Eles saem perdendo em ambos os universos de reflexão, tanto antigo quanto moderno.

Para encerrar de fato esse ponto, eu diria que, apesar das reservas dos adversários do regime e a moderação voluntária dos cidadãos pobres em vários momentos, apesar de uma opinião desfavorável sobre suas capacidades, seus conhecimentos, seu valor moral, todas essas coisas que não desapareceram nem na época da democracia, a convicção oposta, segundo a qual o povo podia perfeitamente exercer o governo, era forte e até predominante durante certa fase do regime. Sem isso, o regime não teria sido uma verdadeira democracia, o que ele foi sem qualquer sombra de dúvida na minha avaliação. No debate historiográfico, muitos autores questionam esse caráter democrático do regime, falando de um “quadro” democrático, mas onde só a elite de fato governava. Isso me parece completamente falso. É sem dúvida correto afirmar que Péricles e um agricultor pobre não participavam da mesma forma; é incontestável que Alcibiades tomava a palavra em público mais do que um

modesto artesão; e que, durante muito tempo algumas funções muito importantes continuaram nas mãos das grandes famílias da cidade. Mas o poder do povo na Assembleia e no Tribunal, sua participação no Conselho e na maior parte das funções de governo davam o tom do regime; tudo repousava no seu voto. Muitos historiadores, recentes ou menos recentes, liberais ou marxistas, quiseram fazer do regime ateniense um regime de exclusão. Ora, ele foi um regime de participação; não de todos, longe disso. Mas para os cidadãos, ainda que pobres, foi um regime de participação. O que impressionava os gregos da época é que os pobres não apenas participavam, mas dominavam a política da cidade. A diferença da Atenas democrática era justamente que os pobres estavam no governo, e não excluídos como em toda parte (ou quase). Querer ver a democracia como um regime de não participação, como um regime de exclusão, me parece um contra senso absoluto.

3 Os Antigos eram “cidadãos profissionais”? E nós Modernos nisso tudo?

A imagem que prevaleceu na historiografia contemporânea e no saber partilhado dos nossos intelectuais reza que os cidadãos, nas cidades gregas e, sobretudo, na democracia ateniense, tenham sido uma minoria privilegiada, que dedicava seu tempo a fazer política, pois, enquanto privilegiados, tinham outros para trabalhar em seu lugar, em especial uma grande massa de escravos. Enquanto que os não cidadãos faziam todo tipo de trabalho, a minoria era composta de cidadãos “profissionais” (debate em Mossé, 1993; Wood, 1994). Se assim fosse, a participação direta seria um luxo fora do nosso alcance, pois nós modernos temos que trabalhar; sem falar que seria um luxo degradante do ponto de vista moral, pois tornado possível pela existência da escravidão. Foi, entre outros, com esse argumento que nos proibiram, já faz dois séculos, de participar diretamente da política. A questão é muito importante e merece outro exame.

Os textos antigos, é verdade, provam que o cidadão ateniense tinha toda uma série de atividades em relação com a cidadania. O Pseudo-Xenofonte, para explicar a lentidão (sobretudo em matéria judiciária) da decisões em Atenas, diz que os atenienses possuem mais dias de festa que todos os outros gregos, mais processos civis para julgar, mais prestações de contas para avaliar. Que eles precisam decidir frequentemente assuntos militares, questões de impostos, assuntos das cidades aliadas, outros relativos aos arsenais, à marinha em geral, aos templos, além da administração corrente, e que tudo isso é uma tarefa pesada que tornava as decisões mais lentas (Pseudo-Xenofonte, República dos Atenienses, 3,2). A imagem que resulta do seu texto é a de cidadãos “sobrecarregados” de trabalho político, a ponto de nos perguntarmos, de fato, se eles não eram cidadãos “profissionais”. Essa imagem tem tanto mais força quanto ela corresponde à imagem dominante, na historiografia da Grécia antiga, e isso em diversas correntes, dos liberais aos marxistas e aos estruturalistas. Nós não podemos (e nem queremos) negar a evidência: os cidadãos de Atenas governavam a cidade, e, portanto, realizavam todas essas tarefas. Porém, várias evidências negam ou pelo menos trazem nuances a essa pretensa especialização política do cidadão, seja no nível dos ideais sociais, seja no nível das realidades concretas da vida quotidiana.

Começemos pelos ideais, com a Oração fúnebre (Tucídides, 2, 40): não há incompatibilidade entre os negócios privados e os assuntos públicos. Todos podem participar, todos estão aptos a participar, sem preparação específica ou “profissional”. A comparação com Esparta é esclarecedora quanto a isso. Segundo Plutarco (Licurgo, 24, 3), um espartano, em Atenas, informado de que um cidadão tinha sido condenado por não trabalhar, quis conhecer esse homem, condenado, segundo o espartano, por “ter vivido como um homem livre”, o que se compreende, pois para um espartano trabalho e cidadania eram incompatíveis, enquanto que em Atenas, os tribunais o demonstram, a cidadania não exclui o trabalho. Essa passagem esclarece um dos erros frequentes no debate sobre essa questão: tomar Esparta como exemplo de cidade grega. E não é por falta de alertas, desde Xenofonte (República dos Lacedemônios, 7, 1-2), que explica que em toda parte as pessoas se enriquecem como podem, pelo trabalho da terra, pelo comércio, pela construção de navios, etc., enquanto que em Esparta o cidadão se dedica exclusivamente a garantir a liberdade do Estado. Esparta é atípica; todos os outros – inclusive os atenienses – são diferentes. Só há “cidadão profissional” em Esparta. Sua afirmação é claríssima e

muito importante para o nosso debate. Nós poderíamos estender a discussão à própria Esparta, se fosse aqui o nosso propósito de entrar na análise da distância entre a realidade e a “miragem” espartana, mas não temos tempo para isso.

A mesma conclusão pode ser tirada do paralelo feito por Plutarco entre Licurgo e Sólon; Sólon, vendo a pobreza natural da Ática, teria conduzido seus concidadãos para o trabalho, obrigando os pais a ensinar a seus filhos um ofício, cercando os ofícios de grande consideração e encarregando o Areópago de punir os que, não tendo outros meios de vida, não trabalhavam (Plutarco, Sólon, 22, 1-3). Economia e política são conciliáveis em Atenas, na rotina de vida de um mesmo cidadão.

Aristóteles confirma isso indiretamente. Criticando as ideias de Sócrates nas Leis de Platão, ele ataca seu irrealismo, já que, segundo ele, seria preciso um território como o da Babilônia para alimentar cinco mil homens (mais mulheres e servidores) sem trabalhar (Aristóteles, Política, 2, 6, 6). Numa outra passagem (Política, 7, 9, 1-2), o mesmo Aristóteles indica que em certas cidades (oligárquicas), há uma especialização das tarefas, mas que nas democracias todos participam de todas as funções (os mesmos indivíduos sendo cultivadores, artesãos, mas também conselheiros e juizes) Aristóteles mistura um pouco a constatação histórica com projetos possíveis de cidade ideal, mas isso não invalida a ideia segundo a qual trabalho (inclusive artesanal, o que é importante para esse debate) e política não são incompatíveis.

Nos textos dos oradores, temos outros indícios preciosos. De passagem, num discurso público, ficamos sabendo que nem todos os cidadãos participam ao mesmo tempo, alguns estando presentes à reunião pública, enquanto outros estão ausentes, cuidando dos seus assuntos privados (tôn idíon érgon) (Ésquines, Contra Ctesifonte, 8). Alguns participam mais frequentemente, nem todos estão lá ao mesmo tempo, os assuntos privados são encaminhados, enquanto outros estão reunidos tomando decisões importantes para a cidade.

Até os atenienses muito ricos deviam se ocupar de seus negócios. Mas deixemos de lado esse grupo, considerando – para as necessidades da nossa discussão – que o tempo “empresarial” não conta como tempo de “trabalho”. Pensemos unicamente ao cidadão comum, o “não rico”. Na época clássica, havia ainda uma maioria de fazendeiros entre os cidadãos de Atenas. Os projetos oligárquicos de restringir a cidadania apenas aos proprietários de terra teriam, caso tivessem prevalecido, excluído cinco mil atenienses “pobres” da cidadania, o que significa que três quartos dos cidadãos (ou mais) continuavam sendo proprietários de terra. Para esses cinco mil cidadãos, não proprietários, seria impossível não trabalhar. E para os outros, em grande maioria pequenos fazendeiros, era preciso cuidar pessoalmente da terra, o que significava trabalhar a terra com as próprias mãos, sem dúvida com o auxílio da família, e por vezes de assalariados livres e um ou dois escravos, mas nem sempre. Nem possuindo um ou dois escravos o fazendeiro-cidadão se livrava da necessidade de colocar a mão na massa.

Sem dúvida, o ideal era o de não trabalhar. Não havia sacralização do trabalho, e era até possível, no tribunal, a um cidadão, tentar provocar pena nos jurados alegando ser tão pobre a ponto de não ter um escravo para trabalhar no seu lugar (Lísias, Em defesa do inválido, 6). O ideal é a scholè, o lazer; mas a realidade era o trabalho. Alguns podiam se fazer “substituir”, mas não todos, longe disso. Da mesma maneira, num texto muito diferente, quando Xenofonte propõe que a cidade compre até três escravos por cidadão, cujo produto do aluguel a empreendedores (nas minas) poderia ser em seguida alocado a cada um dos atenienses, fazendo deles rendeiros (Xenofonte, Rendimentos, 4), o que constatamos? Segundo o seu cálculo, eram necessários três escravos para alimentar uma “família-tipo” (um cidadão, sua esposa e dois filhos). Mas não se trata de realidade histórica, e sim de um projeto um pouco sonhador, que nem chegou a ser discutido nas instâncias políticas institucionais de Atenas. É um sonho de uma sociedade cidadã composta de rendeiros, liberados de qualquer forma de trabalho, sonho que nunca correspondeu à realidade, mas que foi tomado como realidade por diversos intérpretes modernos. Mais um efeito da lamentável tendência a misturar ideais e realidades na análise, exagerando sempre num sentido quando se fala da cidade antiga, e sempre no sentido inverso quando se trata da modernidade.

Uma conclusão análoga pode ser tirada de Aristófanes (Plutos, 510-516), onde uma eventual repartição igualitária entre todos teria por consequência desastrosa o fim de qualquer motivação ao trabalho (quem que-

reria ser ferreiro, construir barcos, curtir couro, etc.?). Nem mesmo as coisas mais necessárias à vida seriam produzidas. Vemos que, num clima geral de aspiração ao não trabalho, não apenas a maioria devia trabalhar, mas que, em certos momentos havia também a percepção do valor criado pelo trabalho. Sem voltar até Hesíodo, nós constatamos isso na lei de Sólon (de historicidade duvidosa, mas isso não importa aqui), segundo a qual a concessão de cidadania poderia ser feita, mas unicamente para os estrangeiros banidos para sempre de suas cidades, ou que viessem a Atenas com a família com a finalidade de aí exercer uma profissão (Plutarco, Sólon, 24, 4). Atividade econômica e vida política caminham juntas, e isso é tanto mais significativo quanto se trata aqui de novos cidadãos.

Da mesma forma, uma inscrição em pedra (Bertrand, *Inscriptions*, 36) relativa aos heróis do combate para a restauração democrática após a derrota para Esparta, estipula que a concessão da cidadania completa para os metecos que participaram da luta e para os seus filhos. As disposições do texto são seguidas pela lista dos beneficiários, com nome e profissão, e podemos ver que muitas dessas profissões são as mais modestas da época, pescador, operário, etc., gente que não conseguimos imaginar como dispensados de trabalhar, como por um efeito mágico da concessão de cidadania.

Que conclusão nós contemporâneos podemos tirar disso tudo? Os cidadãos atenienses participavam muito, muito frequentemente, mas eles não eram cidadãos “de ofício”, no sentido de não fazer nada além de política. Os ricos atenienses podiam viver do trabalho dos outros, mas era uma minoria muito pequena, talvez uns mil ou um pouco mais, num total de trinta mil cidadãos. Todos os outros cidadãos deviam conciliar atividades públicas e atividades privadas, na cidade ou no campo, e podemos afirmar sem qualquer dúvida que a maioria deles trabalhava realmente com as próprias mãos. Sonhando, quem sabe, em um dia não precisar mais trabalhar, mas trabalhando.

Então, onde se encontra a nossa impossibilidade em viver uma cidadania ativa? Porque nós trabalhamos? Eles também o faziam. Nós achamos “normal” perder quatro horas por dia nos transportes e engarrafamentos para ir ao trabalho nas grandes cidades. Nós não achamos aberrante constatar que se assiste tv três horas por dia. Nós somos incitados a comprar produtos ou serviços uma vez por dia na internet; mas não a votar, vamos supor, quinze vezes por ano sobre assuntos que nos concernem diretamente, em todos os níveis. Não temos tempo para discutir e votar sobre o nosso cotidiano e sobre o nosso futuro? Não acho que seja uma posição defensável hoje em dia.

4 Renovar a classe política

Uma das razões mais fortes do desamor do cidadão em relação à política nos nossos dias é um sentimento difuso de que há uma barreira impermeável entre “eles” e “nós”, o pessoal político e o cidadão comum; que, na tomada de decisão, os políticos “só pensam neles”, e “se entendem entre eles”, inclusive para se transmitir os benefícios do poder de geração em geração. As possibilidades de reeleição (para alguns cargos, sem limites), e o fato de que isso ocorre com muita frequência, consolidaram a percepção da coisa pública como um patrimônio privado ou familiar de alguns poucos. Na França, por exemplo, o fato que um Jacques Chaban Delmas tenha permanecido prefeito de uma grande cidade (Bordeaux) durante meio século é apenas um exemplo –entre muitos– quase caricatural dessa realidade. Essa apropriação da política pela elite é uma verdadeira praga dos regimes democráticos parlamentares do século XX, uma tendência quase congênita no seio dos partidos políticos. Será que, em função disso, nós teríamos interesse em examinar de perto as concepções e as práticas dos democratas antigos? Penso que sim.

Os Antigos souberam conceber uma cultura política da participação e, em tal cultura, é preciso que a participação seja, não apenas possível, mas realmente efetiva. O princípio de base para atingir a participação é a partilha do poder entre diversas funções, e também a limitação da permanência dos mesmos indivíduos nos cargos. A democracia ateniense irá muito longe na aplicação de tais princípios, mas eles datam, enquanto princípio e aspiração, de uma data muito mais antiga. Desde a lei de Dréros, por volta de 650 antes da nossa era (Ber-

trand, Inscriptions, 3), talvez a mais antiga das leis gregas conservadas em pedra, já temos a preocupação em fazer prevalecer a vontade coletiva e limitar a iteração, ou seja, a possibilidade para um magistrado de postular um segundo mandato, e isso com o objetivo de limitar o poder das individualidades. Isso é muito importante, pois mostra que a vontade de limitar a perpetuação nos cargos é muito antiga na cultura política dos gregos.

Se dermos agora um salto até o final do período que examinamos, veremos Aristóteles dedicar muita atenção a essa questão do rodízio nos cargos. O poder cria uma diferença entre os indivíduos, mas quando se pratica o rodízio essa diferença se torna menos grave, pois se torna apenas provisória. A explicação, a base desse rodízio, é para Aristóteles a igualdade natural entre os cidadãos (Política, 1, 12, 2). Não é exatamente a situação que ele prefere; seria melhor que os mesmos governassem, mas isso é impossível nos lugares onde existe igualdade natural entre os cidadãos (Política, 2, 2, 4-7). Onde há igualdade, o rodízio nas funções de governo é inevitável. Aristóteles não pensa que se trate de uma regra sempre válida; ele está longe de ser um democrata. Não era um democrata, mas era um fino analista, pois indica que há uma transformação quase que de natureza dos homens, estando eles investidos do poder coletivo.

Esse princípio pode até, por vezes, se aplicar ao campo militar, onde pode haver um rodízio no comando (Xenofonte, Anábase, 1, 3, 15). Ora, comandar e obedecer, alternativamente, é, para nós, uma prática muito surpreendente, pois nós a observamos a séculos de distância, séculos que, desde então, conheceram exércitos infinitamente mais hierarquizados. Os cônsules romanos comandando as tropas alternativamente, por exemplo, nos espantam muito mais do que aos Antigos, habituados a tais rodízios de autoridade. Pode até acontecer que o rodízio apareça como um possível obstáculo à eficácia militar, e que “se ceda o lugar” de comando, como teriam feito os generais atenienses em benefício de Milcíades por ocasião da batalha de Maratona, segundo a versão de Plutarco (Aristides, 5, 2-3). Até num contexto democrático isso poderia ser admitido, e levar a deixar de aplicar a regra do rodízio, que, entretanto, continuava sendo a regra ideal e habitual. O próprio fato que a regra da partilha e do rodízio tenha permanecido como a regra ideal mostra que o risco eventual de ineficácia aparecia aos Antigos como menos grave do que o risco de monopolização do poder.

Um resultado importante dessas práticas é que elas contribuíram para criar entre os gregos uma percepção mais abstrata e mais conceitual da política, que eles chegassem a encarar o poder como um “papel”, como pertencente a uma “posição”, muito mais do que ligado a pessoas. Vai se tornar uma espécie de virtude do bom cidadão, esse fato de comandar e obedecer sucessivamente (Aristóteles, Política, 3, 4, 10). Comandar e obedecer alternadamente, essa é a perfeição do homem livre; trata-se no fim das contas de uma pedagogia política que desemboca – não tenhamos medo da grandiloquência – num progresso de civilização.

Aristóteles, sempre ele, julga que os mandatos curtos (por vezes, até de seis meses) são um elemento de estabilidade política e de satisfação dos cidadãos. Os iguais são iguais “na” participação, e é por esse meio que eles acabam se tornando “um povo” (Aristóteles, Política, 5, 8, 6). Aristóteles faz derivar o princípio do poder alternado do ideal do “viver como se deseja”, signo da liberdade na democracia (Aristóteles, Política, 6, 2, 4); e o princípio do rodízio nos cargos pode até mesmo tomar o aspecto de “menor dos males”, dentro de um ideal (inacessível) de o homem livre não ser jamais governado.

De qualquer forma, não há liberdade sem participação. É porque, em democracia, tem-se a liberdade em partilha, que se é alternativamente governante e governado (Aristóteles, Política, 6, 2, 1). Eu não paro de citar Aristóteles; que o leitor não pense que são ideias individuais do filósofo, como podemos encontrar muitas na sua obra. Ele próprio toma o cuidado de indicar que são as concepções correntes entre os gregos. Os mesmos princípios podem ser encontrados no teatro, na boca de Teseu em Eurípides: Atenas sendo livre, o povo é que reina, os magistrados se sucedem uns aos outros, pobres ou ricos, aliás (Eurípides, Suplicantes, 403-408). Da mesma forma, o Péricles de Tucídides, que associa o princípio do rodízio à prática do respeito às leis (Tucídides, 2, 37), o poder por rodízio aparecendo solidário de uma participação extensa; o fato de se saber que não se estará mais no poder em breve (pelo menos não na mesma função), já no ano seguinte, aumenta o medo de se encontrar fora da lei, o que incita à prudência e à moderação. A não iteração nos cargos é uma verdadeira escola de moderação, uma das mais importantes “virtudes” antigas.

Outro princípio importante que aparece, solidário do poder por rodízio, é o do não acúmulo de mandatos. Vamos retomar aqui o contra exemplo da democracia francesa, na qual, apesar de algumas limitações recentes, sempre foi possível acumular funções políticas quase sem limites: prefeito, conselheiro geral, conselheiro regional, deputado, ministro, sem falar das instituições europeias e das estruturas de intermunicipais nas aglomerações urbanas, vimos e continuamos vendo personalidades políticas exercendo simultaneamente quatro ou cinco cargos em níveis diversos. Com que eficácia? Podemos nos perguntar, e cada um terá a sua própria resposta. Mas, qualquer que seja a resposta, uma coisa é certa: ocupando cargos que poderiam ser ocupados por quatro ou cinco cidadãos (que se encontram, de fato, excluídos do espaço político), esses acumuladores não prestam um bom serviço à democracia. Um poder, um cargo, uma influência reforçando a outra, a iteração sem limites prolongando tais situações indefinidamente, o resultado final é a criação (em nome da soberania popular, o que é um cúmulo...) de verdadeiros feudos políticos; aliás, o uso da expressão “feudo” perdura na linguagem do jornalismo político francês, para designar a “base” política local de tal ou qual figura política nacional, como se isso fosse uma coisa normal.

Ora, a coisa era bem diferente nas cidades antigas. Podia até acontecer, mas sempre sujeita a críticas. Aristóteles critica Cartago, onde um só pode cumular várias funções, explicando que isso prejudica o desempenho, e aconselhando o legislador a proibir o acúmulo, pois ninguém consegue tocar flauta e trabalhar o couro ao mesmo tempo (Aristóteles, Política, 2, 11, 13); em francês, a mesma coisa se diz “estar no forno e no moinho”; no português do Brasil, dizemos “assobiar e chupar cana”. Ou seja, o não acúmulo de mandatos aumenta a eficácia das funções de governo, além de estimular a participação cidadã através da liberação de um máximo de cargos e espaços políticos. O primeiro argumento (a eficácia, a qualidade) se encontra também nos textos gregos relativos à especialização do trabalho, e possui, portanto, valor mais geral, e não apenas limitado à política.

Esses princípios não se limitavam à democracia ateniense. Podemos encontrá-los em toda parte; por exemplo, em Eritreia, por volta de 453/452, numa inscrição (Bertrand, Inscriptions, 22); mas parece que eles atingiram um máximo de aplicação entre os atenienses. É verdade que eles não se aplicavam, ou pelo menos não integralmente, em alguns casos. Para as altas funções militares, em especial, era possível se fazer reeleger várias vezes, e nós sabemos que pelo menos uma parte do colégio dos estrátegos (generais) era reeleita mais de uma vez. Isso é frequentemente assinalado pelos analistas, com a intenção de relativizar o rodízio nas funções mais importantes. O que se diz menos, é que, de acordo com a documentação que possuímos, a iteração só ocorria para alguns generais, e não para a maioria (Boëldieu-Trevet, 2007, 222-224). Os atenienses sem dúvida pensavam que generais de talento não se encontravam em qualquer esquina, e que num combate em andamento seria imprudente mudar todo o colégio dos dez generais de uma vez, e que o destino da cidade sendo jogado no campo de batalha, valia mais a pena escolher os melhores; mas eles eram especialmente vigiados, muitos foram levados a tribunal, e diversos deles foram ostracizados, ou seja, exilados sem acusação nem julgamento.

É verdade também que, em relação ao Conselho, era possível se apresentar uma segunda vez ao longo da vida do cidadão. Mas apenas mais uma vez, e não no ano subsequente ao primeiro mandato. E, além disso, era preciso ser sorteado, o que limitava muito as iterações. Essa pequena entorse à regra (poder ser conselheiro duas vezes na vida) mostra o pragmatismo dos atenienses, pois ela parece ser explicada pela dificuldade em encontrar buleutas (conselheiros) voluntários nos demos menos povoados, já que o sorteio se dava no interior das circunscrições clistênicas, e não na totalidade do corpo cívico misturado. A alternativa teria sido tornar o sorteio obrigatório, mas tal ideia (a obrigatoriedade) era ainda mais incompatível com as convicções democráticas sobre a política do que uma iteração limitada a uma vez e diferida no tempo.

Apesar de algumas entorses, podemos medir facilmente os efeitos práticos dos princípios de não iteração e de não acúmulo de funções: uma renovação anual do pessoal político e do pessoal governante muito intensa. Era necessário, todo ano, sem falar da Assembleia e do Tribunal Popular, recrutar mais de mil novos magistrados, e isso entre os vinte a trinta mil cidadãos, e sem dúvida até menos do que isso, pois para muitas funções era preciso ter a idade mínima de trinta anos.

Façamos um exercício a título de exemplo, apenas para o Conselho, com o objetivo de dar uma di-

mensão de seus efeitos práticos. Supondo que um pequeno número de cidadãos fazia dois mandatos no Conselho (o que era o caso), podemos calcular que no decurso de uma geração de uns trinta anos, era necessário recrutar por volta de quinze mil conselheiros diferentes, ou seja, a metade da totalidade do corpo cívico. E já que, além disso, diariamente, um conselheiro era sorteado para presidir o Conselho, vemos que perto de dois terços dos conselheiros, ou seja, por volta de um terço dos cidadãos, foram presidentes do Conselho, cargo honorífico e protocolar importante que fazia desse cidadão, durante um dia, o “presidente da República dos atenienses”! É um fato enorme, estarrecedor, se comparado com a nossa realidade política e nossa relação com o poder político. A não iteração tinha por objetivo “fazer rodar todo mundo” no poder, não apenas como uma possibilidade, mas como uma realidade.

Depois disso, quem tem coragem de ir dizer ao cidadão contemporâneo, que fala da classe política como “eles”, por oposição a “nós”, que a democracia ateniense não tem nada a nos ensinar?

5 Controle dos governantes pelos cidadãos: eles e nós

Uma enorme desconfiança em relação aos indivíduos encarregados de agir no interesse da coletividade marcou a cultura política da participação direta entre os gregos antigos. Isso pode se manifestar em vários domínios, o mais básico de todos sendo a má vontade dos cidadãos em delegar o poder. Eles desconfiavam de maneira generalizada de todos os intermediários, que eles não estavam longe de encarar como uma ameaça para a vontade coletiva (ou até individual). Essa desconfiança se manifestava, por exemplo, em matéria de justiça, onde havia uma má “opinião pública” em relação aos logógrafos, o melhor sendo sempre que o cidadão fizesse ele próprio a sua defesa; os logógrafos sendo uma espécie de “artifício” (Ésquines, *Contra Timarco*, 94).

Havia, entretanto, circunstâncias em que eles não podiam agir diretamente, por exemplo, no caso das embaixadas. Quando os Dez mil enviam embaixadores junto a Ciro, eles o fazem como faria uma cidade, mas os enviados se limitam a colocar as questões previamente estabelecidas, sem margem de iniciativa. Na mesma aventura, vemos os generais convocar enviados, para deliberar sobre o caminho a ser tomado (Xenofonte, *Anábasis*, 1, 3, 20; 6, 1-2, respectivamente). Constatamos que as condições da delegação de poder são sempre limitadas, e quase sempre encaradas como uma solução de substituição, em razão da distância que torna impossível a presença maciça do povo no local onde a negociação vai acontecer. E, quando se trata de uma circunstância grave, os oradores nunca deixam de advertir os que vão votar a delegação sobre a seriedade do momento e das consequências possíveis, a paz ou a guerra, por exemplo (Andócides, *Sobre a paz*, 41). A delegação de poder é uma operação sempre delicada e, se é o inverso que ocorre, o mais normal é que os embaixadores que chegam à cidade sejam postos diante do povo inteiro.

Isso mostra de forma clara uma coisa: se os Antigos não praticaram muito a delegação de poder, não foi por incapacidade em concebê-la ou praticá-la, como ainda lemos por vezes na bibliografia, Eles a conheciam muito bem, e a praticavam ocasionalmente (Larsen, 1955), mas não gostavam nem um pouco dela. Eles pensavam que a delegação comportava um risco enorme para o exercício da soberania do povo. É por isso que eles nunca tomaram o rumo de um regime representativo, que constitui uma generalização sistemática da delegação de poder. No pensamento europeu do século XX, a representação deve assegurar a participação popular; na percepção antiga, ela seria o meio mais seguro de tirar o poder do povo. E é preciso lembrar que isso era também exatamente o que pensavam os que criaram o sistema moderno de representação, ou seja, os teóricos e os políticos liberais do século XIX, que conceberam e instalaram o sistema representativo como um meio de afastar o povo do exercício do poder, e que diziam isso claramente em seus discursos, não sentindo nenhuma necessidade de esconder a intenção ou mascarar os objetivos.

Todo o sistema democrático ateniense será marcado por essa desconfiança em relação à delegação, e os dirigentes da cidade serão submetidos a um controle muito severo de sua ação. E isso em várias etapas. A primeira delas era um exame após a designação para uma função, e antes mesmo da posse; e isso era feito para os mais de mil cidadãos escolhidos anualmente para governar Atenas, quer fossem eles designados por sorteio ou

por eleição (Aristóteles, Constituição de Atenas, 15). Trata-se do exame chamado dokimasia, um controle democrático das funções públicas. Verdadeiro exame de entrada, a dokimasia é concebida, entre outras coisas, como uma garantia contra os efeitos indesejáveis do sorteio, uma espécie de autocontrole do sistema; e nós conhecemos muito bem casos de reprovação, que impediram que um cidadão designado pudesse exercer a função (Dinarco, Contra Aristogíton, 10). Era, pois, uma audição com reais poderes de bloqueio.

Esse exame de entrada se interessa prioritariamente a questões de moralidade social, a questões fiscais, mas também era atento à lealdade do examinado em relação à democracia (Dinarco, Contra Aristogíton, 17). Os jurados do tribunal popular são os guardiões da consciência popular, e todos os futuros governantes devem se adequar a ela. O mecanismo de exame tem um papel de regulador social dos cidadãos encarregados de dirigir a cidade. A participação é submetida à ao julgamento moral coletivo. Colaborar no governo, ser junto cidadão, ser junto governante, exige uma conformidade com a vontade coletiva. E isso, como já disse, podia chegar ao ponto de aparecer como um exame de boa conduta em relação ao regime político estabelecido, a democracia. Podemos colocar essa prática dentro de um conjunto no qual também havia o ostracismo, uma forma de medida preventiva, mas nesse caso dirigida contra os oligarcas (Lísias, Acerca do exame de Evandros, 9), enquanto que o ostracismo foi pensado contra os eventuais “candidatos” à tirania.

Não se deve minimizar o peso desses exames na massa de trabalho dos cidadãos atenienses. O Pseudo-Xenofonte, quando quer explicar a lentidão da justiça ateniense, explica essa lentidão pela sobrecarga de trabalho dos jurados, insistindo na quantidade de exames desse tipo que era preciso realizar anualmente. A dokimasia se afirma como uma espécie de espelho coletivo, que trabalha para conformar uns aos outros, num sentido equalizador, de normalização social, e essa dimensão era já bem percebida pelos atores (Lísias, Contra Fílon, Exame diante do Conselho, 34). Os jurados são os guardiões da democracia, eles distribuíam as boas e as más notas, prática que tinha um impacto social e político ainda maior nas sociedades da honra e da vergonha como eram as sociedades do Mediterrâneo antigo. Os que não se conformavam ao modelo esperado eram objeto de escândalo (Lísias, Contra Andócides, 33). Participar quando a lei o impede era a transgressão suprema, como no caso denunciado por Dinarco, no qual o cidadão em causa não estava quite com o Tesouro (Dinarco, Contra Aristogíton, 13). Eis, portanto, a primeira etapa.

Mas não era tudo. Toda essa gente era examinada de novo no final do mandato anual (euthunai), para ver se haviam agido corretamente durante o mandato (Aristóteles, Constituição de Atenas, 56, 1). O controle se faz então também na saída, e essa prestação de contas era investida de um papel muito importante. Eis aqui uma boa confirmação: para evitar que um político não coloque o povo em situação delicada para condená-lo sob o pretexto de que ele tinha recebido honras públicas da cidade, a lei proibia formalmente que se atribuísse coroas a um magistrado que ainda não tivesse sido aprovado no seu exame de fim de mandato (Ésquines, Contra Ctesifonte, 11). Vemos nesse dispositivo o papel importante do julgamento político, feito pelo povo, do exercício do poder pelos dirigentes, e as precauções para preservar todo o seu poder dissuasivo. A partir daí, não surpreende mais constatar a frequência dos casos em justiça envolvendo a atribuição de coroas honoríficas. É preciso observar também, para evitar uma deformação provocada por nosso olhar contemporâneo, que a prestação de contas não se limitava ao exame do bom uso do dinheiro público, mas que ela comportava também uma avaliação propriamente política da ação do magistrado que deixa a função. E, sem uma aprovação, ele não podia se candidatar a outro cargo. E, resolvendo duas questões com uma só medida, a massa das prestações de contas a realizar em relação ao ano que terminou tornava uma candidatura para o ano que vai começar impossível (tecnicamente impossível, pois a aprovação do ano anterior ainda não estava disponível), salvo para as funções, em pequeno número, onde a iteração era autorizada. Esse dispositivo tinha por resultado um estímulo formidável à rotação dos cidadãos no governo, pois a imensa maioria dos mais de mil governantes tinha que ser substituída por outros mil diferentes.

Como se isso tudo não bastasse, havia ainda outros controles. Para muitas funções, e, sobretudo, as mais importantes, havia o que poderíamos chamar de controle contínuo do exercício do poder. Havia, por exemplo, em cada prytania, um voto por levantamento de mãos para confirmar os generais na sua função, se o povo esti-

mava que eles estavam se saindo bem (Aristóteles, Constituição de Atenas, 61, 2). Todo mês! Temos que esfregar os olhos para acreditar, nós modernos que não temos mais nenhum meio de controlar politicamente o exercício das funções governamentais, e cujos dirigentes escapam por vezes até à jurisdição criminal durante o exercício do cargo; sem falar da diferença de duração dos mandatos que, no caso moderno, faz com que os eleitores esqueçam completamente todos os compromissos de campanha do candidato e que, no melhor dos casos, devem esperar quatro ou cinco longos anos antes de poder punir através do voto os desmandos cometidos pelos eleitos.

Os atenienses concebiam o controle democrático do exercício do poder como pilar do regime, e ninguém escapava dele (Ésquines, Contra Ctésifon, 17). Isso vai tão longe que até os sacerdócios hereditários (Eumolípidas, Céricos, no culto de Deméter, por exemplo) são submetidos ao controle, num compromisso muito refinado, mas para nós modernos surpreendente, entre as tradições sagradas e o novo poder político e suas exigências. Outro exemplo para nós surpreendente, e que mostra que a questão da probidade era apenas um aspecto do controle, é a submissão dos trierarcas à prestação de contas (Ésquines, Contra Ctesifonte, 19), trierarcas que, é preciso lembrar, colocavam seu dinheiro privado à disposição da coletividade, financiando em grande parte a guerra naval. A comédia nos diverte sublinhando o peso desses exames, por contraste, colocando em cena a “loucura judiciária” do povo que, enquanto dicastas, escapam a esse compromisso. O privilégio dos jurados seria enorme (Aristófanes, Vespas, 586-587), já que eles são os únicos a escapar ao julgamento; o dicasta seria uma espécie de rei todo-poderoso dos tempos passados, que não deve prestar contas, pois ele é, ele próprio, um rei (coletivo) da democracia. Até o Areópago e o Conselho são submetidos ao controle; um magistrado ainda não submetido ao controle não pode se ausentar, não pode fazer oferendas aos deuses, ser adotado, deixar testamento.

Participação e controle, indissociáveis, eis as chaves do poder popular. Aos exames diversos que acabamos de ver, poderíamos acrescentar as ações em ilegalidade, que são um controle sobre o processo de elaboração das leis, e determinado orador conclama o povo à vigilância, para que não renuncie a esse poder fundamental, o que poderia significar o abandono da direção dos assuntos públicos a um pequeno número de homens, e assim colocar em risco a democracia (Ésquines, Contra Ctesifonte, 5). Isso criava um clima político que nós não conhecemos. Os políticos, todo cidadão ativo, devia levar em conta permanentemente questões relativas a esses diversos controles, e isso limitava e condicionava seu raio de ação e de iniciativa pessoal. Nós vemos isso até no campo de batalha. Nícias fala às forças atenienses (cidadãos e outros) em Tucídides (7, 61-64). Trata-se de uma explicação do plano de campanha, mas também, ao mesmo tempo, de uma “prestação de contas”, o que só pode ser explicado num regime de participação direta. Nícias é, no episódio, a uma só vez chefe militar em exercício, e chefe político da cidade, sujeito a controle. Onde a dupla função do seu discurso. Ele sabe muito bem que será objeto de um controle político da sua conduta, a posteriori. Ele se antecipa a isso. Plutarco se delicia em mostrar a ingratidão do povo ateniense em relação aos seus maiores chefes (Plutarco, Nícias, 6, 1). Mais do que ingratidão, podemos analisar tais situações como o resultado de uma vigilância estrutural da ação dos dirigentes por parte dos cidadãos, e a tensão que cercava as funções públicas na cidade democrática. As elites gregas, habituadas a prestar contas nos limites estreitos dos círculos nobres, sonham em fazer desaparecer o sistema ateniense, e restabelecer a “normalidade das coisas”, ou seja, que os cidadãos obedeçam aos chefes, e não o contrário (Xenofonte, Memoráveis, 3, 5, 16). Esse sonho mostra que, em democracia, os responsáveis estão sob pressão constante, condição necessária para manter o poder do povo e conter a sede de poder dos poderosos. Isso vai resultar, em alguns atenienses da elite, num desgosto e num distanciamento em relação à política, quando eles tomarem consciência de que são dirigidos, mais do que dirigem a cidade. Muito ficarão tentados pelas alegrias de “cultivar o seu próprio jardim”: tanto aborrecimento, tantos riscos, ser escravo do povo, não, muito obrigado; acho que podemos definir dessa forma uma nova atitude, de alguns nobres, de se retirar da política (Xenofonte, Memoráveis, 2, 1, 8-9). Os governantes estão sob constrangimento, sob uma vigilância de todos os momentos, sob exigência de probidade e de eficácia. Essa imagem do governante “escravo” do povo é excessiva, sem dúvida, mas vale como um reconhecimento de que o povo é quem manda, os governantes sendo apenas os instrumentos da vontade popular. Essa queixa dos nobres acaba sendo um belo elogio da democracia,

sobretudo por vir de defensores de outro sistema de governo e de outra forma de sociedade.

E quanto a nós nisso tudo? Quem poderá afirmar que não temos nada a aprender com a democracia ateniense? Continuo pensando que temos muito a aprender.

6 Responsabilidade, caráter imediato, visibilidade; a democracia direta e nós

Um sistema político de participação direta coloca de maneira diferente a questão da responsabilidade das decisões. Quem é responsável, quando todos podem decidir, muitos de fato decidem e, com frequência, muitos executam juntos as decisões tomadas? A questão não é simples, e os interessados jogam com isso, segundo suas conveniências de momento e situação. Péricles, em dificuldade quando a peste dizima Atenas e a sorte da guerra parece virar de lado, lembra aos seus concidadãos as responsabilidades da participação, eles que, seguindo é verdade os seus conselhos, votaram e aprovaram aquela maneira de conduzir a guerra (Tucídides, 2, 60). Em dificuldade, ele manobra cuidadosamente, falando de corresponsabilidade. A questão é difícil, e ele tem que insistir no tema várias vezes, sempre no sentido de refrescar a memória dos atenienses sobre como a coisa foi decidida. Com isso, ele pretende demonstrar que as decisões tomadas foram boas decisões, e que, portanto, nem ele nem o povo são responsáveis por efeitos de elementos não calculados e não calculáveis segundo ele (a peste). Sim, mas... Prever, justamente, não seria um dos deveres dos que decidem? Será que uma peste, no mundo da época, era um evento assim tão imprevisível a ponto de não entrar em linha de conta na tomada de decisão? Com isso, tocamos numa questão quase intemporal: do faraó do Egito responsável pelas cheias do Nilo, ao imperador da China garantidor de boas colheitas, até um presidente da República francesa (Mitterrand) abalado por uma tempestade particularmente devastadora, é muito raro que a autoridade política não seja responsabilizada quando as coisas vão mal, ainda que sua responsabilidade não seja direta (critica-se então a falta de preparo para o evento excepcional, ou as medidas paliativas insuficientes que acompanham a crise, como se fosse possível sempre prever os efeitos de eventos extraordinários...). Secas extremas, inundações, tsunamis, etc., sempre fazem cair a popularidade dos políticos no poder. Segundo os casos isso pode variar um pouco, mas a questão é sempre colocada. Nas cidades gregas, na Atenas democrática, com mais acuidade ainda, já que a questão da responsabilidade é mais complexa.

Num regime de participação, é necessário fazer pesar a responsabilidade sobre o voto coletivo, e não apenas sobre os que fazem as propostas. Ou seja, não é possível inibir a participação e as proposições. Mas isso tem outro lado, e, na prática, em caso de mau resultado, a tentação do povo em esquecer que eles tinham votado a favor era muito forte, e a concentração do erro sobre quem tinha feito a proposta era o meio mais cômodo de tirar a responsabilidade do povo, para que o grupo pudesse mais rapidamente passar a outras soluções (Tucídides, 3, 41). A tentação era tanto mais forte quanto a nova decisão a ser tomada para remediar a situação de crise depende outra vez do povo, do grupo reunido em assembleia, e que para prevalecer no debate, os oradores vão sempre hesitar em criticar aqueles que vão em seguida votar, escolhendo ou rejeitando as propostas que eles vão fazer. Responsabilizar o povo pelo erro era a certeza de não ser ouvido e seguido. Essa dificuldade, esse contexto psicológico, é especialmente sensível nos momentos de derrota, como quando do anúncio da catástrofe militar ateniense na Sicília, e vemos que os atenienses atacam os oradores que tinham defendido o envio da expedição, como se ele próprio não tivesse votado (Tucídides, 8, 1). É verdade que Tucídides desconfia do povo reunido, o que talvez agrave essa percepção, mas sem dúvida o problema se colocava de fato na realidade política do momento. Nos casos em que as coisas não caminhavam segundo as expectativas, era possível voltar atrás, procurando deslocar a responsabilidade (Xenofonte, Helênicas, 1, 7, 35). Havia, de parte da Assembleia, dificuldade em assumir plenamente a responsabilidade do voto, mesmo quando o debate era claro, mesmo quando os votantes eram esclarecidos e advertidos quanto à ilegalidade do que estava sendo decidido. Os críticos da democracia gostam de explicar que é muito mais fácil identificar as responsabilidades (no caso de um tratado entre cidades, por exemplo) nas oligarquias do que nas democracias, onde se joga a responsabilidade sobre tal ou qual

orador, sobre a eventual ausência do interessado naquela reunião onde a coisa foi votada, ou então sobre uma pretensa sabotagem ou inabilidade na operacionalização do que foi decidido (Pseudo-Xenofonte, República dos Atenienses, 2, 17).

Esse risco de dispersão da responsabilidade existia também nas oligarquias, mas de maneira atenuada, pois o pequeno número das pessoas influentes tornava a identificação dos responsáveis mais fácil. Nos regimes mais abertos, até as pessoas que se encontravam num meio termo entre a política e o simples protocolo corriam riscos: os que organizam a reunião, os que presidem a sessão, os que aceitam colocar as propostas em votação porque é sua função institucional, nem por isso estavam livres do perigo, pois o entendimento geral era que se tratava de um trabalho político, e não apenas protocolar.

É preciso salientar que isso não decorre de uma desonestidade do povo ateniense, e sim de um problema real e inevitável da participação direta. E que nós fomos, independentemente de nossa vontade, livrados desse impasse pelo sistema de representação e pelas eleições; mas nós nos sentimos raramente culpados pelos efeitos nefastos das medidas tomadas por nossos dirigentes, mesmo quando tais medidas fazem parte claramente de seus programas eleitorais.

A isso tudo, o contexto de participação direta acrescentava outras possibilidades de jogar a culpa, acusando adversários de manipulações diversas, de fazer votar os textos em assembleias fora das regras, ou de fraca participação, ou então em final de sessão, quando havia menos gente presente, e mais seguidores de quem iria fazer a proposta (Ésquines, Contra Ctesifonte, 126). Tudo isso pode acontecer, mas tudo isso podia facilmente ser exagerado nos discursos pelas necessidades da causa de uns e de outros.

A posição de poder, assumida pelo povo num regime de assembleia, comportava riscos, entre os quais o de tudo esperar das decisões tomadas: uma espécie de embriaguês do poder. Era preciso ser um Péricles ou um Demóstenes, possuir um enorme capital político, e estar disposto a pagar um preço alto, para ocasionalmente ousar ir contra a corrente, e criticar o povo reunido acerca de suas próprias responsabilidades nas escolhas feitas (Demóstenes, Sobre os negócios do Quersoneso, 23). Será por exemplo também a posição de Teramenes, colocando o povo diante de suas responsabilidades, defendendo-se das acusações de Crítias diante do Conselho (Xenofonte, Helênicas, 2, 3, 45-47).

Mas essa ambiguidade em relação à responsabilidade política das decisões nunca foi eliminada, e ela chegou a entrar na tradição anedótica, feita para divertir, mas que alimentava a reflexão sobre o assunto, como a história contada por Demóstenes (Contra Timócrates, 139) em relação aos locrianos, onde os que faziam propostas de novas leis, o faziam com uma corda no pescoço; se a proposta fosse aprovada, o autor da mesma saía com a vida salva; caso contrário, apertava-se a corda até a morte! Em matéria de riscos da participação política... Se tais histórias circulavam, é porque os atenienses sentiam a necessidade de melhor situar a questão da responsabilidade política das decisões, mas que seu sistema político estava em parte construído sobre essa ambiguidade, e que, portanto, isso era impossível de ser eliminado. É preciso indicar também que tal ambiguidade agenciava, no próprio âmago do sistema, uma grande maleabilidade, uma plasticidade enorme, que permitia ao grupo sair de crises graves mais rápida e mais facilmente, pois era relativamente fácil mudar de ideia e mudar de política, ao preço, é verdade, muitas vezes, de injustiças (mas só aos nossos olhos de Modernos) em relação a certos indivíduos.

Um outro campo onde tudo é diferente no sistema de participação direta é o da relação entre os cidadãos e o tempo, que é totalmente diferente do das nossas sociedades políticas, onde são as eleições que ditam o ritmo, por vezes em intervalos muito espaçados. Ora, para um cidadão grego, e mais ainda numa cidade democrática, a relação entre o voto e as consequências do voto é muito mais imediata. Se o cidadão vota a guerra, ele sabe que há fortes chances que parta depressa para a guerra, com risco para a própria vida; se ele vota um imposto, ele se arrisca a ter de pagá-lo imediatamente. Essa proximidade entre a decisão e as consequências práticas da decisão é um fermento de cidadania que nós perdemos; os participantes se sentem realmente preocupados pelos assuntos políticos. Entre nós Modernos, o laço entre os debates parlamentares e a vida de todos os dias se tornou extraordinariamente distendido, difícil de perceber. E muitas vezes eles não possuem grande impor-

tância, com parlamentos reduzidos a câmaras de registro de iniciativas legislativas do poder executivo. Os gregos, por sua vez, se sentiam realmente no comando, e julgavam qual era o seu interesse a cada momento do processo político.

Esse sistema engendrava também uma grande versatilidade. Em relação a essa “inconstância” do povo, que muda muito facilmente de opinião, os oradores vão demonstrar grande severidade, como Tucídides (2, 65). Episódios como a chamada de volta ao poder de Alcibíades por parte dos atenienses, depois de sua terrível “traição” ao se refugiar em Esparta em plena guerra entre as duas cidades, serão “exemplares”; nos dois sentidos, aliás, já que, uma vez que ele passa a ser considerado pelo povo como o mais apto a servir os interesses da cidade em dado momento (com razão ou não, pouco importa), o mesmo povo coloca o seu interesse imediato bem acima de um possível julgamento moral acerca do seu comportamento passado. O debate em torno desse caso mostra que nada é superior ao interesse coletivo de cada instante.

O envolvimento pessoal dos cidadãos que deliberam é máximo, o peso da responsabilidade política é enorme, e o imediatismo das consequências é por vezes lembrado de forma dramática, como, por exemplo, os emissários atenienses advertindo os mélios sobre as gravíssimas e imediatas consequências da decisão que ele se preparavam para tomar (entrar ou não entrar na liga ateniense, contra Esparta) (Tucídides, 5, 111). Eles lembram aos mélios que eles não terão uma segunda chance. O desenrolar dos acontecimentos, infelizmente para os mélios, dará razão aos atenienses. Estamos aqui num caso extremo; frequentemente, as deliberações e os votos tinham uma grande importância, mas era possível retornar ao assunto e retificar as decisões tomadas anteriormente. Era muitas vezes possível recomençar uma deliberação, como no caso dos embaixadores mitilênios, no mesmo Tucídides (3, 25).

Esse sistema tem um caráter maleável, uma resposta política mais rápida e mais ajustada ao estado da “opinião pública” do momento. Sua grande virtude é a de impedir esses divórcios entre a opinião pública e o governo, que são tão frequentes na nossa experiência política; ele torna bem menos provável esses impasses políticos, forçando um reajustamento dos equilíbrios em presença quase que de forma contínua. O acordo entre a vontade popular e o rumo dos negócios públicos é infinitamente mais harmônico, já que não é preciso esperar meses ou anos para forçar uma mudança de linha política e nem mesmo do pessoal político. A vontade popular prevalece sobre o resto, e isso muito rapidamente.

Mas, ainda que a proximidade temporal entre a decisão e as consequências da decisão é levada ao máximo, ela não é, por definição, total; mesmo num sistema como esse, há um resíduo de descompasso que pode lançar uma dúvida sobre uma decisão tomada. É o que aconteceu, segundo Tucídides (6, 31), em relação à partida da expedição da Sicília. No momento da partida, o medo era maior do que no momento em que a expedição tinha sido votada. É verdade que é mais cômodo fazer a guerra num debate de assembleia do que nos campos de batalha. Essa irredutibilidade de essência entre palavra e ação, nenhum sistema político pode suprimir totalmente; digamos que a democracia ateniense a reduziu a um mínimo histórico, sem dúvida o seu mínimo histórico entre todos os casos conhecidos de sistemas políticos em sociedades complexas. O que não é pouco, convenhamos.

Outro efeito do sistema, derivado do seu imediatismo, são os arrependimentos quanto às decisões tomadas. Aconteceu a muitos atenienses pensar que eles cometeram uma grande bobagem chamando de volta Alcibíades quando este se encontrava em plena rota para a Sicília, e que sem esse “erro” eles talvez tivessem vencido a guerra (Plutarco, Alcibíades, 32, 3). Temos aqui a possibilidade de reconhecer mais uma virtude do sistema, ou seja, a sua capacidade de avaliar de forma contínua as decisões recentes ou menos recentes; ele possui uma forte capacidade de autoavaliação. Mas isso não impede que se incorra no mesmo erro outra vez no futuro. Isso, nenhum sistema é capaz de evitar.

Em relação a esse “resíduo” entre decisão e ação, há um campo em que ele é mais sensível, justamente, que é o domínio da guerra. Eurípides (Suplicantes, 480) chega a desejar que no momento de votar uma guerra, os cidadãos possam ter uma visão da morte, o que traria menos lutos para a cidade. Fora da esfera da guerra, em relação a outros assuntos, parece que essa distância não trazia grandes problemas; mas, para os críticos do poder

popular, havia excessos em todos os campos, e acontece do povo pensar uma coisa no momento em que chega à reunião, que ele vote em sentido contrário durante a sessão, e que ele vá embora já arrependido do que decidiu (Isócrates, Sobre a paz, 52). Mas é um crítico do sistema que fala. A resposta a isso é evidente: a possibilidade de mudar de opinião não seria inerente à democracia? O que é preciso reconhecer é que o sistema, no seu funcionamento, gera e repousa sobre uma psicologia que é muito diferente da nossa. A dinâmica das reuniões frequentes e numerosas é uma dinâmica específica, tanto nos assuntos políticos quanto nos assuntos de justiça; Lísias explicava que o povo é capaz de condenar uma pessoa por um motivo e, uma vez sua cólera passada, no mesmo dia, absolver outra pessoa que cometeu os mesmos atos (Lísias, Sobre os bens de Aristófanes, 5-6). Tocamos aqui noutro aspecto dos regimes de assembleia (ou de júri popular). A emoção à flor da pele tem um grande impacto na deliberação. A inconstância se afirma então como um mecanismo altamente salutar, permitindo “corrigir o tiro”, retornar a pontos já decididos, para melhor ajustar a decisão às circunstâncias. Eles não se condenavam antecipadamente a permanecerem fiéis às decisões tomadas, unicamente por elas terem sido tomadas.

Outra dimensão específica do sistema de participação direta, sobretudo em democracia, governo ainda mais aberto e coletivo do que outros, é que ele não pode funcionar sem uma vasta discussão e uma grande circulação da informação em geral. Eles sabiam que isso comportava vantagens e inconvenientes. Em Aristófanes, por exemplo, Diceópolis aponta o caráter problemático da discussão aberta de certas questões. Ele diz que escolheu falar em um momento do ano em que “estamos entre nós”, quando ainda não há muitos estrangeiros em Atenas (Aristófanes, Acarnenses, 500-508). Eles estão “entre si”, mas o problema é que isso pode significar vários milhares de indivíduos. O campo em que essa discussão entre publicidade e segredo colocava mais problemas era o da guerra, tanto mais que a guerra era, na tradição grega, e não apenas em democracia, uma atribuição da Assembleia, já que cidadãos e soldados eram as mesmas pessoas. Nós o vemos em certos episódios, como aquele em que um general ateniense quer encerrar o cerco de Siracusa, fazendo votar a decisão pelos soldados, o que implica um debate aberto. Nícias não concorda, afirmando que não seria prudente fazer assim, pois o inimigo certamente tomaria conhecimento dos planos. Nesse episódio, a coisa acabaria não se fazendo daquela forma, mas poderia perfeitamente ter acontecido.

Vemos de novo dificuldades semelhantes aparecerem durante a aventura dos Dez mil, quando, próximos do retorno à Grécia, eles consideram a possibilidade de se dotar de um chefe único, para decidir mais depressa, em segredo, para surpreender o inimigo se necessário (Xenofonte, Anábase, 6, 1, 17-18). Mas isso não era o “normal”, ou seja, a decisão colegiada dos generais tomada por maioria de votos. Nesse caso, eles apostam no segredo, na rapidez e na eficácia. Mas os gregos ficarão sempre divididos entre as vantagens do segredo e a exigência de transparência na tomada de decisões em assunto de tão grave importância, e, no decorrer da mesma expedição, Xenofonte se vê em má situação, acusado de tomar decisões sem consultar os outros (Xenofonte, Anábase, 5, 6, 27). Nesse episódio, há uma clara primazia dos “cidadãos”-soldados sobre os seus chefes, e a exigência de transparência é mais forte do que outras considerações.

A forma democrática, como em Atenas, acrescentava a questão da visibilidade das decisões a outras “desvantagens” que, para certos críticos do sistema, poderiam colocar em perigo a própria sobrevivência da cidade. Era essa, por exemplo, a grande vantagem de Felipe, segundo Demóstenes (Sobre a coroa, 235), que além de muitas outras coisas, não era obrigado a anunciar decisões por decreto, nem deliberar em público, que não era levado a tribunal como os líderes atenienses, que não corria os riscos de acusação de ilegalidade, que não prestava contas de suas ações de governo. Como vencer um inimigo dispondo de tais vantagens? Felipe, é verdade, é o inverso da democracia, e nós quase ficamos com pena dos atenienses, limitados por tantas obrigações e restrições. O problema é que, suprimir tais restrições corresponderia a por fim à democracia, e até por fim à polis como modelo de vida coletiva; se fosse assim, que sentido haveria em lutar? Vemos o choque de dois sistemas, e Felipe acabará vencendo; mas a vitória não estava garantida por antecipação; contra os persas, dois séculos antes, os atenienses tinham superado obstáculos análogos, e eles também poderiam ter vencido Felipe. Querónia foi tudo menos uma batalha fácil para Felipe.

Eles eram conscientes da necessidade da visibilidade e também de seus inconvenientes, e eles imaginaram algumas estratégias, que podiam funcionar muito bem, como transferir certas decisões da Assembleia para o Conselho, mais limitado em número de participantes (Andócides, Sobre o retorno, 19). Segredo relativo, é verdade, pois partilhado entre 500 buleutas... O que estava em jogo em tais escolhas era quem controlava as decisões importantes para a cidade. Os mélios não quiseram que os emissários atenienses falassem diretamente ao povo (Tucídides, 5, 84). É claro que a participação direta maciça é menos controlada do que as decisões em conselho restrito. Apesar dos inconvenientes do sistema, os atenienses eram orgulhosos dele, sabendo bem que no seu caráter aberto e visível repousava a maior garantia de poder para os cidadãos sobre a política da cidade. Esse pensamento se afirma de forma calma e orgulhosa na Oração fúnebre, Atenas confiando mais no valor dos seus do que em segredos e estratagemas (Tucídides, 2, 39). É melhor que todos saibam bem o que estão defendendo, ou seja, a liberdade...

Mas o problema estava longe de estar limitado à questão da guerra, e a visibilidade das decisões era o cotidiano do cidadão ateniense; a visibilidade era então acompanhada pela publicidade. Os decretos da restauração democrática de 403 são lidos (Andócides, Sobre os Mistérios, 83-84), um exemplo entre muitos outros, o que reafirma o caráter aberto do processo legislativo instaurado então, simplesmente melhor controlado pelo papel dos novos nomotetas. Mas isso não muda os processos básicos do sistema democrático, a divulgação pela voz e pelos textos expostos nos locais mais acessíveis e mais importantes da cidade. E como os gregos liam em voz alta muito mais do que nós, os leitores individuais diante dos textos expostos deviam funcionar como repetidores reatualizando a mensagem através de novas performances de leitura, sem dúvida ao lado de outros, cidadãos ou não, que não sabiam ler ou que liam mal. A importância da publicidade pelo escrito, e o papel do escrito nos mecanismos políticos, é uma das razões que explicam que Atenas tenha tido uma das proporções mais altas da história de pessoas que sabiam ler e escrever, antes da Europa ocidental do século XIX. Essa necessidade de publicidade das decisões, dos textos de lei, das listas de magistrados, das convocações de reuniões, de sorteio dos nomes, entre outras, eram normais no sistema, era o cotidiano da vida política, até mesmo no exagero da comédia, onde vemos Diceópolis querendo divulgar seu tratado no ambiente do mercado (Aristófanes, Acarnenses, 727-728). Ele o faz, e o público do teatro vê isso como um reflexo comum, banal, da vida coletiva habitual.

No campo da justiça, o andamento dos assuntos seguia a mesma lógica, com os magistrados divulgando por escrito o andamento dos processos, o que tinha certamente repercussões políticas em termos de reputação para os cidadãos cujos nomes apareciam com frequência nessa divulgação. De forma mais geral, é significativo que, frequentemente, as decisões coletivas eram acompanhadas, no próprio texto, de suas modalidades de divulgação, como se essa questão fosse tão importante quanto a decisão em si (Bertrand, Inscriptions, 64).

Em resumo, aquilo que é uma forte exigência nas sociedades democráticas de hoje, a transparência, era muito melhor assegurada na democracia ateniense, sem dúvida porque eles se sentiam e porque eles eram muito mais senhores das decisões, muito mais no poder do que nós.

7 A democracia e o dinheiro

Last but not least, as questões de dinheiro. Elas são centrais no mundo de hoje. E para eles? A cultura política da democracia ateniense, em relação às questões de dinheiro, merece uma atenção especial. Os interesses materiais eram legítimos em princípio, mas deviam guardar uma relação com o interesse coletivo. Essa democracia era ao mesmo tempo muito próxima e muito distante das nossas nesse assunto. Ela era uma democracia estritamente política que, enquanto regime, não se dava por objetivo a redução das desigualdades sociais e econômicas. A democracia ateniense chegou até a se fixar como regra de não alterar a estrutura da propriedade fundiária, ponto sensível para a estabilidade social e política da comunidade. O arconte ateniense, quando entrava em função, era até obrigado a jurar não fazer redistribuição da terra durante o seu exercício da função. A maior parte dos cidadãos atenienses da época clássica era composta de proprietários de terra, mas não todos, e havia

fortes disparidades do ponto de vista da riqueza. Mas o que ocorre é que, apesar de tudo isso, o sistema, pela própria lógica do seu funcionamento, induzia uma certa redistribuição de riqueza, na margem é verdade, mas de uma certa importância. Isso não estava no “programa” do regime, mas derivava de sua “estrutura”, pois a massa tinha importância política, em função de seu direito à palavra, de seu direito de iniciativa legal, de seu direito de voto (e voto direto das leis), e – é preciso não esquecer – do seu direito de julgar, inclusive questões relativas à riqueza privada. Podemos afirmar, sem receio de anacronismo, que Atenas foi uma primeira forma de welfare. Em relação a isso, podemos constatar as mesmas satisfações e as mesmas críticas que as redistribuições provocaram no mundo contemporâneo, salvo talvez a acusação de estimular a preguiça, pelo menos com a mesma força que entre nós, já que o valor “trabalho” não tinha o mesmo peso moral na Antiguidade.

Uma primeira forma de redistribuição, foi o sistema das liturgias, segundo o qual os ricos, com seus próprios recursos, financiavam as atividades de interesse coletivo. Eles se encarregavam, por exemplo, de montar os espetáculos para a cidade, de contribuir para a construção de edifícios para o benefício de todos, a começar pelos templos, ou ainda de participar da montagem da marinha de guerra. A contrapartida para os ricos era o reconhecimento público e títulos honoríficos, essenciais no desenvolvimento de uma “carreira” política. Mais ou menos obrigatório desde o início, mas ainda contando com um componente de voluntariado muito forte, o sistema se torna cada vez mais obrigatório, e o papel do povo nos tribunais foi talvez o fator que mais contribuiu para difundir a ideia segundo a qual tratava-se de uma obrigação da qual não se podia escapar (Lísias, *Contra Andócides*, 48). Atenção aos que não cumpriam o seu “dever”, e que, por algum motivo, tinham que se defender diante do Tribunal popular... Eles corriam riscos. Em suma, as fontes nos passam a impressão de que o sistema foi cada vez mais sentido como uma forma de imposto que não dizia o seu nome, pois o imposto em si (pelo menos o imposto regular) era visto como relativamente incompatível com o status de cidadão. O paralelo entre Címon e Péricles ficou famoso desse ponto de vista: Címon, riquíssimo, pode se permitir muitos favores ao povo, o que o menos rico Péricles não consegue fazer. Este último precisou então organizar as remunerações com dinheiro público, afim de não perder prestígio na luta pelo poder. Teríamos assim a origem histórica da mistoforia enquanto sistema de largo espectro, uma espécie de clientelismo com dinheiro público, que resulta numa muito mais ampla redistribuição de recursos. Se, no início, as liturgias se aparentavam a uma forma de clientelismo na qual os ricos afirmavam seu poderio, o poder popular acabou as transformando em uma espécie de dependência invertida, impondo uma forma de despotismo sobre os privilegiados. Haverá 1200 ricos atenienses sujeitos à trierarquia, dos quais 300 muito ricos que deviam a proeisphora, um adiantamento das somas previstas para a cobrança do imposto sobre o capital (Vannier, 1988). É, então, fácil constatar que a “base fiscal” era, no que se refere a essas obrigações criadas pela fortuna, muito estreita, se levamos em conta uma média de 30000 cidadãos e uma população total em torno de 250000 habitantes na Ática. O que eu quero dizer com isso é que, ainda que permanecendo nos limites da não redistribuição da propriedade, a democracia ateniense teve um impacto considerável no plano socioeconômico, levando a um máximo possível a redistribuição da renda. A pressão sobre os ricos foi muito longe, até um ponto inaceitável para eles, quando certos ricos se viram obrigados a vender terras para poder pagar certas obrigações em relação à cidade. Eles tiveram então a impressão de que o “pacto” social tinha sido rompido, e que se estava passando de uma certa redistribuição de renda a uma verdadeira redistribuição da propriedade. A tensão subiu. Platão falará de duas Atenas face a face, Aristóteles fará o elogio da classe média, e Isócrates se lamentará quanto à falta de sorte dos ricos (Isócrates, *Acerca da troca*, 159-160), dizendo que a riqueza passou de objeto de orgulho a uma forma de vergonha que é preciso esconder. Esse tipo de lamentação de elite é um grande clássico dos afortunados de todas as épocas, é verdade. Mas isso não deve impedir de ver que, na democracia ateniense, os ricos estavam sob pressão, pelo próprio fato do regime ser democrático. A riqueza privada não se justificava por si mesma, mas tinha que aparecer como em parte ao serviço da comunidade, e sem isso não encontrava a sua legitimação social. Isso podia ir muito longe aos olhos dos contemporâneos, como, por exemplo, o fato – eu insisto, pois considero muito importante – de que os trierarcas, que colocavam seu próprio dinheiro na marinha de guerra, estavam submetidos ao exame público em relação a essas “doações” também (Ésquines, *Contra Ctésifon*, 19); em outros termos, a

coletividade conservava direitos inclusive sobre o dinheiro privado.

Em Atenas, a democracia de participação direta acabou criando uma rede de “seguridade social” em um nível desconhecido nas cidades desprovidas de poder popular (e de poder imperial). Isso criou uma situação muito rara na Antiguidade, e na história em geral: as pessoas esperavam algo do Estado em virtude de sua qualidade de cidadão, em termos de “direitos”, e não em termos de caridade ou de clientelismo (Lísias, Em defesa do inválido, 4). O direito dos órfãos de guerra de serem criados pela cidade é, segundo Péricles na Oração fúnebre, um motivo de glória para Atenas. E nós sabemos que não se tratavam de direitos “teóricos”, já que alguns deles estavam integrados no funcionamento institucional, como a “visita dos enfermos” que estava prevista na ordem do dia das reuniões do Conselho (Aristóteles, Constituição de Atenas, 49, 4). Essa forma de seguridade social institucionalizada, essa rede de segurança oferecida aos pobres pela democracia seria impossível de conceber num outro tipo de regime. Os valores eram modestos, às vezes muito modestos, mas isso podia salvar muitos atenienses da mendicância. Os privilegiados puderam denunciar o quanto quiseram esse sistema de redistribuições (Isócrates, Areopagítico, 54), mas o povo permaneceu muito apegado a ele, pelo menos enquanto a cidade teve recursos para mantê-lo.

Esse sistema permitirá aos atenienses modestos degustar os prazeres inacessíveis a todos os outros modestos da Antiguidade. É exatamente o que diz o Pseudo-Xenofonte acerca da mesa dos atenienses, seu acesso a banquetes, a banhos, à palestra e a outros prazeres (Pseudo-Xenofonte, República dos atenienses, 2, 7-10); nada disso existiria para eles, sem a democracia. Trata-se de supérfluos, e isso é tanto mais importante do ponto de vista simbólico, além das satisfações muito reais, no campo do sensível. O supérfluo vem se juntar ao essencial: o poder marítimo no exterior, combinado ao poder popular no interior da cidade, criou uma situação altamente apreciada, ou seja, a garantia do aprovisionamento em grãos a preços muito estáveis, afastando a ameaça da penúria alimentar, o que foi talvez a conquista mais fundamental do povo no regime democrático. É sem dúvida o ganho mais concreto, mais imediato, mais cotidiano que o regime de participação direta proporcionou ao povo de Atenas.

Mas que não se pense que a política só era benéfica para os atenienses modestos; os ricos podiam se tornar ainda mais ricos através da política, e os atenienses não consideravam isso suspeito e ilegítimo (como nós, por princípio). Mas era preciso que fosse de preferência com dinheiro estrangeiro, de forma transparente e com o consentimento do povo, e caso a ação que criou o lucro tenha também beneficiado a cidade inteira (Hipérides, Contra Demóstenes, 25). As diversas possibilidades de enriquecimento em política explicam em grande parte o fato de que as conclamações de solidariedade entre ricos tenham tido um eco limitado, salvo em períodos de crise grave da cidade. Em tempo normal, sua intensidade não era suficiente para colocar em risco a democracia.

Outro aspecto ligado às questões de dinheiro é a corrupção, que foi sempre uma das grandes preocupações dos atores da democracia antiga. E – o que causa até certa surpresa – no que se refere à corrupção, até os adversários do regime atribuíam-lhe uma certa virtude, especialmente na esfera judiciária (Aristóteles, Constituição de Atenas, 41, 2). O poder mais disperso na democracia induz um menor risco de corrupção, através de uma diferença mecânica: é mais complicado, mais difícil e mais caro corromper muita gente do que um pequeno grupo. Não se trata, no início, de uma diferença moral (o povo mais virtuoso do que os ricos), mas isso acaba resultando exatamente numa diferença moral (o regime democrático, pela sua organização, favorece uma prática judiciária mais moral do que a justiça anterior). A crítica dos privilegiados vai ser obrigada a se deslocar para outro nível, considerando o próprio fato de pagar pela participação dos cidadãos uma espécie de corrupção coletiva em grande escala (Aristófanes, Assembleia das mulheres, 303-310).

Há um ponto sensível em que o fato de ser pago colocava um problema, nesse regime de palavra direta, e era justamente o caso daqueles que tomavam a palavra num certo sentido recebendo dinheiro por isso (Dinarco, Contra Aristogiton, 16-17). Era legítimo lutar por seus próprios interesses, com convicção e de boa fé. As práticas próximas do nosso “lobbying” eram moralmente inaceitáveis e a razão disso era simples: não deveria haver uma distância entre o que era dito e quem dizia. Quando tal distância se instalava, o próprio princí-

pio da participação direta era negado, de certa forma. Vemos, por exemplo, Demóstenes criar a imagem, para nós divertida, do dinheiro que “puxa para ele” o raciocínio, como numa balança intencionalmente falseada (Demóstenes, *Acerca da paz*, 12).

Em suma, a democracia ateniense tinha um limite de tolerância em relação ao dinheiro na política que era relativamente amplo. Deixava-se correr, eles eram muito pragmáticos. Se as coisas andavam bem, ótimo; mas se a coisa ia mal, o dinheiro se tornava um poderoso argumento de acusação no jogo político e, sobretudo, nos tribunais. A consequência dessa situação geral era que as acusações de corrupção eram muito frequentes, criando um sentimento de corrupção generalizada (Demóstenes, *Sobre a embaixada*, 300). Isso era sem dúvida um exagero com fins de polêmica, mas o sistema tinha, nesse campo, certa vulnerabilidade. O sentimento que nós temos é que tudo não podia ser verdade; mas que tudo não podia ser falso. Havia corrupção. Será que a democracia antiga gerava corrupção como um fato inevitável de sua organização? Ou então, simplesmente, a maior transparência inerente a um regime muito mais aberto que os outros regimes antigos tornava a corrupção existente mais visível e, justamente por isso, mais intolerável? Se for isso, passaríamos de uma fraqueza a um ponto forte, e a crítica se tornaria um elogio da democracia. É inútil dizer que essa é a minha opinião.

Nós vivemos uma época em que o welfare está em forte regressão, combatido pelo neoliberalismo nesses últimos trinta anos. Ora, o welfare contemporâneo foi uma criação das nossas democracias. O próprio de qualquer poder é criar lucros. A democracia antiga alargou o número de beneficiários a uma quantidade de pessoas muito maior do que todos os regimes antes dela, muito maior do que todos os regimes não democráticos de seu próprio tempo, assim como de todos os regimes que existiram entre eles e as nossas democracias. Mas a ironia da história é que, pelo menos por hora, o sistema das redistribuições atenienses teve uma duração maior do que nos regimes contemporâneos. E se essas redistribuições contemporâneas vierem a regredir ainda mais ou até desaparecer (o que é um risco real), a democracia ateniense permaneceria por um tempo indeterminado como a mais longa experiência de redistribuição política da riqueza de toda a história.

Alguns balanços provisórios

Minha convicção profunda é que é preciso repolitizar a cidade, Antiga e Moderna, fazendo da Antiguidade uma forma de conhecimento pertinente para o presente. Nós, especialistas da Antiguidade, não temos mais escolha: é isso, ou desapareceremos definitivamente. Não se trata de idealizar o passado ou a democracia ateniense. Menos ainda de ser menos rigoroso ou menos exigentes nos nossos procedimentos e nas nossas análises. Mas eu afirmo que, em relação à Antiguidade, como em relação a qualquer herança, nós temos um direito de inventário. É legítimo – e necessário – escolher certos aspectos da Antiguidade que podem nos interessar, servir de fonte de reflexão e até mesmo, por vezes, de inspiração. Há campos em que existe um incontestável “reservatório de atualidade” no passado clássico, que é urgente colocar à disposição do mundo de hoje. Por exemplo, o caráter “aberto” dos sistemas politeístas, contra os perigos da Verdade em suas versões intransigentes ou integristas, com a intolerância que delas resulta, o que é um dos grandes perigos de hoje em dia. Por exemplo, a construção de conjuntos políticos e estatais tendo por base o respeito a uma lei coletiva e coletivamente estabelecida, contra os perigos das solidariedades étnicas, religiosas ou comunitárias, outro enorme perigo da nossa época. Por exemplo, ainda, e foi essa a minha tentativa aqui, uma democracia que seja digna desse nome, que seja baseada na dignidade da participação cidadã, e não sobre a alienação da representação e a ilusão midiática. Uma democracia na qual a cidadania não seja reduzida a uma questão de direitos dos usuários, ou pior, de direitos dos consumidores.

É preciso ser muito claro num debate minado como esse, em que a má fé dos nossos contraditores nunca está longe. Não pretendemos aqui desmerecer nenhuma das liberdades ditas “formais”, as liberdades do indivíduo conquistadas com muitas lutas ao longo dos séculos. Isso é insubstituível. Insubstituível e, infelizmente, muito ameaçado. O apagamento da política, a redução da participação cidadã, eis o que coloca em perigo a democracia e as liberdades. Entre democracia e liberdades, não se deve escolher; queremos as duas. Sem uma verdadeira democracia, sem uma cidade repolitizada, as próprias liberdades serão em breve apenas uma vaga lembrança. Fica-

remos sem democracia e sem liberdades. Uma questão, aliás, se impõe: parece que nós ainda dispomos de um certo número de liberdades (ameaçadas, é verdade, por muitas transformações recentes, como a vigilância generalizada dos cidadãos, fichados, seguidos o tempo todo, “biometrizados” em toda parte). Mas, para além das liberdades, no que se refere à democracia propriamente dita, na sua dimensão de decisão política, será que ainda podemos dizer que vivemos num regime digno desse nome? A democracia ateniense pode nos ajudar a meditar essa pergunta e, quem sabe, preparar o futuro...

Bibliografia

- BERTRAND, J.-M (Inscriptions), *Inscriptions historiques grecques*, Paris, Les Belles Lettres, 1992.
- BOËLDIEU-TREVET, J. (2007), *Commander dans le monde grec au V siècle avant notre ère*. Besançon, Pufc.
- CARTER (1986), *The quiet athenian*. Oxford, University Press.
- DABDAB TRABULSI, J.A. (2006), *Participation directe et démocratie grecque. Une histoire exemplaire?* Besançon, Pufc.
- DAVIES, J. (1984), *Wealth and the power of wealth in classical Athens*. Salem, The Ayer Company.
- FARRAR, C. (1988), *The origins of democratic thinking. The invention of politics in classical Athens*. Cambridge, University Press.
- FINLEY, M. (1983), *Politics in the ancient world*. Cambridge, University Press.
- FOUCHARD, A. (1998), *Aristocratie et démocratie*. Paris, Les Belles Lettres.
- HANSEN, M. (1986), *Demography and democracy. The number of Athenian citizens in the fourth-century B.C.*, Herning, Sistine.
- HANSEN, M. (1993), *Le démocratie athénienne à l'époque de Démosthène*. Paris, Les Belles Lettres.
- HANSEN, M (2001), *Polis et cité-tat. Un concept antique et son équivalent moderne*. Paris, Les Belles Lettres.
- LARSEN, J. (1955), *Representative government in Greek and Roman history*. Berkeley, University of California Press.
- LÉVÊQUE, P., VIDAL-NAQUET, P. (1964), *Clisthène l'Athénien*. Paris, Les Belles Lettres.
- LORAU, N. (1997), *La cité divisée*. Paris, Payot.
- MEIER, Ch. (1995), *La naissance du politique*. Paris, Gallimard.
- MORA, F (2008), *Ripensare la democrazia*, Polifemo, 8, 1, 1-39.
- MOSSÉ, C. (1993), *Le citoyen dans la Grèce antique*. Paris, Nathan.
- OBBER, J. (1989), *Mass and elite in democratic Athens*. Princeton, University Press.
- OBBER, J. (1998), *Political dissent in democratic Athens. Intellectual critics of popular rule*. Princeton, University Press.
- OSTWALD, M. (1986), *From popular sovereignty to the sovereignty of law* Los Angeles, University of California Press.
- RAAFLAUB, K. (2004), *The discovery of freedom in ancient Greece*. Chicago, University of Chicago Press.
- ROSANVALLON, P. (2006), *La contre-démocratie. La politique à l'âge de la défiance*. Paris, Seuil.
- RUZÉ, F. (1997), *Délibération et pouvoir dans la cité grecque de Nestor à Socrate*. Paris, Publications de la Sorbonne.
- SAKELLARIOU, M. (1989), *The polis-state. Definition and origin*. Athènes-Paris, De Boccard.
- TOSEL, A. (1995), *Démocratie et libéralismes*. Paris, Kimé.
- VANNIER, F. (1988), *Finances publiques et richesses privées dans le discours athénien*. Paris, Les Belles Lettres, 1988.
- WOOD, E. (1994), *Contadini-cittadini & schiavi. La nascita della democrazia ateniesi*. Milão, Il Saggiatore.

A defesa do nacionalismo para o país na Revista Brasiliense: os intelectuais em ação. The defense of nationalism for the country in Revista Brasiliense: the intellectuals in action.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1959>

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz

Docente do Estado de Minas Gerais

Mestre em História pela UFMG

glauberduardoribeirocruz@gmail.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-5445-0010>

Recebido em: 30/09/2016 – Aceito em: 01/10/2017

Resumo: A sociedade brasileira na década de 1950 passou por um momento de transformações e efervescência social, política, econômica e cultural intenso. O debate na busca de definir projetos políticos para o futuro do país estava em torno dos seguintes temas: modernização, urbanização, explosão demográfica, aspirações de participação na política e na literatura. A possibilidade de debater idéias, expor pensamentos e participar direta ou indiretamente do governo explicitou atores políticos e sociais significativos para a constituição de espaços de sociabilidades, dinamizando e revelando os intelectuais e seus objetivos para a sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Intelectuais, nacionalismo, Revista Brasiliense.

Abstract: The Brazilian society in the 1950s went through a moment of transformations and social effervescence, political, economic and cultural intense. The debate seeking to define political projects for the country's future was on the following topics: modernization, urbanization, demographic explosion, aspirations to participate in politics and literature. The opportunity to discuss ideas, thoughts and expose participate directly or indirectly from government explained significant political and social actors to form sociability spaces, simulating and revealing intellectuals and their goals for the Brazilian society.

Keywords: Intellectuals, nationalism, Brasiliense Magazine.

¹O autor alerta que para trabalhar com os intelectuais requer: "(...) a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas" SIRINELLI, Os intelectuais, p. 245.

²Capitão de origem judia e alsaciana, Alfred Dreyfus é injustamente acusado de fornecer documentos secretos ao exército alemão. Preso em 1894, ele é julgado de maneira sumária e condenado à degradação militar e a deportação. Longe de ter sido somente um erro judiciário, o "caso Dreyfus" correspondeu a uma das maiores crises políticas da III República francesa. (RODRIGUES, O intelectual no campo cultural francês, p. 399)

Os intelectuais na década de 50 e os projetos políticos para o país.

A história dos intelectuais aparece na historiografia, na segunda metade da década de 1970, como campo aberto no cruzamento das histórias política, social e cultural e mudando o status nas representações coletivas, dessacralizando-o. Para Sirinelli (1996) o intelectual é um mediador cultural, em sua visão ampla e engajado, em sua concepção restrita; relatando a importância de utilizar conceitos como o itinerário, a geração e a intelectualidade para desenhar mapas e trajetórias capazes de abranger uma visão ampla. Os intelectuais na procura por intervir na sociedade francesa buscariam fugir da suspensão e do ostracismo dentro da política e da biografia, definindo-se como grupo social vago e de limites imprecisos, entusiasmado pelas massas e divulgando os seus trabalhos em periódicos, buscando a assimilação de suas idéias pela população¹.

Helenice Rodrigues (2005) mostra como o caso Dreifus² consolida o surgimento de uma categoria social, a sua relação com a luta contra o poder e o direito à palavra pública na França no fim do século XIX e início do XX. Com o caso Dreifus, inauguram-se valores morais no campo político, reforçados após a Segunda Guerra Mundial, onde o intelectual reivindica moral e politicamente a sua opinião no espaço público, cultivando o uso da razão em defesa da verdade. A sua ação efetiva e concreta no espaço público consolida um engajamento político em defesa de princípios universais e de valores progressistas, reabilitando o homem em sua totalidade, com uma crítica social baseada em nome da moral e da liberdade.

A produção do saber e a enunciação da verdade são os elementos essenciais para o engajamento intelectual capacitado para representar a consciência universal pelos discursos. A verdade torna-se uma necessidade, um imperativo e um dever moral contra a guerra da Argélia³ e atribui aos intelectuais engajados a capacidade de esclarecer aos sujeitos oprimidos a sua tarefa de restituir um sentido às suas histórias⁴.

A intelectualidade brasileira procura exercer influência nas decisões do poder, com a defesa intransigente da política econômica voltada para o desenvolvimento e formulando respostas às necessidades da sociedade, em um Estado de compromisso característico do nacional-desenvolvimentismo⁵. Constituído pela perspectiva de reforma social, os projetos nacionalistas buscaram autonomia dos Estados Unidos da América e impulsionaram o desenvolvimento econômico pela política externa independente, conferindo sentido ao nacionalismo da época⁶.

No Brasil, o período entre 1945 e 1964 é caracterizado pela invenção, conquista e ampliação da democracia política no âmbito do conflito e da luta social, construindo assim uma sociedade em processo de organização e mobilização crescente e interessada em manter as regras democráticas, com o funcionamento de instituições e o reconhecimento dos projetos políticos⁷. A sociedade brasileira vivencia um aprendizado político único, com um rico e amplo debate político e ideológico, no período da vigência democrática, sendo esta praticada no cotidiano, verificado pela liberdade de imprensa, de organização e ainda com o arrefecimento dos projetos políticos inseridos no contexto mundial da Guerra Fria e a polarização do mundo entre comunistas e capitalistas.

³Com o início da guerra da Argélia, os intelectuais franceses divulgaram as suas idéias contrárias às atitudes do governo, em defesa do colonizado e contrários ao uso da violência. "A guerra da Argélia oferece a ocasião ideal para o engajamento efetivo dos intelectuais, a concretização da noção, até então abstrata, de engajamento se efetua através do discurso. O 'logos' torna-se 'práxis', ou seja, o ato do discurso transforma-se na própria ação de militância". (RODRIGUES, O intelectual no campo cultural francês, p. 411).

⁴Rodrigues mostra como os intelectuais relacionaram verdade e razão para o esclarecimento da realidade: "A necessidade de enunciar a verdade se impõe, então, aos intelectuais engajados como um dever moral, contra a mentira pública e o erro judiciário" (RODRIGUES, O intelectual no campo cultural francês, p. 398).

⁵ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. pp. 97-117.

⁶"(...) a noção de nacionalismo desempenhou um papel fundamental como fator de mobilização e coesão política interna, necessária a estabilidade do projeto desenvolvimentista". VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). p. 215.

⁷O autor relata para as crises da República acontecidas nos anos de 1954, 1955 e 1961 que "foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais, incluindo o povo nas ruas, greves de trabalhadores organizados, protestos de capitalistas em suas associações de classe, estudantes e intelectuais mobilizados, entre outros grupos sociais defendem a democracia" (FERREIRA, Crises da República: 1954, 1955 e 1961, p. 338).

⁸Segundo Jaguaribe, os intelectuais estavam voltados "(...) para a sua aplicação de suas categorias a análise da realidade brasileira, como proposta ao desafio do nosso subdesenvolvimento" (JAGUARIBE, O ISEB e o desenvolvimento nacional, p. 32).

⁹JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. pp. 31-42.

(...) que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam publicamente para defender seus projetos sociais e econômicos (NAVARRO DE TOLEDO, 2005, p. 69).

A proposta de debater publicamente, mediante espaços de sociabilidades voltados para a efervescência da circulação de idéias e projetos políticos, desencadeou a necessidade dos intelectuais vencerem um dilema entre o positivismo e o marxismo, compreendendo a correlação entre a cultura universal e a problemática brasileira⁸. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um espaço de sociabilidade que se propôs a analisar a sociedade brasileira com a manifestação de um pensamento novo, com um nacionalismo aberto, racional e crítico.

Para Jaguaribe (2005), os isebianos pensaram como seria possível a superação do subdesenvolvimento e a viabilização de um esforço de desenvolvimento nacional, tendo como solução o projeto nacional-desenvolvimentista que atribuía à burguesia nacional, em articulação com a classe operária e a classe média moderna, um papel decisivo na mobilização de um esforço de desenvolvimento industrial e encaminhado para um projeto nacional⁹. Na década de 1950, o prenúncio do desenvolvimento econômico e social estava interligado com a independência de forças políticas e econômicas, em que o ISEB preocupava-se em construir instrumentos teóricos e metodológicos para interpretar o Brasil e nele atuar praticamente¹⁰.

Pécault (1990), analisando a sociedade, os intelectuais e os espaços de atuação dentro do campo político no Brasil no período pós-64, mostrou a relevância das Revistas *Civilização Brasileira*, *Paz e Terra* e *Política Exterior Independente*, revelando-as como fiéis ao campo nacionalista e com elementos que passam da teoria para a prática. A expansão dos espaços de sociabilidades demonstra a incipiência da discussão em torno de temáticas voltadas para a solução dos problemas sociais brasileiros, sendo as revistas um veículo de circulação e divulgação de idéias e propostas políticas¹¹.

A modernização, a urbanização, a explosão demográfica, as aspirações de participação na política e na literária são difundidas com o objetivo de explicitar para sociedade os projetos políticos e as expectativas para o futuro. Dentre os periódicos que circulavam no período entre a década de 1950 e 1960 está a *Revista Brasiliense*, objeto de nossa análise.

Revista Brasiliense: a busca pelo nacionalismo.

Em circulação entre os anos de 1955 e 1964, a *Revista Brasiliense* surgiu dentro da Editora Brasiliense localizada na rua: Barão de Itapetinga, 93, no 12º andar em São Paulo, tendo como diretor responsável Elias Chaves Neto e o conselho de redação constituído por Sérgio Milliet, Caio Prado Júnior, Edgard Cavalheiro, Sérgio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, E. L. Berlinck, Álvaro de Faria, Nabor Caíres de Brito. Entre os fundadores estavam baianos, cariocas, cearenses, pernambucanos e, principalmente, paulistas. O periódico tinha como objetivo ser um espaço de sociabilidade capacitado para divulgar e difundir um projeto político para o país e, tendo na defesa dos interesses nacionais, o tema central das suas abordagens.

¹⁰ MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada Nacional. p. 66.

¹¹ “(...) em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, Os intelectuais, p. 249).

¹²Edital da Revista Brasiliense. 1, set-out, 1955, São Paulo. O itálico é do editor.

¹³ Além disso, “a revista tinha nitidamente uma orientação marxista e se propunha a divulgar estudos e análises sobre a sociedade brasileira da atualidade e contribuir, assim, para a formação e ampliação de uma corrente de pensamento marxista” (ABREU, A ação política dos intelectuais do ISEB, p. 112).

A EDITORA BRASILIENSE, fiel à tradição de cultura legada pelo seu fundador, Monteiro Lobato, resolveu tomar a iniciativa de uma revista, em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos.

Esses problemas que, como tantos outros, preocupa todos os brasileiros, é, porém, muito complexo e prende-se não somente à posição de nossa economia no quadro da economia mundial, mas às condições específicas da economia nacional que apresenta uma extrema variedade de níveis e aspectos, provenientes da diversidade dos quadros geográficos e sociais do país e do próprio curso de nossa formação histórica. Analisar em suas raízes e todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objetivo que a Revista se propõe e não poupará esforços para alcançar¹².

Neste ponto, os paulistas colocaram-se como detentores do direito de dirigir o Estado, considerando como o único capacitado para formular projetos políticos para o futuro da nação¹³. Com uma publicação bimestral, a revista mostrou uma expansão de temas analisados pelos autores: independência econômica; realização pelo Estado dos serviços públicos fundamentais e criação de uma indústria de base; erradicação da miséria no campo; política internacional independente; processo cultural e técnico do nosso povo¹⁴; propagandas relacionadas a lançamentos de livros de Monteiro Lobato¹⁵; abrangendo a realidade brasileira, como os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e, principalmente, da região nordeste. Abaixo estão delimitados os articuladores que mais escreveram para a revista entre os anos de 1955 e 1964.

Tabela 1

Números de Revistas	30
Números de Artigos	46

¹⁴Na contracapa da Revista Brasiliense, 51, jan-fev, 1964. O detalhe: o último número a ser publicado antes do golpe civil-militar em abril.

¹⁵Nota na contracapa da Revista Brasiliense em seu número 21, jan-fev, 1959: "Monteiro Lobato é o escritor que soube retratar os problemas do nosso povo e conquistar o coração das crianças".

Nome	Número de artigos publicados	Nome	Número de artigos publicados	Nome	Número de artigos publicados
Álvaro de Faria	33	Florestan Fernandes	12	Octavio Brandão	11
Caio Prado Júnior	33	Heitor Ferreira Lima	23	Paulo F. Alves Pinto	33
Catullo Branco	10	J. R. Vasconcelos	10	Paulo Dantas	45
Elias Chaves Neto	72	Lannoy Dorin	11	Paulo Motta Lima	33
Everardo Dias	24	Luís Israel Febrot	11	Samuel B. Pessoa	12
F. Pômpe do Amaral	15	Maurice Capovilla	10		

A análise dos dados apresentados mostrou a diversidade considerável de integrantes como membros do periódico e uma rotatividade entre os articuladores, pois dentre os 267 que escreveram na revista, apenas 17 publicaram acima de 10 artigos. O tema característico da revista que perpassa sua trajetória é a nação, o nacionalismo e o nacional. Abaixo é demonstrada a presença do tema no periódico.

Presença dos temas: nacional, nacionalismo e nação na Revista Brasiliense.

Tabela 2

NR*	NA*	NR	NA								
1	3	14	2	21	2	26	1	32	1	40	2
2	3	15	1	22	2	27	1	33	1	42	2
5	1	17	1	23	4	28	1	35	1	44	1
11	1	18	2	24	2	29	2	38	1	46	1
12	2	19	1	25	1	31	1	39	1	51	1

Tabela 3

* Número da revista.

** Número de artigos.

Beiguelman (1989) com a utilização de elementos factuais e analíticos, esquematiza dois tipos de política econômica brasileira, mostrando como a *Revista Brasiliense* acompanhou criticamente o processo econômico, identificando o nacionalismo pelo seu oposto constituído pelo imperialismo e pelo entreguismo, realizando o trabalho de diagnóstico e prognóstico e ainda relatando o movimento nacionalista¹⁶. Sem delimitar especificamente quais os números, quais os artigos e quais os autores, a autora relata:

¹⁶Para a autora, o movimento nacionalista era capacitado para "lutar firmemente em defesa do interesse da Nação e do povo brasileiro" (BEIGUELMAN, A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico, p. 472).

¹⁷A escolha seria feita entre os quatro autores que tinham o maior número de artigos publicados, contudo a relevância do tema e o seu desenvolvimento feito por Fernando Henrique Cardoso em um artigo da Revista Brasiliense e por Nelson Werneck Sodré em um livro escrito a época me fez alterar os critérios para seleção dos articuladores.

¹⁸Chaves Neto relata a relevância da função dos comunistas "(...) o de levar as massas a apoiarem uma política que corresponde ao interesse nacional e na qual, como classe social, elas estão igualmente e diretamente interessados". CHAVES NETO, Política Nacionalista, p. 6.

¹⁹A proposta para o Brasil "(...) é a superação de seu estatuto de país periférico e complementar da economia internacional" (PRADO JÚNIOR, Nacionalismo e desenvolvimento, p. 12).

a Revista Brasiliense propunha que se desse ao capital nacional tratamento preferencial, além de excluir do campo de aplicação de capitais estrangeiros a mineração e a transformação primária de minerais, a metalurgia e ramos como eletricidade, transportes e química pesada (BEIGUELMAN, 1989, p. 474).

Pela temática nacional, nação e nacionalismo presentes do primeiro ao último número da Revista Brasiliense, analisaremos como quatro dos seus articuladores expõem suas idéias sobre o tema: Elias Chaves Neto, Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso e Nelson Werneck Sodré¹⁷.

Debates, propostas e projetos: do nacional ao nacionalismo.

O artigo Política Nacionalista de Elias Chaves Neto relata que o empobrecimento da população com a concentração de capital nos trustes internacionais e a presença do capital estrangeiro em todas as atividades do Brasil fere a soberania política e a independência econômica. Para o autor, a política econômica nacionalista deve-se basear em “A América para os Americanos”, onde os movimentos nacionalistas erguem-se contra as forças dos Estados Unidos e com o apoio das massas populares¹⁸.

Uma política nacionalista visa impedir que o progresso material de nossa terra se processe em detrimento do nosso povo, mesmo daquela classe que pensa poder competir com o capital estrangeiro no desenvolvimento do nosso País e acredita se beneficiar com a prosperidade que a vinda em grande escala de capitais estrangeiros não deixaria de trazer de imediato (CHAVES NETO, 1957, p. 4).

Há uma confusão na opinião pública entre nacionalismo e desenvolvimento, sendo necessário esclarecer o assunto, que tem uma falsa noção de desenvolvimento centrado no progresso, na unilinearidade e na homogeneidade, considerando apenas o caráter quantitativo, onde os países subdesenvolvidos são subordinados e dependentes, sem estruturas e bases próprias e nacionais¹⁹. Prado Júnior (1959) relata a importância de estabelecer uma indústria integrada na economia nacional capacitada para suprir o sistema tradicional da economia brasileira com a exportação de produtos primários e a importação de manufaturas, colocar a política nacionalista voltada para o desenvolvimento econômico e capacita-la de elevar os padrões da vida brasileira.

O que se propõe na atual fase da evolução brasileira, é a transformação das próprias bases em que se assenta e sempre assentou a economia do país, a fim de que suas forças produtivas deixem de ser subsidiárias, como direta ou indiretamente tem sido até hoje, do comércio internacional e de mercado estranhos, para se orientarem precipuamente, no fundamental e essencial, para o atendimento das necessidades da massa da população brasileira (PRADO JÚNIOR, 1959, p. 15).

O papel desempenhado pelo nacionalismo nos países subdesenvolvidos tem sido incompreendido por grupos que o comparam ao chauvinismo burguês dos séculos passados, com a técnica de manipulação das massas que polariza os interesses do povo em torno de reivindicações nacionalistas e com uma contra-ideologia, uma concepção jacobina incompatível com certos ideais de integração internacional dos povos²⁰. O nacionalismo corresponde às necessidades de integração nacional dos países com uma ideologia tendente a acelerar o processo de desenvolvimento econômico. Os obstácu-

²⁰Para Fernando Henrique Cardoso, o nacionalismo “(...) é a forma através da qual, nos países subdesenvolvidos, as massas tomam consciência da sua situação sócio-econômica vista de uma perspectiva nacional e internacional” (CARDOSO, Desenvolvimento econômico e nacionalismo, p. 89).

²¹Relata Sodré, “O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo” (SODRÉ, 1959, p. 34).

los da economia internacional e a pressão social de aceleração do processo são fatores delimitados para o surgimento de novos modelos econômicos, baseados no Estado como principal agente, articulador e empreendedor, levando em consideração à renda nacional equitativa a distribuição social. O nacionalismo aparece como ideologia econômica e política com a bandeira antiimperialista, o estatismo econômico e a participação política das massas populares.

O nacionalismo moderno surge exatamente como tipo de ideologia que permite atender às condições do desenvolvimento econômico rápido nos países onde a opinião pública (na qual as camadas intermediárias da sociedade, a intelectualidade, alguns setores do campesinato e o proletariado urbano constituem forças decisivas) começa a atuar, tendo possibilidades de imprimir ao processo de desenvolvimento econômico o rumo que deseja (CARDOSO, 1957, p. 97).

As forças econômicas externas são obstáculos ao desenvolvimento, apresentando o nacionalismo como uma libertação e a tomada de consciência, conjugando os interesses de classe para a defesa do nacional²¹. Para Sodré, o nacionalismo corresponde ao que impulsiona para frente, com a nova composição social, o povo; a indústria nacional e esquecendo o que prendia o país no velho quadro do campo, na política de socializar prejuízos, na orientação do Estado à inércia, no mercantilismo, na subordinação nas razões externas e no desenvolvimento do Brasil, relacionado aos capitais estrangeiros.

Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público (SODRÉ, 1959, pp. 35-36).

Últimas palavras: a defesa do nacionalismo.

As interpretações dos autores mostram que o nacionalismo está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e, para conseguir sua predominância hegemônica como projeto político, efetivar a sua implantação no país pela tomada de consciência, proposta por Sodré; pelo novo modelo econômico baseado no Estado, análise de Cardoso; pela superação da economia tradicional com a indústria integrada nacionalmente, conclusão de Prado Júnior, ou pelo apoio das massas para a manutenção da soberania política e independência econômica, concepção de Chaves Neto.

A análise da *Revista Brasiliense*, o seu impacto, os seus projetos e suas propostas políticas para o país mostram as possibilidades de a intelectualidade atuar no cenário político entre os anos de 1950 e 1960 como condutores do futuro da nação, implantando um desenvolvimento econômico capaz de suprir as necessidades do país e sob a ideologia política e econômica do nacionalismo.

Referências e Fontes

ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. NAVARRO DE TOLEDO, Caio (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. pp. 97-117.

BEIGUELMAN, Paula. A *Revista Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico. In: D'Incaro, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.*

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo. *Revista Brasiliense*, 12, jul-ago, São Paulo, 1957, pp. 87-97.

CHAVES NETO, Elias. Política Nacionalista. *Revista Brasiliense*, 13, set-out, São Paulo, 1957, pp. 1-8.

As Políticas Públicas do Programa Nacional do Livro Didático do Campo no Brasil.

The Public Policies of the National Field Textbook Program in Brazil.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1759>

Paulina Barbosa de Sousa

Mestre em Educação – UFVJM

Professora da Rede Municipal de Ensino de Diamantina - MG

welltha@terra.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-5445-0010>

Wellington de Oliveira

Doutor em Educação - UFVJM

Professor do Departamento da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - UFVJM

paulinadtna@hotmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-1179-948X>

Recebido em: 24/02/2016 – Aceito em: 13/12/2016

Resumo: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) trata-se de uma política pública e tem como foco central subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição das coleções didáticas, escolhidas por professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolares, de acordo com o que melhor atende às especificidades de sua escola (BRASIL, 2011). O primeiro Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação das obras didáticas para o PNLD Campo surgiu em 2011. Este edital era para a escolha do LD do Campo, para a utilização dos alunos e professores a partir de 2013. Este artigo é parte da dissertação de Mestrado do Programa de Gestão de Instituições Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina – MG.

Palavras-Chaves: PNLD. PNLD Campo. Livro Didático. Ideologia e Livro Didático.

Abstract: The National Textbook Program (PNLD) is a public policy and its main focus is to subsidize the pedagogical work of teachers, through the distribution of didactic collections, chosen by teachers, pedagogical coordinators and school principals, according to With what best suits the specificities of his school (BRAZIL, 2011). The first Call Notice for the registration process and evaluation of the didactic works for the PNLD Field came out in 2011. This announcement was for the choice of the LD of the Field, for the use of students and teachers from 2013. This article is part Of the Master 's thesis of the Program of Management of Educational Institutions of the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri - Diamantina - MG Valleys.

Keywords: PNLD. PNLD Field. Textbook. Ideology and Didactic Book.

O Livro Didático: um produto cultural e comercial

Nas últimas décadas, pesquisadores vêm demonstrando maior interesse por pesquisas sobre LD's, dentre eles podemos destacar Bittencourt (2004), Boto (2004), Cardoso (2013), Cartaxo (2012), Choppin (2014), Lajolo (1996), Macedo (2009), Munakata (2004a, 2004b), Oliveira (1990), Oliveira (2008), Rangel (2005), Rosemberg (2009), Silva (2012), Silva (2013), Tagliani (2009, 2011), Viana (2011).

Após ser considerado por educadores, bibliógrafos e intelectuais de vários setores, entendido como uma produção menor enquanto produto cultural, o LD passou a ser estudado sobre diversas perspectivas, ressaltando os aspectos educativos e sua função na escola contemporânea.

É entendido por Bittencourt (2004a, p.471) como: "(...) um objeto cultural contraditório, que gera polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização".

Pelo fato de ser o LD objeto de estudo de muitos setores, este não deve ser entendido apenas no seu conceito escolar. Constitui-se também, de um produto cultural com especificidades não só do contexto escolar, mas também da sociedade em que está inserido. Sendo assim, "(...) deve ser compreendido no interior de um contexto sócio histórico, como um produto cultural que possui também uma dimensão comercial e econômica na sociedade". (VIANA, 2011, p.43)

Há quem acredite que o LD está ligado a um tipo de mercadoria, gerando assim lucros (BITTENCOURT, 2004; MUNAKATA, 2012; MACEDO, 2004). "O LD é uma mercadoria que gera lucros consideráveis para as editoras, mas que coloca a pergunta sobre a função do autor, entendido como escritor do texto, e seus direitos de propriedade em relação a obra produzida." (BITTENCOURT, 2004, p. 477). Por se tratar de uma política pública, pode também ser confundido como política de governo, que é bem diferente¹.

Entendemos que os LDs podem também ser entendidos como produtos culturais, resultantes de interações que permeiam questões econômicas, sociais e culturais, ou seja, "os livros didáticos expressam a materialização de conflitos entre grupos para hegemonizar suas posições" (MACEDO, 2004, p. 106).

Observando o LD como um produto da indústria cultural, é possível visualizá-lo como algo fabricado, comercializado, consumido e avaliado num determinado contexto. Ainda acontece do LD ser comercializado no Brasil, como uma mercadoria produzida pela indústria cultural.

De acordo com Bottomore (2001, p. 265) "todas as sociedades humanas tem de produzir suas próprias condições materiais de existência". Nesse sentido, a mercadoria é então, a forma que esses produtos tomam quando a produção é organizada por meio de troca.

A mercadoria tem duas características: a primeira é a que pode satisfazer a alguma necessidade humana, dominada por Adam Smith de 'valor de uso'; e a segunda é a que pode obter outras mercadorias em troca, tem o poder da permutabilidade, denominada por Marx de 'valor'.

Como as mercadorias são trocadas umas pelas outras em proporções quantitativas definidas, pode-se considerar que cada mercadoria tem um certo valor. Toda massa de mercadoria produzida num período pode ser vista como uma massa homogênea de valor, embora, vista de outro ângulo, seja uma coleção

¹Segundo Queiroz (2012) a política pública é entendida como a resposta que o governo deve dar para solucionar ou mitigar atender as demandas existentes da sociedade visando os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal. De acordo com Almeida (2009) o conceito de política de governo se remete às políticas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e de implementação de determinadas medidas para responder demandas da política interna.

heterogênea de valores de usos diferentes e incomparáveis. Como valores, as mercadorias são qualitativamente iguais e só diferem quantitativamente no montante de valor que encerram. Como valores de uso, as mercadorias são qualitativamente diferentes, já que cada produto é específico e não pode ser comparado a outro (BOTTOMORE, 2001, p. 266).

Aqui no Brasil, a relação entre o Estado e o LD é mediada pelo PNLD. É, de acordo com Munakata (2012, p.61), um programa “responsável pelas cifras astronômicas” da educação. A partir de 1996 foi instituída uma avaliação prévia dessas obras feitas por especialistas. Com isso, as editoras tiveram que se adequar às exigências do governo (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, Editais de Convocação dos LD’s).

Nota-se portanto, que o LD envolve diversas pessoas que o realizam como mercadoria: autores, editores, várias categorias de artes gráficas, avaliadores, diretores de escola, professores, alunos. Nesse mercado, há acúmulo de capital e também há trabalho.

Munakata (2012, p.64) faz de suas palavras às de Marx (1996), aludindo a mercadoria como “a síntese da cristalização de relações sociais entre os seres humanos, mediados por coisas, e, ‘pelas suas propriedades satisfazem necessidades humanas de qualquer espécie’, sejam, ‘do estômago ou da fantasia” (MARX, 1996, p. 165).

Ideologia e LD

O sistema educacional brasileiro, dirigido e controlado pelo Estado, é um dos agentes mediadores entre a transição da classe hegemônica em senso comum para uma classe inferior. Classe hegemônica aqui é entendida como:

A classe que lidera ou a classe hegemônica é, assim, na definição de Gramsci, verdadeiramente política porque vai além de seus interesses econômicos imediatos (pelos quais pode até ter lutado na arena política) para representar o avanço universal da sociedade. Desse modo, Gramsci emprega o conceito de hegemonia para arguir de qualquer concepção economicista de política ou de ideologia, que só tenha em conta interesses de classes econômicos imediatos no que diz respeito à política e à cultura, é incapaz de uma análise correta da situação política e do equilíbrio de forças políticas e não pode levar a uma compreensão adequada da natureza do poder de Estado (BOTTOMORE, 2001, p. 178).

Esse sistema educacional ao qual referimos, é dirigido e controlado pelo Estado, o que implica, quase sempre, uma ideologia direcionando então, os caminhos a serem percorridos e como esse processo educacional irá se desenvolver. Fica então, a cargo da escola, assumir o papel de mantenedora e reprodutora dos interesses da classe dominante.

A expressão ‘classe dominante’ abrange duas noções, que Marx e Engels distinguiam, embora não as tivessem explicado sistematicamente. A primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica domina e controla todos os aspectos da vida social. (...) A segunda noção é a classe dominante, para manter e produzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, politicamente (BOTTOMORE, 2001, p. 64).

O LD é uma ferramenta de trabalho, em alguns casos, única e exclusiva de muitas escolas. É pa-

trocinado pelo poder público, fortalece e mantém essa hegemonia de poder, e, com seu currículo fechado, torna-se um meio de controle. Trata-se de uma alienação que se dá pela aceitação dos alienados, sendo “fruto de um processo natural calcado no senso comum social, resultado da elaboração intelectual sobre a realidade descrita, a partir da visão da classe dominante desta sociedade” (LEITE, 2007, p.2)

Corroboramos com Althusser (s.d) quando se refere à ideologia sendo um sistema de ideias, representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social. Segundo Chauí (2000),

A ideologia é um fenômeno histórico social corrente do modo de produção econômica. À medida que, numa formação social, uma forma determinada de visão social se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva, que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelos estágios das forças produtivas e pela forma da propriedade (CHAUÍ, 2000, p. 217).

A escola é um espaço que contribui, e muito, para o desenvolvimento da personalidade e da formação da criança. Atualmente, o ensino da educação básica está pautado num currículo que atenda aos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O indicador é calculado a partir dos dados sobre a aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e nas médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Com isso, a escola vem adequando seu currículo, para que se tenha índices satisfatórios.

Esta situação não se difere à dos LD's. Eles são escritos e editados de acordo com o edital de convocação do PNLD. Lajolo (1996, p.4) considera que no Brasil “uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina”.

Concordamos com Leite (2007) quando diz que

“o livro didático tem-se, ao longo dos anos, prestado à manutenção dos conceitos idealizados por aqueles que detêm o poder e não querem dele se afastar, procurando, através do processo educacional, manter e se possível, ampliar sua atuação como detentor hegemônico desse poder” (LEITE, 2007, p.5).

Neste contexto, a escola e o professor têm papel fundamental para a mudança dessa concepção. É importante que o professor tenha conhecimento do conteúdo do LD, para poder utilizá-lo de outra maneira em sala de aula. Faria (1986) destaca que enquanto não se tem um LD de qualidade, que reflita a qualidade da vida cotidiana, deve-se fazer um bom uso do que se tem.

Programa Nacional do Livro Didático: como tudo começou

Em 1929 o Estado cria um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático. O Instituto Nacional do Livro (INL), objetivando dar maior legitimação ao LD e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção, já em 1938, por meio do Decreto de Lei n.º 1.006 de 30/12/38, o Estado institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo assim, a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do LD no país. Em 1945, pelo Decreto-Lei n.º

8.460/45, o Estado consolida a legislação sobre as condições de utilização, produção e importação do LD, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado, conforme definido no art. 5º:

Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado (BRASIL, 1945). Em 1970, com a Portaria n.º 35 de 11/03/1970 o MEC programa um sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recurso do INL. No ano seguinte, o INL passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento de recursos. Mais tarde, com a edição do Decreto n.º 91.542 de 19/08/85, o PLIDEF dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como: reutilização do LD, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias, fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do LD pelos professores (BRASIL, 1985).

O PNLD é uma iniciativa do Ministério da Educação. “O MEC é um grande comprador de livro didático. Hoje, ele é o maior comprador de livros do mundo. Não tem instituição que compre 110 milhões de livros. Não se tem notícia disso.” (MUNAKA, 1997, p.46), com o objetivo de adquirir e distribuir gratuitamente LDs às escolas públicas do país. Foi criado em 1985, mas somente a partir de 1996 passa a desenvolver um processo de avaliação (TAGILANI, 2009, p.305). Isso se deu ao fato do MEC se preocupar com a qualidade das obras e, com isso, tem como objetivos:

- I - Melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - Garantia de padrão de qualidade de material de apoio à prática educativa utilizada nas escolas públicas;
- III - Democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - Fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos; e
- V - Apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor (BRASIL, 2010).

A criação do PNLD foi, sem dúvida, um grande avanço nas políticas públicas educacionais, porém, a princípio, havia uma grande falha “o professor, um dos principais usuários do livro não participava seja dos processos decisórios do sistema educacional, em geral, seja das discussões sobre o livro didático, em particular” (WITZEL, op. Cit., p.15).

(...) no mesmo ano da publicação do Plano Decenal de Educação para Todos, o MEC constituiu uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógicos e metodológicos dos livros que vinham sendo comprados por este ministério para as séries iniciais do ensino fundamental Tal comissão analisou os dez livros

de cada disciplina mais solicitados pelos professores das escolas públicas. Este estudo demonstrou que o MEC vinha comprando e distribuindo para a rede pública de ensino livros didáticos com erros conceituais, preconceituosos e desatualizados no tocante aos conteúdos. Como consequência, a partir de 1996, o MEC passou a submeter os livros didáticos a uma avaliação, cujos resultados são divulgados nos Guias de Livros Didáticos, distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático (CASSIANO, 2004, p.36).

A partir de 1996, é que o professor começou a fazer parte da escolha pelas obras aprovadas no PNLD, com a implantação do Guia Nacional do Livro Didático do PNLD. Este Guia Nacional do LD trata-se de um livro para apoio aos professores, neste, vem as resenhas das obras aprovadas pelo PNLD a fim de auxiliar na escolha do LD, que melhor atende ao projeto político pedagógico da escola.

Para atender os objetivos do PNLD, é imprescindível que o LD seja uma ferramenta adequada às especificidades dos alunos. Sendo assim, é de grande importância o processo de escolha do LD.

O PNLD Campo – Edital 05/2011

A educação do campo iniciou-se pelo processo de lutas dos movimentos sociais camponeses. Sua intencionalidade maior é a construção de uma sociedade mais justa e sem desigualdades.

A luta dos trabalhadores para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização do campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território (MOLINA, 2011, p. 11).

Existem, até hoje, fronteiras que se estabelecem entre o campo e a cidade e que estão relacionadas ao materialismo histórico dialético, que “fundamenta-se em categorias que são expressões das próprias relações sociais e que, portanto, permitem aprender em sua essência os problemas reais, concretos, relativos à vida, ao trabalho e à educação” (VENDRAMINI, 2008, p. 127), impondo-se assim, um engajamento e comprometimento com a realidade.

Esse é um debate que perpassa as reflexões da Educação do Campo, pois, durante muito tempo, a visão que prevaleceu na sociedade e majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como um lugar atrasado, inferior, arcaico. “Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade.” (ARROYO, 2009, p.11). De certa forma, essa foi a visão-suporte para o processo de avanço da implantação da agricultura no país.

É possível observar também a dialética fortalecida entre campo e cidade nos meios midiáticos. Temos como exemplo os filmes de Mazzaropi, onde o Jeca Tatu, dono de uma pequena propriedade, é retratado como um roceiro, “caipira-estúpido, sem-vergonha, miserável, amarelo e preguiçoso.” Mas, há também no filme outras possibilidades de leitura. Jeca manifesta seu desejo de ir para Brasília, com o objetivo de conseguir trabalho. Demonstra também habilidades e diversas situações, tais como saber negociar votos para com o candidato às eleições. Preserva seus saberes, é capaz de se divertir com os jo-

vens da cidade, comparando duas realidades: a de um homem moderno e atrasado ao mesmo tempo. É um filme que inspira muitas reflexões: a posse e o uso da terra para os pobres que a conquistam por meio de união, lutas, preservação de valores, da cultura, identidade e não submissão cega a um modelo de desenvolvimento. Acaba sendo um objeto de estudo para o ensino de ciências nos livros, escolas e na internet.

No Brasil, o trabalho no campo é expressão de diversas formas de ocupação do espaço, desde a produção para a subsistência até a produção intensiva de eucaliptos para a produção de celulose. Explicita a grande desigualdade social do País. Constitui espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente do trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo País para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética amplamente questionada por ambientalistas, pesquisadores e agricultores; e espaço para o descanso, a vida tranquila, o lazer e o contato com a natureza. Além disso, é um espaço em que homens, mulheres e crianças vagueiam à procura de trabalho, escancarando o fenômeno migratório (VENDRAMINI, 2008, p.128).

A concepção educativa “do campo” está vinculada pela luta por direitos, desenvolvimento e escola. Com essa luta constante dos movimentos sociais do campo, construíram-se novos paradigmas de educação para o meio rural, demonstrando que os sujeitos do campo não estão isolados no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), prevê a educação do campo (art. 28), respeitando suas especificidades.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Somente quinze anos após a LDB é que surgiu o primeiro Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo, o Edital de Convocação 05/2011.

No ano de 2011, o Ministério da Educação, por intermédio da SECADI e do FNDE lança o processo de inscrição e avaliação de LD's destinados aos alunos de escolas públicas situadas ou anexas em áreas rurais, que possuam segmentos de aprendizagem, classes ou turmas seriadas dos anos iniciais do ensino fundamental participantes do PNLD. Nesta primeira edição do PNLD Campo, o MEC “busca fomentar a produção de obras didáticas, que superem o quadro atual das produções existentes” tidas como “alheias às “Diretrizes Operacionais formuladas pelo Conselho Nacional de Educação Básica das

Escolas do Campo” (BRASIL, 2011, p.27)

Em relação à caracterização das coleções, são aceitas para participar do processo de avaliação as que abrangem os seguintes componentes curriculares: Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, integradas em coleções seriadas ou multisseriadas. As coleções didáticas serão formadas de acordo com o quadro a seguir:

TIPO DE COMPOSIÇÃO	NÚMERO TOTAL DE VOLUMES	SEGMENTO A (1º ao 3º ano)				
		NÚMERO DE VOLUMES	COMPONENTES CURRICULARES MÍNIMOS	ANOS DE REFERÊNCIA	MÁXIMO DE PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO	MÁXIMO DE PÁGINAS NO MANUAL DO PROFESSOR
I Multisseriada Interdisciplinar Temática	4	2	Tema 1: Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	1º ao 3º ano	400	500
			Tema 2: Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	1º ao 3º anos	400	500
II Seriada Multidisciplinar Integrada	5	3	Letramento e Alfabetização Matemática	1º ano	200	300
			Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	2º ano	400	500
			Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	3º ano	400	500
III Seriada Multidisciplinar por Área	9	5	Letramento e Alfabetização Matemática	1º ano	200	300
			Letramento e Alfabetização, Geografia e História	2º ano	200	300
			Alfabetização Matemática e Ciências	2º ano	200	300
			Letramento e Alfabetização, Geografia e História	3º ano	200	300
			Alfabetização Matemática e Ciências	3º ano	200	300
IV Seriada Multidisciplinar por Área	4	2	Letramento e Alfabetização, Geografia e História	1º ao 3º ano	400	500
			Alfabetização Matemática e Ciências	1º ao 3º anos	400	500

TIPO DE COMPOSIÇÃO	NÚMERO TOTAL DE VOLUMES	SEGMENTO B (4º E 5º anos)				
		NÚMERO DE VOLUMES	COMPONENTES CURRICULARES MÍNIMOS	ANOS DE REFERÊNCIA	MÁXIMO DE PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO	MÁXIMO DE PÁGINAS NO MANUAL DO PROFESSOR
I Multisseriada Interdisciplinar Temática	2	2	Tema 3: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	4º ao 5º ano	400	500
			Tema 4: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	4º ao 5º anos	400	500
II Seriada Multidisciplinar Integrada	4	2	Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	4º ano	400	500
			Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	5º ano	400	500
III Seriada Multidisciplinar por Área	9	4	Língua Portuguesa, Geografia e História	4º ano	200	300
			Matemática e Ciências	4º ano	200	300
			Língua Portuguesa, Geografia e História	5º ano	200	300
			Matemática e Ciências	5º ano	200	300
IV Seriada Multidisciplinar por Área	4	2	Língua Portuguesa, Geografia e História	4º ao 5º ano	400	500
			Matemática e Ciências	4º ao 5º anos	400	500

Fonte: BRASIL, 2011, p.2

Só poderão ser pré-inscritas as coleções didáticas compostas por composições do segmento A e do B do quadro acima. As coleções também poderão incluir no conjunto de volumes do manual do professor DVD ROM, para atender o docente visando preferencialmente o público de 4º e 5º anos, podendo ser eventualmente compartilhado como o público do 1º ao 3º ano, com vídeos, imagens, textos, músicas, mapas, entrevistas, jogos educativos etc, em torno de uma proposta pedagógica, que diz respeito à progressão e à avaliação do ensino-aprendizagem, porém, a Coleção Girassol não disponibiliza este material.

Entende-se por coleção didática o conjunto de volumes do segmento A e do segmento B, concebidos e organizados em coleções integradas, disciplinares, por área de conhecimento ou interdisciplinares, para atender as escolas com classes seriadas, multisseriadas ou por segmento de aprendizagem, em torno de uma proposta pedagógica única, inclusive no que diz respeito à progressão e à avaliação do ensino-aprendizagem.

²Decreto nº 7352/10 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Resolução CNE/CEB nº 1/2002 Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº 2/2008 Estabelece as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

gem (BRASIL, 2011, p.3).

Já os componentes curriculares são entendidos como o conjunto das experiências escolares, que objetivam o conhecimento, articulando vivências e saberes dos estudantes com os saberes já acumulados, organizados de maneira disciplinar, pluridisciplinar, transdisciplinar ou interdisciplinar. As coleções didáticas podem apresentar além dos componentes curriculares mínimos, outros que contribuam para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Não precisam de se ater somente ao que está proposto no edital. Poderão também ser apresentadas coleções que abordem temas transversais, tanto no segmento A quanto no B, tais como: relações étnico-raciais, história e culturas indígenas, cultura afro-brasileira e africana, direitos humanos, relações de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, direito das crianças e adolescentes, sustentabilidade socioambiental.

As coleções didáticas inscritas são compostas de livros didáticos consumíveis. São entregues para a utilização dos alunos e professores, sem a necessidade de devolver no final do ano. Estes livros, de acordo com o Edital do PNLD Campo, podem ter espaços ou lacunas para a realização de exercícios propostos pelo próprio livro. Obrigatoriamente, tem que compor de um exemplar para o aluno e um manual para o professor.

Quanto ao manual do professor, este não pode ser uma mera cópia do livro com exercícios resolvidos. É necessário que se tenha uma orientação teórico-metodológica dos conteúdos do livro, com outras áreas do conhecimento, apresente propostas de reflexão/avaliação da aprendizagem, leituras e textos adicionais ao livro do aluno, sugestões de bibliografias para a formação e atualização do professor.

Essas coleções didáticas também já devem atender as normas do caderno ortográfico da Língua Portuguesa, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, a Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008. Deverão também, obrigatoriamente, atender ao Decreto nº 7352/10, Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Resolução CNE/CEB nº 2/2008 e Resolução CNE/CBE nº 4/2010².

Quanto à avaliação das obras didáticas inscritas no PNLD Campo 2013, tem como objetivo: (...) garantir a qualidade do material a ser encaminhado à escola, incentivando a produção de materiais cada vez mais adequados às necessidades da educação pública brasileira e às diretrizes e orientações aqui indicadas. (BRASIL, 2011, p.29)

Para que os objetivos do PNLD Campo sejam alcançados, o LD deve “veicular informação correta, precisa adequada e atualizada” (BRASIL, 2011, p.29), sendo fonte de informação, respeitando as especificidades da população campezina: agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, assentados e acampados, quilombolas, trabalhadores assalariados rurais, povos da floresta, caiçara, caboclos e outros que se mantêm das atividades do campo. É importante ressaltar também que, a discussão temática do campo trabalhe com a cidadania, democracia e a identidade do campo “respeitando a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades” (BRASIL, 2011, p. 29), apresentando conteúdos relacionados aos conhecimentos dessa população.

O que é e qual a função do Livro Didático

“Mas afinal, como conceituar livro didático?” (CARDOSO, 2013, p.593). O LD é algo que “ao mesmo tempo que se configura como norma – conteúdos e comportamentos a serem ensinados – materializa e incorpora diversas práticas, dependendo do uso que dele fazem/fizeram os professores e os alunos” (CARDOSO, 2013, p.594).

Numa perspectiva sócio histórica e cultural, “o livro didático pode ser considerado como um instrumento, que organiza os objetos de ensino considerados necessários para satisfazer as necessidades de

ensino-aprendizagem” (TAGLIANI, 2011, p.137).

Este é um dos veículos utilizados pela escola para trazer informação aos alunos. Entre as décadas de 70 e 80 a concepção que se tinha de LD era de um instrumento “estruturador das práticas docentes, em função de intensa ampliação do sistema de ensino e de processos de recrutamento docente mais amplos e menos seletivos” (TAGLIANI, 2011, p. 304), hoje, observa-se que há uma grande “multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve” (CHOPPIN, 2004, p. 552) contribuindo assim, mais efetivamente no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com CHOPPIN (2004), o LD exerce quatro funções essenciais e que podem variar de acordo com o ambiente sociocultural, a época, disciplinas, níveis de ensino, métodos e as formas de utilização: referencial, instrumental, ideológica e cultural e documental.

A função referencial, na concepção de CHOPPIN (2004) é também denominada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino. Nesta função, o LD se resume em uma “fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Configura-se, portanto, num depositário dos conhecimentos, habilidades ou técnicas de um grupo social sendo capaz de transmitir às novas gerações.

Na função instrumental, o LD “põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam facilitar a memorização dos conhecimentos.” (CHOPPIN, 2004, p. 553) favorecendo assim a aquisição de competências disciplinares, apropriação de habilidades e resolução de problemas.

De acordo com Choppin (2004), a função mais antiga do LD é a função ideológica e cultural. Gramsci se refere à ideologia como uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vidas individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 16).

A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político (CHOPPIN, 2004, p.553).

Sendo assim, a função ideológica e cultural tende a aculturar e em alguns casos, doutrinar as jovens gerações, podendo exercer de maneira explícita, sistemática, e ostensiva, “de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz” (CHOPPIN, 2004, p.553). Esse conceito de doutrinar está intimamente ligado ao de alienar. O conceito de alienação, considerado hoje como um dos conceitos centrais, utilizados tanto por marxistas como por não-marxistas refere-se à

(...) ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornem (ou permaneçam) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou

auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “auto-alienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (BOTTOMORE, 2001, p. 5).

Por fim, a função documental acredita que “o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno.” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Sendo assim, visa também favorecer a autonomia da criança, promovendo também um nível de formação mais elevado dos professores.

O Guia Nacional do Livro Didático do Campo

As escolas beneficiadas pelo PNLD Campo 2013, são aquelas situadas ou que mantêm turmas anexas em áreas rurais e estão vinculadas às redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, que firmaram o termo de adesão ao PNLD. Foram atendidas as escolas com até 100 alunos matriculados no ensino fundamental – anos iniciais e as escolas com mais de 100 alunos que não realizaram a escolha do PNLD 2013, ou que tenham optado por não receber livros naquele programa. O cadastro da obra escolhida é feita, após a análise dos professores, por um funcionário designado pela rede de ensino no site do FNDE, sendo aceito somente um registro por CPF por rede de ensino, objetivando segurança do sistema.

O Guia Nacional do Livro Didático é um material disponibilizado pelo MEC e tem como objetivo ajudar o professor a escolher, a cada triênio, “os livros didáticos mais adequados para o ensino nas Escolas do Campo no primeiro segmento do Ensino Fundamental, recurso indispensável ao processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2012, p.8)

Tem como finalidade subsidiar o trabalho dos professores que atuam nas escolas no campo. No Guia é possível encontrar um breve histórico do PNLD Campo, bem como as políticas públicas voltadas para as escolas campestinas, os princípios e os critérios utilizados para avaliação e aprovação das obras e finalmente as resenhas das coleções aprovadas onde contempla: “área de Línguas Artes e Literatura, a aquisição do sistema de escrita, o ensino da leitura a produção escrita e oralidade, na área de Ciências da Vida e da Natureza, os conhecimentos das Ciências e suas relações com a natureza” (BRASIL, 2012, p. 8).

A resenha do Guia Nacional do LD foi dividida em quatro tópicos: Visão Geral, Descrição da Coleção, Análise da Obra e Em sala de aula. Esta análise será feita da seguinte maneira: discutirei o documento e apresentarei alguns contrapontos que aparecem no LD da Coleção Girassol: saberes e fazeres do campo – Letramento e Alfabetização – 1º ano.

O Guia inicia com a seguinte afirmativa: “A coleção foi elaborada para a Educação do Campo.” (BRASIL, 2012, p. 29). Segundo o Edital do PNLD Campo,

Na Educação do Campo, a organização do percurso formativo aberto e contextualizado deve ser construído em função de suas especificidades, incluindo não só os componentes obrigatórios, mas outros tais como cidadania, agricultura familiar, sistemas e produção, economia solidária, desenvolvimento sustentável, dentre outros, que enriquecem as ex-

periências de ensino e tem se tornado objeto de aprendizagens. (BRASIL, 2011, p.30)

Neste Guia aparece o nome dos especialistas responsáveis pela Avaliação das obras no PNLD 2013, bem como as fichas utilizadas pelos mesmos, a fim de analisar as coleções. A avaliação das obras inscritas no PNLD Campo 2013, foram feitas por meio de um conjunto de critérios eliminatórios comuns a todos os componentes curriculares.

- (1) Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental, séries-anos iniciais, com as especificidades da educação do campo;
- (2) Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- (3) Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- (4) Correção e atualização de conceitos informações e procedimentos;
- (5) Observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação do livro do aluno à proposta pedagógica nele apresentada;
- (6) Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra (BRASIL, 2012, p.16).

Foram inscritas pelas editoras 18 obras que foram distribuídas da seguinte forma: 4 coleções para o Tipo I – Multisseriada Interdisciplinar Temática; 4 coleções para o Tipo II – Seriada Multidisciplinar Integrada; 6 coleções para o Tipo III – Seriada Multidisciplinar por Área e 4 coleções para o Tipo IV – Multisseriada Multidisciplinar por Área. Desse conjunto inscrito, 16 coleções foram reprovadas, o que corresponde a 87% e 02 foram aprovadas, correspondendo a 13%.

Esses números indicam, por um lado, a necessidade de um maior investimento na produção de materiais didáticos que concretizem as especificidades e os princípios da Educação do Campo e, por outro lado, a demanda por coleções que efetivem com qualidade, uma proposta pedagógica para as escolas do campo. Esses números devem ser interpretados, portanto, como um resultado de uma primeira iniciativa que, ao selecionar as obras didáticas, cria mais uma ação política para instituir a Educação do Campo na sua devida importância e relevância (BRASIL, 2012, p. 17).

Acreditamos que a justificativa quanto ao grande percentual de reprovação vai além de um maior investimento na produção dessas obras afim de melhorar a qualidade dos LD's. O Edital do PNLD Campo foi lançado em 2011 para as obras serem utilizadas a partir de 2013. A Coleção Didática Girassol: saberes e fazeres do campo, teve sua primeira edição em 2012. Seria esse tempo (1 ano) suficiente para construir um material didático, que atendesse um determinado grupo, e que nunca havia tido nenhum tipo de material específico em toda a sua história?

Houve tempo necessário para a seleção textual, de atividades, de leitura e produção de textos enfim, reunir em um mesmo material atividades que trabalhem a alfabetização e o letramento, revisar esse material, formatar e até chegar ao ponto de impressão e encadernação?

Livro é expressão de bem cultural; escolhê-lo e adotá-lo são procedimentos que requerem a compreensão lógica que preside a forma como são produzidos e comercializados, por quem, para quem e com que motivações, além das aparentes, traduzidas em critérios de

divulgação e distribuição formalizados, padronizados (RANGEL, 2005, p.192).

Para chegar ao ponto de divulgação/distribuição de uma coleção didática, é necessário passar por um processo longo de investimento. É necessário também conhecer a demanda que irá atender e perguntas do tipo o que eu quero com este LD, a quem eu quero destinar, como eu quero trabalhar, para quê, por quê, são imprescindíveis no processo de construção do material.

Considerações Finais

O cenário brasileiro da Educação do Campo teve grande avanço nos últimos anos. Pensar na possibilidade de ter um material didático 'destinado' à população campezina é uma grande conquista, mas isso não basta!

É preciso ter uma análise mais crítica desde a construção do edital do PNLDCampo, do Guia Nacional do LD até chegar ao professor. Trata-se de um grande funil e que chega até o professor o resultado final. Cabe a este professor ter um olhar mais crítico e saber selecionar/adaptar o que vai trabalhar.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Guia do Livro Didático. Ministério da Educação, Brasília, 2012
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. A Organização do Planejamento e da Rotina do Ciclo de Alfabetização na Perspectiva do Letramento. Brasília: MEC/SEB, 2012. 48p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Currículo Inclusivo: o direito de ser alfabetizado. Brasília: MEC/SEB, 2012. 48p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Currículo no Ciclo de Alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e aprendizagem. Brasília: MEC/SEB, 2012. 47p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na Alfabetização: concepções e princípios. Brasília: MEC/SEB, 2012.48p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Planejamento e Organização da Rotina na Alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2012. 45p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Planejamento Escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa. Brasília: MEC/SEB, 2012. 48p.
- CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Cartilha Ada e Edu: de produção regional à circulação nacional (1977-1985), Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 18, n. 54, p. 589-608, jul./set. 2013.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares. História. V.23 n. 1-2, p. 33-48. Franca, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a03v2312.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação em Revista, Belo Horizonte: UFMG, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. Em aberto, Brasília, 16(69):3-9, jan./mar. 1996.
- LEITE, Rose Mary. A ideologia contida nos livros didáticos. Artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras/Mestrado da Universidade Católica de Pelotas. Disponível em <http://www.celsul.org.br/Encontros/07/dir2/14.pdf>. Acesso em 12 de março 2015.
- MACEDO, Elizabeth. A imagem da ciência: folheando um livro didático, Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 25, n. 86, p. 103-129, abril 2014.

***Noam Chomsky e o jornalismo:
Linguista, ativista e analista de conteúdo***
***Noam Chomsky and journalism:
Linguist, activist and content analyst***



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1963>

Rafael Duarte Oliveira Venancio

Doutor em Meios e Processos Audiovisuais – USP

Professor de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

rdovenancio@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-0801-7555>

Recebido em: 04/10/2016 – Aceito em: 15/12/2016

Resumo: O objetivo do presente trabalho é mostrar como a metodologia do modelo de propaganda está intimamente relacionada tanto com os livros ativistas de Chomsky bem como com o seu trabalho em linguística, englobando os estudos sobre a gramática gerativa bem como a questão mente e linguagem. Vemos aqui que, com sua ferramenta de Análise de Conteúdo, Chomsky, tal como fez com a linguística tradicional, quebra a condição de uma análise mais estruturalista, muitas vezes privilegiada no cenário de pesquisa em Jornalismo. Entendendo a linguagem e entendendo o jornalismo, Chomsky pode analisar um quadro mais preciso de forças do âmbito sócio-político-econômico, provendo um ativismo crítico que se torna mais próximo do alcance da esfera pública.

Palavras-Chave: Noam Chomsky. Linguística. Ideologia Política. Jornalismo. Análise de Conteúdo.

Abstract: The objective of this work is to show how the methodology of the advertising model is closely related to both Chomsky's activist books as well as his work in linguistics, encompassing his studies of generative grammar and mind-language issue. Here we see that with his tool of content analysis, Chomsky, like he did with traditional linguistic turn, breaks the mainstream condition of a more structuralist analysis, often privileged in Journalism research setting. Understanding language and understanding journalism, Chomsky can analyze a more accurate scene of the forces in the socio-political-economic context, providing a critical activism that becomes closer to the public sphere.

Keywords: Noam Chomsky. Linguistics. Political Ideology. Journalism. Content Analysis.

Uma análise de conteúdo, um ativismo

No célebre *Manufacturing Consent* (1988), Noam Chomsky e Edward S. Herman descrevem o chamado “modelo de propaganda” que filtraria as notícias em busca da mobilização de apoio para os interesses especiais do Estado e da atividade privada. Em uma espécie de solidariedade orgânica inconsciente, a mídia ajudaria a manutenção do *status quo* ao passar as “todas as notícias possíveis” nos cinco filtros do modelo de propaganda, a saber: (1) a busca por lucros da corporação jornalística; (2) publicidade externa; (3) confiança nas informações estatais e nos *experts*; (4) fogo anti-mídia; e (5) anti-

comunismo ou anti-eixos do mal.

Tal mecanismo de análise de conteúdo se torna uma ferramenta poderosa para os pesquisadores e para o próprio Chomsky realizarem estudos sistemáticos e comentários acerca da condição jornalística existente. Além disso, talvez seja um dos únicos conceitos teóricos da área que ganhou uma ampla divulgação com o grande público, sendo alvo de documentários tais como *Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media* (1992), o documentário canadense mais bem sucedido do século XX.

O objetivo do presente trabalho é mostrar como a metodologia do modelo de propaganda está intimamente relacionada tanto com os livros ativistas de Chomsky, tal como *Necessary Illusions* (1989), bem como com o seu trabalho em linguística, englobando os estudos sobre a gramática gerativa bem como a questão mente e linguagem.

Vemos aqui que, com sua ferramenta de Análise de Conteúdo, Chomsky, tal como fez com a linguística tradicional, quebra a condição de uma análise mais estruturalista, muitas vezes privilegiada no cenário de pesquisa em Jornalismo. Com o *modelo de propaganda*, se busca as lógicas inerentes ao jornalismo, vinculadas ao seu próprio exercício, tal como ele fez com a questão da linguagem. Entendendo a linguagem e entendendo o jornalismo, Chomsky pode analisar um quadro mais preciso de forças do âmbito sócio-político-econômico, provendo um ativismo crítico que se torna mais próximo do alcance da esfera pública.

Ao fazer um relato de como Chomsky é um pensador do Jornalismo no campo da Análise do Conteúdo, não só podemos recolher casos paradigmáticos para o ensino da profissão, mas também fornecer um arsenal para os desafios reflexivos futuros. É apenas com uma arguta ferramenta metodológica centrada na questão dos conteúdos que podemos encarar os desafios da formação, tanto da teoria como da prática, jornalística.

Os dois problemas de Chomsky

Por ser um autor de impacto em dois campos de pesquisa, sem precisar relacioná-los na letra de seus escritos, Noam Chomsky é alvo de crítica por autores, especialmente por Júlia Kristeva, devido uma suposta condição de assimetria. Nessa linha de raciocínio, Chomsky linguista não estaria em sintonia com o Chomsky ativista/Chomsky analista da ideologia.

Causa espanto que publicações que defendem uma atitude progressista e revolucionária no plano político emprestem frequentemente suas páginas a ataques infundados contra a linguística estrutural e transformacional, acusada de “metafísica”, ou de “inútil complexidade” (...). Ignorância ou erro ideológico? (KRISTEVA, 1971: 31).

Com isso, por parte do *mainstream* do estruturalismo linguístico, Chomsky sempre foi visto como alguém que não reconhecia o exercício do poder ideológico na teorização da linguagem, algo até mesmo reforçado pelo linguista norte-americano em alguns textos. Assim, ele é alguém que separa a atividade de linguagem da atividade de agir no mundo. Seria impossível, dessa forma, relacionar os dois campos chomskianos de destaque.

No entanto, no meio do amplo debate linguístico-ideológico dos anos 1970, Augusto Ponzio (2012) e Ferruccio Rossi-Landi (1968) se dedicaram a tentar explicar esse mistério chomskyano. Para eles, a solução está em discordar da própria forma que Chomsky vê o seu trabalho

Chomsky elabora assim a explicação da relação entre o discurso sociológico-político e o discurso relativo à linguagem, subtraindo de seu condicionamento histórico social ambos os discursos e seus respectivos objetos. A explicação deve ser, ao contrário, buscada, antes de tudo, reconhecendo, uma vez mais, que *cada discurso apresenta um determinado coeficiente ideológico sempre que colocado numa situação histórico-social determinada*; e, em segundo lugar, buscando a ligação entre a linguística e a política de Chomsky *em sua base ideológica comum*. Em outras palavras, não é por sua pretensa objetividade que os dois discursos se encontram, mas pela sua perspectiva ideológica comum (PONZIO, 2012: 123). Essa perspectiva ideológica comum se encontra, para os autores, naquilo que o próprio Chomsky (1986) coloca enquanto os dois problemas acerca do conhecimento da linguagem: o problema de Platão e o problema de Orwell. O problema de Platão é o problema da questão da linguagem, ou seja, o problema da cognição. Ele se resume em explicar como o ser humano consegue conhecimento amplo, quase ilimitado, a partir de dados limitados, de uma capacidade restrita.

Já o problema de Orwell é o problema da questão da ideologia. Ele se resume em explicar como o ser humano, mesmo com dados ilimitados, se restringe em um conhecimento limitado, restrito. Assim, no ser humano, linguagem e ideologia estariam em uma condição antinômica para Chomsky.

No entanto, nessa antinomia, a base ideológica comum das duas concepções teóricas reside, tanto para Ponzio como para Rossi-Landi, em um resgate de Chomsky do pensamento federalista *founding father* dos Estados Unidos. Para entender a análise dos dois italianos, precisamos de uma breve revisão teórica.

A oculta interface Federalista de Chomsky

Para entender o Federalismo, é necessário entender, curiosamente, um movimento posterior ao deles: a crítica de Tocqueville à ideia de democracia nos Estados Unidos. Ora, Alan Swingewood (1977: 3) afirma que “*Democracia na América* (1835-40) é normalmente citado como a primeira crítica sociológica da sociedade de massa”. Essa linha é seguida por diversos autores que relacionam Tocqueville como o verdadeiro pai do conceito de massificação.

Alexis de Tocqueville, juntamente com Gustave de Beaumont, foram enviados pelo governo francês em 1831 para estudarem o sistema prisional norte-americano. A estadia durou até o ano seguinte, quando retornaram para a França. Além de escreverem o relatório demandado pelo governo do rei Louis-Philippe I, os dois se empenharam em escrever livros acerca das impressões que tiveram na viagem. No caso de Tocqueville, esse livro é o próprio *Democracia na América*, cujo primeiro volume foi publicado em 1835 e o segundo em 1840.

Um dos conceitos-chave presente no livro – e que fazem de Tocqueville o “pai” do conceito – é o da “Tirania da Maioria” (*Tyranny of Majority*), também traduzido e popularizado como “Tirania das Massas”. Tal como mostramos, a questão de uma tirania é muito bem trabalhada nas protomassificações. No entanto, nesse resgate do conceito por Alexis de Tocqueville é dado um maior enfoque às situações onde a vontade dessa maioria se faz valer perante as opiniões individuais. Apesar do tema perpassar o livro como um todo, o medo iluminista-liberal fica explícito na segunda seção do capítulo sete da segunda parte do volume um do livro – intitulada “Tirania da Maioria” – onde Alexis de Tocqueville (2002: 241) afirma enfaticamente que o que ele “mais critica no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, é não, como muitas pessoas na Europa acham, sua fraqueza, mas ao contrário, sua força irresistível. E o que é mais repugnante para mim na América não é a extrema li-

berdade que lá reina, mas a falta de garantias contra a tirania”.

Assim, quando um homem sofre uma injustiça nos Estados Unidos, ele não tem a que recorrer. Nessa linha de raciocínio, Tocqueville (2002: 241) inicia uma série de questionamentos acerca dos recursos que o indivíduo possui contra a tirania das massas: “Opinião Pública? É isso que forma a maioria; o Legislativo? Ele representa a maioria e a obedece cegamente; o Executivo? É nomeado pela maioria e a serve como instrumento passivo; as Forças Públicas? As Forças Públicas não são nada além da maioria em armas”. Nem mesmo a Justiça é poupada dessa análise, pois o “Júri é a maioria vestida com o direito de pronunciar sentenças: em alguns Estados, os juízes são eleitos pela maioria. Assim, não importando o quão pecaminosa ou irracional é a medida que atinge você, você deve obedecê-la” (TOCQUEVILLE, 2002: 241).

Essa ideia começa a ser difundida pelos Liberais e Federalistas norte-americanos, especialmente Mill (1971), unindo Tocqueville a tradição já posta por Madison (1979). Segundo Dahl (1990) e Swingewood (1977), essa crítica iluminista-liberal à “tirania das massas” era uma forma de proteger a propriedade privada e a alta cultura, respectivamente, pois essa maioria colocava em risco os direitos dos proprietários de preservar seus bens e usá-los como quisessem (DAHL, 1990: 10).

Dessa forma, Tocqueville vira uma das principais faces do lado político do liberalismo, tal qual Adam Smith o é no lado econômico da corrente. O interessante é pensar que o autor de *Democracia na América* e um dos revitalizadores do termo “Tirania das Massas” era um defensor da igualdade que, no senso comum, está mais próxima da ideia de massa (e sua homogenização) do que a de liberdade.

Dahl (1990: 15) explica que, “embora o que se torna imediatamente óbvio ao leitor seja o fascínio de Tocqueville pela igualdade e seus efeitos, sua preocupação básica, e seu mais alto valor, era a liberdade”. Indo além, em *Democracy in America*, “um tema fundamental que perpassa por ambos os volumes é o seu temor de que a igualdade esmague a liberdade, e sua busca de uma solução para o problema de como, se absolutamente possível, elas possam ser levadas a coexistir” (DAHL, 1990: 15).

No entanto, o próprio Dahl (1990: 132) ressalta a dificuldade de Tocqueville em tratar suas questões de maneira explícita, afirmando que, em suas obras, a “teoria apresenta-se frequentemente implícita, profundamente embebida no contexto e cercada de numerosas ressalvas”. Dessa forma, podemos pensar em uma narrativa posta por *Democracia na América* onde as massas são um personagem importante.

Utilizando arcabouço da Análise da Narrativa, mais especificamente o *modelo atuacional* (ou *modelo actancial*) de A. J. Greimas (1973), podemos pensar que, para Tocqueville – e, no limite, para todo o Liberalismo –, o Homem Liberal (sujeito) deverá buscar a Liberdade (objeto) dentro da Igualdade Política (destinador) para levá-la ao Cidadão (destinatário), com a ajuda dos Advogados (adjuvante) e com os obstáculos das Massas/Maioria (oponente).

O interessante é que, tal como afirmamos acima, esse modelo atuacional pode ser definido mesmo como o do Homem Liberal percorrendo toda essa escola de pensamento. Isso vai de acordo com o que Greimas acreditava dentro do escopo do modelo atuacional ser o espetáculo que dá a si mesmo o *homo loquens*. Assim, esse “espetáculo tem, entretanto, algo de particular: ser permanente; o conteúdo das ações muda o tempo todo, os atores variam, mas o enunciado-espetáculo permanece sempre o mesmo, pois sua permanência está garantida pela distribuição única dos papéis” (GREIMAS, 1973: 226).

Para isso, basta analisarmos os atuantes do *Democracia na América* e percebermos como eles se colocam como esferas de ação no pensamento liberal como um todo. Começaremos pelo sujeito, ou seja, o Homem Liberal. Ele é, na verdade, o próprio autor do livro – no caso do *Democracia na América*, é

o próprio Tocqueville – ou seja, ele representa o lugar onde todos os pensadores liberais podem entrar. Isso é possível de perceber graças à investidura sêmica que eles dotam o objeto, ou seja, o desejo de Liberdade. Isso é claro em Tocqueville, tal como citamos acima, e pode ser encontrado, por exemplo, em John Stuart Mill onde “o princípio da liberdade é um princípio muito simples e absoluto” (SIMÕES, 2008: 15). Mesmo no precursor Madison (1979: 94) podemos encontrar sua posição contra “os inimigos da liberdade”. Agora, sobre a categoria atuacional destinador *versus* destinatário – ou seja, a Igualdade Política e o Cidadão –, está claro, mais uma vez, que o objeto é um objeto de comunicação entre destinador e destinatário. Essa relação comunicacional é colocada pelo próprio imperativo de que a Igualdade Política da Democracia demanda que se retire dela a Liberdade para destiná-la ao Cidadão como direito supremo.

Ora, “Tocqueville considerava a igualdade como dada e a liberdade como problemática. Um processo histórico grandioso forçosamente produziria igualdade, mas nenhum deles asseguraria a liberdade”. (DAHL, 1990: 46). Assim, da condição democrática pré-existente nos Estados Unidos, o homem liberal deveria buscar a liberdade para garanti-la como direito supremo do cidadão.

Mais uma vez essa ideia remonta aos federalistas. Alexander Hamilton (1979: 169), ao criticar a *bill of rights* a favor da Constituição, lembra que na última está escrito que: “Nós, o povo dos Estados Unidos, para assegurar a nós e à nossa posteridade o benefício da liberdade, temos ordenado e estabelecido esta Constituição para os Estados Unidos da América”. Ou seja, a Igualdade Política já está assegurada desde a Declaração de Independência e a vitória na Guerra contra os ingleses, assim é necessário criar dispositivos para buscar a Liberdade para o Cidadão.

O fato de a Constituição ser um dispositivo para ajudar o Homem Liberal a buscar o seu objeto de desejo nos leva à análise da categoria atuacional adjuvante *versus* oponente. A afirmação de que o Advogado é o adjuvante do Homem Liberal parece ser estranha no meio de atuantes vinculado a conceitos mais abstratos. No entanto, Tocqueville (2002: 256) afirma literalmente que está cada vez mais convencido de que, nos Estados Unidos, “o corpo de advogados forma o mais poderoso e, por assim dizer, o único contrapeso à democracia nesse país”. Aliás, essa é a resposta da questão que dá nome ao capítulo oito da segunda parte do volume 1 de *Democracia na América* sobre “o que restringe a tirania da maioria”. (TOCQUEVILLE, 2002: 250).

Tocqueville não está ressaltando o poder do Direito no auxílio à busca da Liberdade, mas sim dos Advogados apenas. Basta lembrar que, na linha de raciocínio da tirania das massas, “o Júri é a maioria vestida com o direito de pronunciar sentenças: em alguns Estados, os juízes são eleitos pela maioria. Assim, não importando o quão pecaminosa ou irracional é a medida que atinge você, você deve obedecê-la” (TOCQUEVILLE, 2002: 241).

Nessa linha de raciocínio, o Júri é combatido diretamente pelos advogados nos tribunais, “os mais visíveis órgãos usados pelo corpo de advogados para atuar na democracia” (TOCQUEVILLE, 2002: 256). É assim que, “nos Estados Unidos, pode se descobrir, sem dificuldade quanto o espírito do advogado – por suas qualidades e, devo dizer, até mesmo pelos seus defeitos – é apropriado para neutralizar os vícios inerentes ao governo popular”, tal como o Júri e outros representantes da tirania da maioria (TOCQUEVILLE, 2002: 256).

Está claro que o oponente, buscando evitar a realização do desejo de Liberdade buscado pelo Homem Liberal com a ajuda do Advogado, é a Massa ou Maioria. No entanto, por que esse tipo de coletividade na democracia é tão danosa dentro da narrativa do Liberalismo?

Conforme comentamos anteriormente, o conceito de “tirania das massas” ou “tirania da maioria”

estava presente nas discussões políticas da Grécia Antiga. O conceito de Tocqueville de “tirania da maioria”, em uma leitura mais fina, remete aos federalistas, que recorriam a exemplos históricos em suas concepções políticas.

“A história dessas repúblicas – segundo Hamilton, uma história ‘de vibração perpétua entre os extremos da tirania e da anarquia’ – era alarmante. Muitas vezes, os homens que acabavam com a liberdade (...) começavam sua carreira política cortejando o povo” (RANGEL FILHO & LAMOUNIER, 1979: XII). Os federalistas entravam em consonância com a análise presente n’*A Política* de Aristóteles sobre a tirania que vem do seio do povo.

Nos chamados *Federalist Papers*, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, publicaram em jornal sua defesa a favor da ratificação da Constituição dos Estados Unidos como forma de manter a liberdade governamental no novo sistema político adotado. Os três adotaram o mesmo pseudônimo, Publius, em uma clara homenagem ao cônsul romano Publius Valerius Publicola.

A adoção de tal nome não é em vão. Publicola foi o principal fundador e consolidador da República Romana. Tal como ele, o Publius do *Federalist Papers* queria se situar no começo glorioso de Roma e não em sua decadência graças à ascensão de políticos *populares* – *populares* aqui, em Latim (singular: *popularis*), significa a favor do povo – tal como Júlio César, cuja ditadura foi o apogeu dos *populares*, o início de uma tirania via cargo de ditador e a dissolução da República para o Império Romano.

Nos *Federalist Papers*, a ideia de uma tirania da massa/maioria está presente, principalmente, no Federalista X, que, tal qual sabemos hoje, foi escrito por James Madison – autor da Constituição Norteamericana e, após seu afastamento dos federalistas, tornou-se autor da *Bill of Rights* e quarto presidente dos Estados Unidos.

Nela, o nome utilizado para definir a mesma ideia de massa/maioria é facção. Em sua definição, facção é “uma reunião de cidadãos, quer formem a maioria ou a minoria do todo, uma vez que sejam unidos e dirigidos pelo impulso de uma paixão ou interesse contrário aos direitos dos outros cidadãos, ou ao interesse constante e geral da sociedade” (MADISON, 1979: 95).

Só que, continua Madison (1979, p. 97), “quando uma facção não compreende a maioria, o remédio existe no mesmo princípio do governo republicano que dá à maioria os meios de destruir os projetos sinistros da facção por uma votação regular”. No entanto, quando a democracia se confronta com uma facção de maioria, “a forma do governo popular pode dar-lhe os meios de sacrificar às suas paixões ou interesses o bem público e os direitos dos outros cidadãos (MADISON, 1979: 97).

Os *Federalist Papers* foram de grande influência em Tocqueville, tanto que ele cita um longo trecho do Federalista LI atribuído a Madison. Nesse ponto, pertencente à seção que afirma que “o grande perigo das repúblicas americanas vem da onipotência da maioria”, a afirmação federalista que se destaca é aquela que diz que “é de grande importância em uma república (...) não só proteger a sociedade contra a opressão de seus governantes, mas proteger uma parte da sociedade contra a injustiça de outra parte”, no caso a maioria (MADISON *apud* TOCQUEVILLE, 2002: 249).

Mas qual é o porquê de tanto receio acerca de uma “tirania das massas” proporcionada pela possível presença, na democracia americana, de uma maioria amplamente manipulada por déspotas? Uma resposta possível, dentro da nossa abordagem mais narrativa-discursiva do tema, é a existência de um estigma *popularis*.

Os federalistas, Tocqueville e, no limite, todo o Liberalismo, vêem a massa/maioria de seu tempo como se fosse a massa de Roma. Ela já possui um crime, uma marca em sua ficha política, o de ter levado a República Romana à ruína com o seu apoio a tribunos da plebe e a outros políticos protopo-

pulistas.

Tal visão acerca da massa, como sua oponente, faz com que o Liberalismo entre como mero “comentário” às ideias *optimates*, a facção rival dos *populares*, da qual se destaca Marco Túlio Cícero. Assim, a narrativa do Liberalismo, representada aqui pela narrativa do *Democracia na América*, não é nada mais do que a retomada da narrativa dos *optimates*, só que pôde dizer com mais clareza algumas ideias – tais como aquelas presentes em Cícero (1935, 1964) – pois estavam, *enfim*, em uma democracia, algo que os romanos realmente não vivenciavam em seu sistema político.

Assim, o conceito de massificação apresentado por Tocqueville possui sua “primeiridade” por ser um ponto de convergência de situações e análises históricas. À lembrança da decadência de Roma graças aos *populares*, vemos também que o papel decisivo da participação política das massas na Revolução Americana (1776) e na Revolução Francesa (1789) só dão intensidade à *tiranía da maioria* descrita por ele.

Ora, apesar de ser um liberal, Tocqueville é aristocrata, descendente do *Ancien Régime*, mesmo tendo nascido após a sua queda. Em carta à Madame Swetchine, Tocqueville (*apud* GIBERT, 1988: 16) afirma: “Tenho pelas instituições democráticas uma apetência intelectual, porém sou aristocrata por instinto, isto é, desprezo e temo as massas. Amo com paixão a liberdade, a legalidade, o respeito aos direitos, porém não a democracia. Isto é o mais profundo que há em mim”.

Coloca-se aqui, na figura da massa, toda a culpa da destruição das grandes aristocracias, ou seja, a República Romana e as Monarquias sob o signo do Contrato Social. Claro que seria desnecessário verificar o vértice do conceito de massificação na *tiranía da maioria* cunhada por Tocqueville – ponto médio entre o passado federalista e o futuro liberal –, mas fazemos aqui à guisa de conclusão da presente seção.

É claro o vislumbre de uma ampla participação sociopolítica das camadas não pertencentes às elites, especialmente no risco de revolução que, também, implica o contato direto entre as elites e as camadas não pertencentes a elas graças à ampliação dos direitos políticos. Fica pendente, então, a base do vértice sobre o âmbito de uma Comunicação Social.

Ora, na época das massificações primeiras já possuímos uma imprensa organizada, mesmo que seja em seus primeiros anos. São tempos do Quarto Poder. Esse termo surge na própria gênese da Imprensa: o seu criador foi o filósofo e membro da Câmara dos Comuns britânica Edmund Burns, por volta de 1790. Na realidade, Quarto Poder é uma má tradução do termo para o português. O termo original é *Fourth Estate*, ou seja, Quarto Estado.

Ou seja, nos tempos da Revolução Francesa, o clero é o Primeiro Estado, a nobreza é o Segundo Estado e a burguesia é o Terceiro Estado. Na Grã-Bretanha de Burns, a divisão é bastante parecida: o Parlamento britânico era dividido em Lordes Temporal (nobres), Lordes Spiritual (bispos) e os Comuns, configurando assim os três Estados que faziam “companhia” à Imprensa.

Talvez, a melhor explicação do significado dessas palavras possa ser encontrada cinquenta anos mais tarde, em 1841 – uma definição contemporânea ao segundo volume de *Democracia na América* –, com Thomas Carlyle (1997: 87), reitor da Universidade de Edimburgo: “Burke disse que havia três Estados no Parlamento; mas, na distante Galeria dos Repórteres, sentava um Quarto Poder mais importante do que todos (...). Literatura é nosso Parlamento também”.

Assim, a “Imprensa, que vem necessariamente da escrita como digo normalmente, é equivalente à Democracia: inventada a escrita, Democracia é inevitável. Escrita traz Imprensa; traz Imprensa universal, cotidiana e espontânea, como vemos no presente. Qualquer um pode falar” (CARLYLE, 1997: 88). Essa situação só amplia o vislumbre da participação política das massas e seu contato direto com

as elites, mesmo que seja só através dos novos “campeões do povo”, os *populares* do século XIX.

O Quarto Poder surge ideologicamente, no limite, na contraposição dos próprios Partidos Políticos. A Imprensa representa o povo – ou seja, massas e elites unidas à luz de princípios e tradições nacionalistas – como uma única instituição que abarca todas as vozes, já os Partidos Políticos só o fazem quando estão em pluralidade no Parlamento.

No entanto, isso é apenas ideologicamente. Na verdade, Partidos Políticos e Imprensa possuem a mesma raiz comum, tanto na Europa como nos Estados Unidos e no Brasil. Os jornais, no princípio de sua consolidação como principal instituição da esfera pública, foram as vozes dos Partidos.

Um episódio no processo revolucionário francês explica tal afirmação. Carlos X, o último rei Bourbon da França, decreta as *Ordonnances de Saint-Cloud*, em 24 de julho de 1830, e suprime a liberdade de imprensa. Os jornalistas se reúnem no diário *Le National*, famoso pela palavra-de ordem “O Rei reina, mas não governa”, e iniciam o prelúdio da Revolução de Julho que o derrubaria e colocaria o “Rei-cidadão”, Louis-Philippe I.

Na formação da esfera pública burguesa, esse é um fato-chave. Imprensa e Partidos Políticos andavam lado-a-lado nas lutas públicas, tanto que Habermas (1984: 90) afirma que “somente a Revolução de Julho, que recebe a sua palavra-de ordem do *National*, jornal de oposição fundado por Thiers e Mignet, soube devolver à imprensa, aos partidos e, finalmente, ao Parlamento (...), a liberdade de ação que lhe haviam assegurado os revolucionários Direitos do Homem (HABERMAS, 1984: 90).

Voltando um pouco antes da idéia de Quarto Poder, a liberdade de imprensa britânica já transformava jornais como *The Craftsman*, no período de 1727 a 1742, em intermediários da antítese *whiggery* na esfera pública britânica. Assim, se a oposição política “havia sido, até então, possível como tentativa de impor à força interesses sob a forma de frentes e de guerra civil; agora, intermediada por um público politizado, ela assumiu a configuração de permanente controvérsia entre partido do governo e partido da oposição” (HABERMAS, 1984: 82).

No entanto, não tarda para os jornais saírem do caráter intermediador para se tornarem dogmáticos e identificáveis com determinados Partidos ou facções partidárias. Na busca de exemplos próximos, podemos lembrar que no período de 1815 a 1821, os periódicos brasileiros começam a luta pela Independência. “Mas, se vários jornais defendiam a Independência, outros procuravam combatê-la. Na Independência, a imprensa se caracterizava por ser extremamente doutrinária, relegando a informação para segundo plano” (LOPES, 2008: 8).

Ciro Marcondes Filho (2002: 12), voltando os olhos para a imprensa europeia, afirma que “nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz”. Eis tempos onde o jornalismo – porta-voz da ideologia – deveria ser o bastião da igualdade, característica inata do ser humano, na defesa da liberdade.

É nesse inatismo da igualdade que Chomsky se baseia tanto sua linguística como sua crítica ideológica, com a qual fará seus procedimentos de Análise de Conteúdo do Jornalismo. Para provar sua posição, Ponzio montou um quadro comparativo de analogia entre as afirmações federalistas e dos *founding fathers*

Tabela 1
Comparação Founding fathers - Chomsky

Documentos	Thomas Jefferson	Noam Chomsky
<p>“Nós acreditamos que (...) todos os homens foram criados iguais (...)” (<i>Declaração da Independência</i>)</p>		<p>“Penso que, entre as características biológicas que determinam a natureza humana, existem algumas que têm a ver com o desenvolvimento como membro da sociedade humana; algumas que têm a ver com o desenvolvimento estético (...). Suspeito que se trate de características (...) que são parte do ser humano precisamente assim como ter pernas e braços é parte do ser humano”</p> <p>“A linguagem é instrumento de pensamento e de autoexpressão não apenas ‘para o indivíduo excepcionalmente dotado, mas também para qualquer ser humano normal”</p>
<p>“Dessa criação baseada na igualdade derivam direitos inalienáveis (...). Com o objetivo de garantir esses direitos foram criados entre os homens os governos que derivam seus justos poderes do consenso dos governados; sempre que uma forma qualquer de governo tende a negar tais fins, é direito do povo modificá-lo ou destruí-lo e criar um novo governo que se fundamente naqueles princípios” (<i>Declaração da Independência</i>)</p>	<p>“Existem ‘princípios morais com base nos quais deve ser exercido o governo’ e que ‘convêm a todo tipo de sociedade”</p>	<p>“Assim como as línguas particulares são ‘modificações secundárias de uma estrutura fundamental’, assim também os vários sistemas sociais obedecem a leis específicas da natureza humana. A organização social deve permitir a mais plena e livre expressão das exigências naturais humanas. Tendo em conta a natureza humana podem ser expressos adequados ‘juízos de valores sobre a forma que a sociedade deveria tomar, sobre como deveria mudar e como deveria ser construída”</p>
	<p>“Restabeçamos nas relações sociais a harmonia e a solidariedade sem as quais a liberdade e mesmo a própria vida são bem míseras”</p> <p>“Estamos plenamente convencidos, e atuamos segundo esse convencimento, de que com as nações, assim como com os indivíduos, os nossos interesses sabiamente entendidos se revelarão sempre inseparáveis dos nossos deveres morais”</p> <p>“O <i>bellum omnium in omnia</i> foi erroneamente considerado como condição natural. Ele é, ao contrário, fruto do abuso do homem”.</p>	<p>“A fraternidade, a solidariedade e a amizade são necessidades humanas primárias, não menos que a necessidade de aumentar seus bens e melhorar as condições de trabalho”</p>
	<p>“A ação direta e pessoal dos cidadãos nos assuntos que entram em sua esfera de capacidade, e em todos os outros casos por meio de representantes eleitos e revocáveis, constitui a essência de uma república”</p> <p>“Devemos a nós mesmos, aos nossos irmãos unidos no pacto federal, e ao mundo inteiro, qualquer sacrifício para continuar (...) o grande experimento que demonstrará que o homem é capaz de viver em uma sociedade que se governa por si com leis autoimpostas, e que assegura aos seus membros o gozo da vida, da propriedade e da paz”</p>	<p>“É preciso fazer de modo que as massas populares possam tomar parte ativa no controle democrático das instituições sociais”</p>
<p>“O Congresso não poderá fazer nenhuma lei para limitar a liberdade de expressão e de imprensa (<i>1ª emenda à Constituição dos Estados Unidos</i>)</p>		<p>“A linguagem é livre instrumento de pensamento e de expressão. O uso da linguagem é inovador e independente do controle de estímulos externos ou internos. Esta interpretação da linguagem ‘se conecta à teoria liberal no sentido clássico (...) e à ideia de liberdade das limitações, de liberdade para o ser humano na sua totalidade. Vejo esta como uma possível direção radical dos estudos linguísticos”</p> <p>“O reconhecimento da liberdade humana nos fatos da linguagem implica o reconhecimento da liberdade humana na sociedade”</p>
	<p>“Esta assembleia professa ademais (...) a doutrina de que o pacto constitucional, ao autorizar o governo federal a impor e a recolher tributos, etc., não lhe conferiu desse modo o poder de fazer qualquer coisa que pense ou pretenda que possa promover o bem-estar geral, interpretação esta que o transformaria num governo (...) sem limitações de poder”</p>	<p>“É preciso opor-se à centralização da função decisória do governo e ao predomínio de uma tecnologia liberal que ‘elabora uma ideologia que justifica tal estado de coisas com base no bem-estar geral’, ‘que aspira a um papel dominante na direção do estado de bem-estar”</p>

FONTE – Ponzio, 2012: 143-146.

Assim, a liberdade é a palavra-de-ordem no pensamento de Chomsky e, no limite, a eterna vigiância em seu ativismo. Com isso, os textos jornalísticos analisados por Chomsky e o próprio método de análise de conteúdo que ele desenvolveu se resumem em uma busca pelo paradigma da liberdade. O “modelo de propaganda”, nada mais nada menos, é uma forma de vislumbrar os desvios do jornalismo nessa busca.

A busca pela Liberdade: Jornalismo e a análise de conteúdo de Chomsky

Como mencionamos no início desse texto, o “modelo de propaganda” é uma espécie de solidariedade orgânica inconsciente onde a mídia ajudaria a manutenção do *status quo* ao passar as “todas as notícias possíveis” nos cinco filtros do modelo de propaganda, a saber: (1) a busca por lucros da corporação jornalística; (2) publicidade externa; (3) confiança nas informações estatais e nos *experts*; (4) fogo anti-mídia; e (5) anti-comunismo ou anti-eixos do mal. O que não estivesse de acordo com um dos filtros, não era publicado.

Assim, ao invés de termos uma mídia que – de acordo com a visão liberal da fundação dos Estados Unidos do qual Chomsky possui uma base ideológica comum – deveria ser a defensora máxima da liberdade, baseada no inatismo da igualdade, acabamos por ter uma mídia que caminha em uma direção oposta. Ela se torna um exercício da linguagem incompatível com sua natureza. A mídia acaba por ocupar as sombras do problema de Orwell na antinomia humana da linguagem-ideologia graças aos filtros.

Esses elementos [filtros] interagem e se fortalecem entre si. O material cru das notícias deve passar por filtros sucessivos, deixando apenas o higienizado resíduo pronto para imprimir. Eles fixam as premissas do discurso e da interpretação, definem o que é válido para as notícias em primeiro lugar e explicam a base e as operações para a propaganda funcionar. A dominação da mídia pela elite e a marginalização dos dissidentes que resulta do funcionamento desses filtros ocorrem tão naturalmente que os jornalistas, frequentemente trabalhando com integridade e boas intenções, estão aptos a se convencerem que escolhem e interpretam as notícias “objetivamente” e de acordo com os valores-notícias profissionais (HERMAN & CHOMSKY, 2002: 2).

Eis aqui o problema de Orwell em pleno vapor, especialmente colocando a ideologia midiática enquanto uma ação contra a luta por liberdade no inatismo da igualdade. Com isso, há de ser radical.

Afinal, se para Chomsky (*apud* PONZIO, 2012: 146), a radicalidade dos estudos linguísticos reside em encarar a linguagem enquanto “livre instrumento de pensamento e de expressão. O uso da linguagem é inovador e independente do controle de estímulos externos ou internos. Esta interpretação da linguagem ‘se conecta à teoria liberal no sentido clássico (...) e à ideia de liberdade das limitações, de liberdade para o ser humano na sua totalidade”. Assim, é com esse parâmetro, que Chomsky vê a atuação linguística da mídia e busca combatê-la com ativismo radical. No entanto, como podemos considerar isso uma Análise de Conteúdo?

Ora, podemos lembrar a crítica que Bardin faz da relação entre Análise de Conteúdo e Linguística. Apesar de ambas terem, aparentemente o mesmo objeto – que seria a linguagem –, há uma distinção fundamental:

Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por F. de Saussure, a linguística não procura saber o que significa uma parte, antes tentando descrever quais as regras que tornam possível qualquer parte. A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis (BARDIN, s/n: 43).

O que Chomsky faz, no limite, é ser um autor que trabalha com os dois polos: o manual e os jogadores. Trabalho esse que ele realiza separadamente mas, conforme vimos, com uma base comum. Além disso, o seu trabalho com conteúdo, com os jogadores, segue o paradigma do *frequencial*, posto por Bardin como o mais comum na tradição de Análise de Conteúdo, desde suas origens no cenário de estudos norte-americanos da Comunicação posto por Lasswell.

Afinal, podemos reconhecer nos escritos chomskyanos sobre a mídia uma motivação semelhante à máxima lasswelliana de “quem diz o que a quem e com que efeito”. Essas quatro posições – (1) quem diz; (2) o que; (3) a quem; e (4) com que efeito – são, no limite, as quatro posições escrutinadas por Chomsky na célebre comparação entre notícias sobre Camboja e notícias sobre Timor Leste no *New York Times* que fizeram *Manufacturing Consent* tão célebre. Podemos até dizer que, no “modelo de propaganda” enquanto Análise de Conteúdo”, a mídia (1) noticia as crueldades no Camboja (2a) e silencia acerca das mesmas crueldades no Timor Leste (2b) para o público norte-americano (3) visando a construção do consenso necessário para a manutenção da situação antilibertária do capitalismo atual (4).

Através de quantificações que levam a conclusões assim é que vemos a importância da Análise do Conteúdo dentro do amplo campo de pesquisa em Ciências da Comunicação, especialmente nos Estudos do Jornalismo. E, de fato, os estudos de Chomsky são inspiradores nesse campo, já que foi reconhecido como o oitavo autor mais citado, a partir dos anos 1970, na área de Artes e Humanidades e o primeiro autor mais citado em Ciências Sociais (ABRAMO 1999). Assim, incentivar empreitadas que visam desvelar outros sinais do problema de Orwell deve ser uma missão que os estudiosos de Jornalismo devem ter para si.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, C. W. “A cabeça que pensa por nós”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha, 09/05/1999.
- ACHBAR, M. & WINTONICK, P (diretores). **Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media** (documentário). Austrália/Finlândia/Noruega/Canadá, 1992, 162 min.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, s/d.
- CARLYLE, T. **Heroes and Hero Worship**. Champaign: Project Gutenberg, 1997.
- CHOMSKY, N. **Knowledge of Language**. Westport: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. **Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies**. New York: South End Press, 1989.
- CICERO. **The Verrine Orations II**. The Loeb Classical Library. Cambridge: HUP, 1935.
- DAHL, R. A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- GIBERT, P. “Textos Seleccionados e Apresentados”. In TOCQUEVILLE, A. de. **Igualdade Social e Liberdade Política**. São Paulo: Nerman, 1988.
- GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 1984.
- HAMILTON, A. “O Federalista LXXX IV [Objecções mistas]”. In: WEFFORT, F. (org). **Os Pensadores: Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HERMAN, E. S. & CHOMSKY, N. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon, 2002.
- KRISTEVA, J. “La sovversione linguística”. *Carte Segrete*. n° 15. p. 21-48.
- LOPES, D. F. “Uma História marcada por censura e resistência” **Jornal da USP**. São Paulo: CCS-USP, 02/06/2008, p. 8-11.
- MADISON, J. “O Federalista X [Utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições]”. In: WEFFORT, F. (org). **Os Pensadores: Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo – a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.
- MILL, J. S. **On Liberty**. London: Oxford University Press, 1971.
- PONZIO, A. *Linguística chomskyana e ideologia social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- RANGEL FILHO, C. M. & LAMOUNIER, B. “Federalistas: vida e obra”. In: WEFFORT, F. (org). *Os Pensadores: Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- ROSSI-LANDI, F. *Linguaggio come lavoro e come mercato*. Milão: Bompiani, 1968.
- SIMÕES, M. C. **John Stuart Mill & A Liberdade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.
- SWINGWOOD, A. **The Myth of Mass Culture**. London: Macmillan, 1977.
- TOCQUEVILLE, A. de. **Democracy in America**. Chicago: UOC Press, 2002.

Homofobia: uma praga cristã. Homophobia: a Christian plague.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1964>

Luiz Mott

Professor Titular de Antropologia aposentado da UFBA

Decano do Movimento Homossexual Brasileiro

luizmott@oi.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-3598-7007>

Resumo: Os homossexuais são os mais odiados dentre todos os grupos minoritários, explicando-se tal intolerância porque o amor entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado crime hediondo, condenado como pecado abominável, escondido através de um verdadeiro complô do silêncio. A lgbtfobia cultural e institucional contaminam inclusive as próprias vítimas: gays, lésbicas e transgêneros, que em sua maior parte vivem numa espécie de vácuo identitário e sob o efeito perverso da alienação, com baixa autoestima, incapazes de iniciativas em defesa da própria cidadania. Este artigo apresenta algumas prioridades para tentar reverter este quadro perverso.

Palavras-chave: LGBTfobia, grupos minoritários, crime hediondo.

Abstract: Homosexuals are the most hated of all minority groups, explaining such intolerance because the love between people of the same sex has long been considered a heinous crime, condemned as an abominable sin, hidden through a true plot of silence. Cultural and institutional violence contaminate even the victims themselves: gays, lesbians and transgenders, who for the most part live in a kind of identity vacuum and under the perverse effect of alienation, with low self-esteem, incapable of initiatives in defense of their own citizenship. This article presents some priorities to try to reverse this perverse framework.

Keywords: LGBTphobia, minority groups, heinous crime.

Recebido em: 06/10/2016 – Aceito em: 10/01/2017

Introdução

“Praga” tem várias acepções em nossa língua: significa maldição. Pode ser também desgraça, flagelo, peste. É sinônimo de erva daninha: que causa dano, algo nocivo, malvado. O então papa Bento XVI declarou recentemente que “o segundo casamento de divorciados é uma praga”. A Aids foi chamada inicialmente de “peste *gay*”. Portanto, nada mais cristão e atual do que o conceito de “praga” associado à homotransfobia.

Tal é o objetivo deste ensaio: demonstrar que a lgbtfobia – este ódio irracional contra os/as transsexuais e homossexuais – é uma verdadeira praga inspirada e legitimada pelas três religiões abraâmicas:

judaísmo, cristianismo e islamismo. Preconceito odioso, que assim como o machismo, a misoginia, o racismo, a xenofobia, são verdadeiras maldições, desgraças, flagelos, pestes, ervas daninhas, sentimentos e comportamentos diabólicos que impedem a mais de 10% da humanidade, vítimas da lgbtfobia, o exercício elementar de seus direitos humanos e de cidadania plena. Estas reflexões são um alerta e um libelo contra a praga do racismo anti-homo/transsexual.

Nos últimos quatro mil anos, nas diferentes civilizações que serviram de matriz à cultura ocidental, e na nossa própria sociedade, a homossexualidade foi rotulada por diversos nomes atrozes que refletem o alto grau de reprovação associado a esta *performance* erótica: abominação, crime contra a natureza, pecado nefando, vício dos bugres, abominável pecado de sodomia, velhacaria, descarração, desvio, doença, viadagem, frescura etc. E os homossexuais e transgêneros – mais os do sexo masculino do que as lésbicas – foram condenados a diferentes penas de morte: apedrejados, segundo a Lei Judaica; decapitados, por ordem do Imperador Constantino a partir de 342 d.C.; enforcados, afogados ou queimados nas fogueiras da Inquisição, durante a Idade Média e até os tempos modernos; despedaçados na boca de um canhão, como ocorreu com um índio Tibira no Maranhão colonial, executado por ordem dos missionários capuchinhos; queimados pelos nazistas nos campos de concentração. Hoje, no Brasil, a cada 28 horas, um *gay*, travesti, transsexual ou lésbica é brutalmente assassinado, vítima da *lgbtfobia* – este ódio irracional à diversidade sexual, fazendo de nosso país o campeão mundial destes crimes de ódio sexual: 5.266 assassinatos nas três últimas décadas.¹

Se de um lado a “causa” da homotranssexualidade é controversa e nebulosa, e interessa pouco aos próprios amantes do mesmo sexo e transgêneros a sua identificação, a ciência etno-histórica indica que a homofobia tem suas raízes fincadas na tradição abraâmica, já que Abraão é o patriarca das três religiões mais lgbtfóbicas da história humana. Há mais de quatro mil anos, os machos donos do poder perceberam o caráter ameaçador, político e revolucionário das relações unissexuais e travestismo. Daí transformar o sexo e amor entre pessoas do mesmo gênero em crime abominável e o mais detestável de todos os pecados. Hoje, quando se ouve de norte a sul do Brasil esta sentença de morte: “*viado tem mais é que morrer!*”, repetida há pouco pelo deputado Bolsonaro, inconscientemente está-se repetindo o milenar veredicto atribuído à própria vontade divina: “o homem que dormir com outro homem, como se fosse mulher, deve ser apedrejado!”².

O preconceito homofóbico tem como justificativa não apenas o desperdício do sêmen, visto como uma espécie de controle perverso da natalidade, mas teme-se também, mais que a peste, a ameaça desestabilizadora representada pelos amantes do mesmo sexo e transgêneros, na medida em que estruturantes costumes tradicionais são colocados em xeque pelo revolucionário estilo de vida dos *gays*: o sexo-prazer desvinculado da procriação, a tentação da androginia e da unissexualidade, o questionamento da naturalidade da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero, o amor livre, o *safe sex* (MOTT, 2002b).

Quando se fala em discriminação, via de regra, cada minoria procura puxar o quanto pode a brasa para mais perto de sua sardinha. Há contudo evidências sólidas confirmando que *gays*, *lésbicas*, *bissexuais*, *travestis* e *transsexuais* são as principais vítimas do preconceito e discriminação dentro de nossa sociedade. É exatamente por esta situação de maior vulnerabilidade que os LGBT carecem de maior e mais urgente atenção por parte do poder público e da sociedade em geral, na implementação de legislação defensiva e ações afirmativas que garantam a salvaguarda de seus direitos humanos e da plena cidadania da população LGTB.

¹Cf. dados disponíveis em: <<https://homofobiamata.wordpress.com>>.
²Levítico, 20,13.

Homossexuais: Os mais discriminados

Eis um decálogo explicativo e comprobatório de que dentre todas as minorias sociais, os praticantes do “amor que não ousava dizer o nome” são os mais discriminados em nossa sociedade “cristã”.

Crime Hediondo

Na nossa tradição ocidental, herdeira da moral judaico-cristã, o amor entre pessoas do mesmo sexo foi considerado e tratado como crime dos mais graves, equiparado ao regicídio e à traição nacional. O sexo entre dois homens era considerado tão horroroso que os réus deste delito hediondo deviam ser punidos com a pena de morte: a pedradas entre os antigos judeus e até hoje nos países islâmicos fundamentalistas; decapitados, no tempo dos primeiros imperadores cristãos; enforcados ou afogados na Idade Média; queimados pela Santa Inquisição; condenados à prisão com trabalhos forçados no tempo de Oscar Wilde e na Alemanha nazista (DYNES, 1987; LEVER, 1985).

Só em 1821 é abolida a Inquisição Portuguesa e em 1823, por influência modernizante do Código de Napoleão, a sodomia deixou de ser crime também no Império do Brasil. Apesar de terem sido des-criminalizados há quase dois séculos, *gays*, lésbicas e travestis continuam sendo tratados como criminosos: nas delegacias, nas batidas policiais, os LGBT são sempre visto e tratados como delinquentes. Mesmo quando vítimas, são tratados como réus (MOTT, 1997).

Pecado Abominável

“De todos os pecados, o mais sujo, torpe e desonesto é a sodomia. Por causa dele, Deus envia à terra todas as calamidades: secas, inundações, terremotos, pestes. Só em ter seu nome pronunciado, o ar já fica poluído.” (VIDE, 1853).

Tal foi o ensinamento repetido por rabinos, felás, padres e pastores ao longo dos últimos quatro mil anos. O amor entre dois homens foi considerado pecado tão abominável que não deve sequer ser pronunciado – “nefando” ou “nefário” significa exatamente isso: impronunciável, o pecado cujo nome não se pode dizer o nome.

De acordo com a teologia moral cristã, um homem amar o outro era pecado mais grave do que matar a própria mãe, escravizar outro ser humano ou a violência sexual contra crianças. “Por causa da sodomia, Deus arrasou Sodoma e Gomorra e destruiu a Ordem dos Templários num só dia!” (MOTT, 1992, p. 703-738).

Na tradição ocidental, cabe ao Judaísmo a culpa principal pela legitimação da intolerância anti-homossexual, posto ter sido o Antigo Testamento que forneceu as mesmas premissas homofóbicas para o cristianismo e islamismo. Foi Javé quem primeiro mandou apedrejar “o homem que dormir com outro homem como se fosse mulher”, cabendo ao apóstolo Paulo, ex-fariseu, a argumentação teológica para excluir os sodomitas do Reino dos Céus (BOSWELL, 1994).

Ainda hoje vigora a pena de morte contra os amantes do mesmo sexo numa dezena de países fundamentalistas islâmicos no Oriente e África. Malgrado a homossexualidade ser chamada, durante a Idade Média, com justiça, de “vício dos clérigos”, os últimos papas destacaram-se pela intolerância anti-homossexual, tanto que, segundo o atual Catecismo Romano, o homossexualismo é considerado “intrinsecamente mau” (GRAMICK, 1988). O atual Papa Francisco trouxe uma brisa de esperança ao declarar bombasticamente “quem somos nós para condenar os *gays*!”, muito embora mantenha a célebre e cruel postura de amar o pecador mas odiar o pecado...

Enquanto a Igreja vem pedindo perdão a todos os grupos sociais por ela perseguidos ou maltratados – judeus, negros, índios, protestantes etc. –, a hierarquia católica e sobretudo as novas seitas protestantes fundamentalistas radicalizaram seus discursos e ações contra os direitos humanos e a dignidade das minorias sexuais. Mesmo as religiões afro-brasileiras, cujo panteão é povoado por diversas divindades transexuais e cujos pais, mães e filhos de santo, em número significativo, são praticantes do homoerotismo, mesmo o candomblé e umbanda ainda não articularam um discurso politicamente coerente em defesa da visibilidade e afirmação das minorias sexuais.

Homofobia Internalizada

Durante centenas de gerações, nossos antepassados ouviram nos púlpitos e confessionários que a homossexualidade era o pecado que mais provoca a ira divina. Ainda recentemente o Cardeal do Rio de Janeiro e muitos pastores proclamaram que a Aids, por eles chamada de “peste *gay*”, era um castigo divino contra os homossexuais (MOTT, 1985). Durante séculos, nossos antepassados reprimiram seus filhos homossexuais e transexuais, pois toda a família perdia os direitos civis por três gerações seguidas, caso um seu membro fosse condenado pelo crime de sodomia. No tempo de nossos pais e avós, os donos do saber médico proclamaram que os “pederastas” eram doentes, desviados, neuróticos, anormais etc., submetendo-os a tratamentos cruéis e inócuos (GREEN, 2000). Desde Freud, contudo, comprovou-se que todos somos *perversos polimorfos*, com forte presença da bissexualidade em nossa libido. Kinsey descobriu, já em 1948, que 37% dos norte-americanos brancos tinham experimentado, na idade adulta, ao menos dois orgasmos com o mesmo sexo.

O ódio mórbido contra a homossexualidade é diagnosticado pela Psicologia de *homofobia internalizada* e de *egodistonia* pela Psicanálise, provocando nestes doentes, sintomas diversos (além de mau humor, espinhas e prisão de ventre...), incluindo neurose de frustração sexual, suicídio e atos de violência, como agressões e o assassinato sádico de LGBT.

Opressão Familiar

Enquanto para os membros das demais minorias sociais a família constitui o principal grupo de apoio no enfrentamento da discriminação praticada pela sociedade global, no caso dos LGBT é no próprio lar onde a opressão e a intolerância fazem-se sentir mais fortes (GRIFFIN, 1986).

A mãe negra, o pai judeu, a família indígena reforçam a autoestima étnica ou racial de seus filhos, estimulando a afirmação dos traços culturais diacríticos que auxiliarão vitalmente a estas crianças e adolescentes desenvolverem sua autoestima, identidade, orgulho e afirmação enquanto grupo étnico, racial ou religioso diferenciado. Com os jovens *gays*, lésbicas e transgêneros a realidade é tragicamente oposta: pais e mães repetem o refrão popular – “prefiro um filho morto do que viado!” ou “antes uma filha puta do que sapatão!”. Muitos são os registros de jovens homossexuais que sofreram graves constrangimentos e violência psíquica e física dentro do próprio lar quando foram descobertos: insultos, agressões, tratamentos compulsórios destinados à “cura” da sua orientação sexual, expulsão de casa e até casos extremos de execução. Recentemente, num bairro periférico de Salvador, um avô espancou seu neto negro até à morte quando descobriu que era *gay*, e um pai baiano de classe média, ao ser informado que seu filho era homossexual, deu-lhe um revólver determinando: “Se mate! Na nossa família nunca teve viado!” (MOTT, 1995).

Conspiração do Silêncio

Durante os últimos quatro mil anos, a homossexualidade foi chamada de “pecado nefando”, o que não pode ser pronunciado. De fato, as principais instituições donas do poder, da família às igrejas, da escola à polícia, se uniram para impedir que os praticantes do *amor proibido* divulgassem a verdade: que é bom ser *gay*, que é gostoso o erotismo entre pessoas do mesmo sexo, que duas mulheres podem perfeitamente se amar de forma tão intensa e romântica como os casais do sexo oposto, que a própria natureza humana pode ser alterada, e uma pessoa transexual tem o direito de adaptar sua anatomia e genitália à sua identidade de gênero (COUTO, 1999).

Esta ardilosa conspiração do silêncio incluiu também, entre suas estratégias, não só a destruição das fontes documentais comprobatórias da homossexualidade de personagens célebres, como também a heterossexualização dos amores destas celebridades, numa tentativa maquiavélica de cumprir o mandato inquisitorial: “que os sodomitas sejam queimados e reduzidos a pó, para que deles não se tenha memória!” (AGUIAR, 1926; BOSWELL, 1980).

Contemporaneamente, a mídia, a academia, os jornais diários perpetuam este diabólico complô do silêncio, censurando artigos que abordam o amor homossexual de forma positiva, sonogando informação sobre a orientação sexual de *gays* e lésbicas destacados, ou ridicularizando e divulgando preconceitos contra as minorias sexuais.

Luta Menor

Durante décadas seguidas, intelectuais e políticos de esquerda relegaram ao *status* de “luta menor” os estudos e a militância em favor dos direitos humanos das minorias sexuais. Sob o pretexto de que primeiro se devia derrubar o capitalismo e garantir pão e trabalho às classes trabalhadoras, transferia-se para um futuro remoto discutir e lutar pelos direitos sexuais e de gênero. *Gays* e lésbicas foram taxados de agentes da burguesia, e o homoerotismo como sintoma da decadência capitalista (GENTE, 1976).

Líderes negros e indígenas, dando as costas às evidências etno-históricas que comprovam a presença da homossexualidade na maior parte das sociedades tribais, acusaram o amor unissexual de ser vício colonialista (FORD; BEACH, 1979). Obviamente que a luta racial, pela igualdade de gênero e de orientação sexual é tão revolucionária e primordial quanto a luta do proletariado, posto que direitos humanos e cidadania não podem ser hierarquizados e limitados apenas a certos grupos e a seus projetos particulares, mas são comuns a todos os segmentos que formam a sociedade e que sofrem e são discriminados exatamente por ostentarem tais peculiaridades raciais, étnicas, sexuais, de gênero etc. Os direitos humanos são universais! (GREENBERG, 1988).

Homofobia Acadêmica

As Ciências, particularmente as Humanidades, têm a missão crucial de realizar pesquisas e divulgar conhecimentos sólidos visando destruir as prenoções, derrubar os preconceitos e impedir as discriminações baseadas em equívocos e dogmas religiosos. Lastimavelmente, no entanto, raríssimas são as universidades brasileiras que dispõem de áreas de pesquisa e programas voltados aos estudos da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular (MOTT, 2001). O amor homoerótico continua ainda tema nefando no meio acadêmico: professores e pesquisadores *gays* e lésbicas se vêem impelidos a permanecer na gaveta a fim de não sofrerem discriminações funcionais; muitos são os docentes que ainda usam a cátedra para divulgar opiniões negativas em relação à homossexualidade; alunos e alunas transexuais e homossexuais são discriminados por seus professores, vendo-se impedidos de assumir sua verdadeira identidade existencial; pesquisadores são desestimulados ou mesmo barrados por investigar

temas relativos à sexualidade humana. Muitos acadêmicos continuam agindo como “cães de guarda da moral hegemônica” (HOOKER, 1967; MOTT, 2003a).

Omissão Governamental

Tradicionalmente, a máquina estatal foi sempre utilizada para reprimir os amantes do mesmo sexo. Embora desde o fim da Inquisição a homossexualidade tenha deixado de ser crime, a Polícia e a Justiça passaram a ocupar a função dos antigos inquisidores, perseguindo, punindo, torturando os “pederastas” (MOTT, 1988).

A partir da revolução de Stonewall (Nova York, 1969), marco inicial do moderno movimento de defesa dos direitos humanos dos homossexuais, os países mais civilizados do mundo passaram a incluir os *gays*, as lésbicas e os/as transgêneros na agenda de grupos minoritários que deviam ser beneficiados por políticas garantidoras de sua visibilidade social e igualdade de cidadania.

No Brasil, lastimavelmente, as ações governamentais em favor da defesa dos direitos humanos dos homossexuais são ainda tímidas e insuficientes: data de 1996 o primeiro documento do governo federal a mencionar o termo “homossexual”, e mesmo aí, no *Plano Nacional de Direitos Humanos*, enquanto eram 22 as propostas de ações oficiais de superação do racismo, os homossexuais não mereceram sequer uma medida propositiva.³ Em 2004 foi lançado o alvissareiro *Programa Brasil sem Homofobia*, envolvendo onze ministérios e 54 ações afirmativas para a população LGBT, porém, menos de 10% das resoluções saíram do papel.⁴ Em 2015 o histórico Projeto de Lei 122 que previa a criminalização da homofobia foi arquivado por iniciativa da presidência da República.

Homofobia entre os Defensores dos Direitos Humanos

Mais grave do que o preconceito encontrado entre os líderes religiosos e acadêmicos é a homofobia observada por algumas lideranças de instituições voltadas à defesa dos direitos humanos. Hélio Bicudo, D. Aloísio Lorscheider, rabino Henry Sobel, por exemplo, famosos defensores dos direitos humanos, várias vezes divulgaram na mídia opiniões discriminatórias contra os homossexuais, opondo-se radicalmente ao reconhecimento legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo (MOTT, 2000b). Não é raro lideranças negras proclamarem equivocadamente que a homossexualidade é fruto do colonialismo ocidental.

O complô do silêncio, do preconceito e da apartação social continua presente no discurso e na prática de certos líderes dos movimentos de direitos humanos. Não raramente, chegam alguns a argumentar que não existe paralelo nem equiparação entre a discriminação por raça ou gênero, e a discriminação baseada na orientação sexual. Infelizmente, os argumentos utilizados pelos que excluem os homossexuais da agenda dos direitos humanos inspiram-se em dogmas religiosos que insistem em demonizar o amor entre pessoas do mesmo sexo. É fundamental que as entidades e lideranças engajadas na luta pela cidadania reconheçam que direitos sexuais também são direitos humanos (MOTT, 2000c).

Alienação dos Homossexuais

Os *gays*, lésbicas e transgêneros devem representar quando menos 10% da população brasileira: 20 milhões de seres humanos presentes em todas as raças, grupos étnicos, classes sociais, profissões, idades, religiões. Os homossexuais e transexuais constituem talvez a única minoria que se faz presente em todas as demais minorias sociais. Não é por menos que um dos slogans mais queridos do movimento homossexual internacional é: “somos milhões e estamos em toda parte!”

Não obstante tal onipresença, estimamos que 90% dos homossexuais continuam

³ BRASIL, 1996.

⁴Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf.

presos dentro do armário, vivendo clandestinamente o que para todo ser humano é motivo de grande satisfação, reconhecimento público e orgulho: o amor. São tão fortes o preconceito, a opressão e a discriminação contra este grupo que a quase totalidade dos *gays* e lésbicas introjetou a homofobia dominante em nossa ideologia heteronormativa, tornando-se homossexuais egodistônicos, não assumidos. Devido a esta invisibilidade, deixam de fornecer modelos positivos para os jovens com orientação homófila, perpetuando assim a baixa estima e vergonha entre os amantes do mesmo sexo.

Enquanto negros, índios, mulheres, judeus, protestantes, albinos, idosos etc., cada vez mais afirmam publicamente e com orgulho suas identidades diferenciadas, *gays* e lésbicas clandestinos argumentam que sexualidade é coisa íntima, que não querem levantar bandeira, alguns militando em outros grupos minoritários ou votando em candidatos que levantam outras bandeiras, sem se identificar com aqueles que abertamente defendem a cidadania e visibilidade das minorias sexuais. Alienação é o melhor conceito para diagnosticar esta praga da falta de consciência dentro da comunidade LGBT (MOTT, 1993).

Erradicando a Praga da Homofobia

Para que *gays*, lésbicas e transgêneros brasileiros deixem de ser tratados como marginais e cidadãos de segunda categoria, urge a adoção destas ações afirmativas:

- 1 - Descriminalizar de vez a homossexualidade no maltrato que a polícia e a justiça dão às minorias sexuais, aprovando-se leis que condenem a discriminação sexual e de gênero com o mesmo rigor que o crime de racismo;
- 2 - Desconstruir os tabus religiosos que diabolizam o amor entre pessoas do mesmo sexo e a transexualidade, propondo às diferentes igrejas a promoção de pastorais específicas voltadas para as minorias sexuais;
- 3 - Erradicar a homofobia cultural que impede à sociedade heteronormativa reconhecer os direitos humanos e a diversidade das minorias sexuais, criando sentimentos de tolerância e solidariedade dentro das famílias para que respeitem a livre orientação e a identidade de gênero de seus filhos e parentes homossexuais e transexuais;
- 4 - Quebrar o complô do silêncio e divulgar informações corretas e positivas a respeito do “amor que não ousava dizer o nome”, desmascarando as falsas teorias que patologizam a homossexualidade e transgeneridade, ampliando as pesquisas acadêmicas que resgatem a história e dignidade das minorias sexuais;
- 5 - Substituir a homofobia reinante nos partidos políticos que tratam a cidadania homossexual como luta menor, ou pior ainda, propondo terapias de “cura”, erradicando dos grupos que defendem os direitos humanos qualquer tipo de manifestação de preconceito que viole a dignidade e cidadania plena da comunidade LGBT;
- 6 - *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais a assumirem publicamente sua identidade homossexual e de gênero, lutando pela construção de uma sociedade onde todos tenhamos reconhecidos nossos direitos humanos e cidadania plena.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Asdrúbal A. Evolução da pederastia e do lesbianismo na Europa. “Ordenações Afonsinas”, Livro V, Título XVII. *Separata do Arquivo da Universidade de Lisboa*, v. XI, 1926.

BOSWELL, J. *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

- BOSWELL, J. *Same Sex Union in Pre-Modern Europe*. New York: Billard Books, 1994.
- BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.
- COUTO, Edivaldo. *Transexualidade: o corpo em mutação*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.
- DYNES, Wayne. *Homosexuality: A research guide*. New York: Garland Publishing, 1987.
- FORD, C. S.; BEACH, F. A. *Patterns of sexual behavior*. London: Eyre & Spottiswoode, 1952.
- GENTE, Hans-Peter (Ed.). *Marxismus, Psychoanalises, Sex-Pol*. Frankfurt: Fischer, 1976.
- GRAMICK, Jeannine; FUREY, Pat. *The Vatican and Homosexuality*. New York: Cross Road, 1988.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX*. São Paulo: Edusp, 2000.
- GREENBERG, David F. *The Construction of Homosexuality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- GRIFFIN, Carol W.; WIRTH, Marian J. *Beyond Acceptance: Parents of Lesbians and Gays talk about Their Experiences*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.
- HOOKER, E. The Homosexual Community. In: SIKMON, W. (Ed.). *Sexual Deviance*. New York: Harper and Row, 1967.
- LEVER, Maurice. *Les Bûchers de Sodome*. Paris: Fayard, 1985.
- MCCUBBIN, Bob. *The Gay Question: A Marxist Appraisal*. New York: World View Publishers, 1979.
- MOTT, Luiz. Aids: reflexões sobre a sodomia. *Comunicações do ISER*, n. 17, dez. 1985.
- MOTT, Luiz. *Justitia et Misericordia: a Inquisição Portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia*. In: NOVINSKY, A.; CARNEIRO, M. L. Tucci (Orgs.). *Inquisição: Ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. São Paulo: Edusp, 1992. p. 703-738.
- MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.
- MOTT, Luiz. Os políticos e os homossexuais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1993.
- MOTT, Luiz. Violência sexual infanto-juvenil. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26 de outubro de 1995.
- MOTT, Luiz. *Homofobia: a violação dos Direitos Humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil*. San Francisco: International Gay and Lesbian Human Rights Commission, 1997.
- MOTT, Luiz. *A cena gay em Salvador em tempo de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000a.
- MOTT, Luiz. *Violação dos Direitos Humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000b.
- MOTT, Luiz. *Assassinato de homossexuais. Manual de coleta de informação, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000c.
- MOTT, Luiz. *Matei porque odeio gay*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002a.
- MOTT, Luiz. Homossexualidade: uma história tabu e uma cultura revolucionária. *ArtCultura*, Revista do NEHAC, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 10-17, 2002b.
- MOTT, Luiz. *Intelligentsia homossexual e militância gay no Brasil - de taturana a borboleta: a metamorfose de um antropólogo enrustido em militante gay*. In: _____. *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003a.
- Luiz. *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador: Editora GGB, 2003b.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707*. São Paulo: Tipografia 2 de fevereiro, 1853.

A experiência do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia: ações a favor de uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário

The experience of the extension project Unite against LGBTfobia: actions in favor of a culture of respect for sexual and gender diversity in the university environment



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1961>

Roberto Alves Reis

Professor do Instituto de Comunicação e Artes do Centro Universitário Una, Belo Horizonte
Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Coordenador do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia
robertocomunica@yahoo.com.br



Jacson Dias

Graduando em Cinema e Audiovisual pelo Centro Universitário Una, Belo Horizonte
Integrante do projeto Una-se contra a LGBTfobia.
jacsonbaco@hotmail.com



Gael Benitez

Graduando em Jornalismo Multimídia pelo Centro Universitário Una
Integrante do projeto Una-se contra a LGBTfobia.
gaelcbenitez@gmail.com



Recebido em: 01/10/2016 – Aceito em: 06/01/2017

Resumo: O presente artigo resgata a trajetória do Una-se contra a LGBTfobia, projeto de extensão vinculado ao Instituto de Comunicação e Artes do Centro Universitário Una, de Belo Horizonte. Desde 2011, o projeto promove ações em prol de uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário.

Palavras-chave: LGBT, Direitos Humanos, Universidade.

Abstract: In this article the author describes the trajectory of “Una-se contra a LGBTfobia”, an extension project situated in the Institute of Communication and Arts of Una University Center. Since 2011, this project promotes actions for a respect culture for sexual and gender diversity in the university.

Keywords: LGBT, Human Rights, University.

Introdução

Estudiosos têm apontado a escola no Brasil como uma das instituições em que situações de homofobia e transfobia são frequentes no dia a dia de estudantes. Pesquisas evidenciam que a escola e a família

“se revezam como o primeiro e o segundo pior espaço de discriminação homofóbica” (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 59). “Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (LOURO, 1999, p. 29). Homofobia e transfobia manifestam-se de diferentes maneiras no cotidiano escolar de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, ou seja, dos estudantes LGBT.

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas vêm-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009, p. 17).

Miskolci (2010, p. 79) ressalta que, “durante muito tempo, a escola e, em especial, a sala de aula foram encaradas como locais sexualmente neutros. A formação de educadores e o comportamento que deles se esperava enfatizavam seu caráter supostamente sexuado”. No entanto, para o autor, a escola nunca foi neutra. Um indicativo seria o silêncio dos educadores frente a estudantes que não se adequariam ao comportamento da maioria. “O silêncio e a tentativa de ignorar o diferente são ações que denotam cumplicidade com valores e padrões de comportamento hegemônicos” (MISKOLCI, 2010, p. 80). O silêncio quer eliminar o incômodo causado por aquele que escapa da norma.

Na verdade, o que se estabelece no espaço escolar é algo mais complexo e violento do que se pode parecer à primeira vista. A identidade e a classificação dos ‘estranhos’ revelam a certeza de que as crianças e os jovens aprenderão a ser ‘normais’ não apenas por meio de bons exemplos, mas também pelo reconhecimento e pela rejeição daqueles que constituem ‘maus exemplos’. A escola ensina a estranhar aqueles que manifestam interesses sexuais por colegas do mesmo sexo, portanto, tem papel ativo na transformação de sua diferença em algo que espera que os outros estudantes venham a identificar como incorreto, inaceitável e até mesmo desprezível (MISKOLCI, 2010, p. 80).

Vale salientar que pesquisas recentes indicam que o quadro não é muito diferente no ambiente universitário: persiste um alto grau de preconceito entre os estudantes e o tempo passado na universidade interfere pouco em ideias pré-concebidas referentes à diversidade sexual e de gênero, embora o nível de preconceito varie de acordo com características sociodemográficas e crenças religiosas¹.

Como pano de fundo, na sociedade brasileira, encontra-se um quadro de intensa violência contra pessoas LGBT. Apenas em 2015, 318 LGBT foram assassinados por crimes de ódio, de acordo com o Grupo Gay da Bahia, ONG responsável por levantar esses números². O país ocupa o primeiro lugar no *ranking* de assassinato de travestis e transexuais, de acordo com a ONG Internacional Transgender Europe. De janeiro de 2008 a dezembro 2015, foram 802 assassinatos³. Ao lado da violência física, outras formas de violência – humilhações, exclusões, silenciamentos e negação de direitos – ainda vicejam em várias instituições do país. “Cada insulto proferido evoca, assim, a existência de uma ordem sexual e de uma hierarquia. Portanto, a primeira tarefa pedagógica consistiria em questionar essa ordem heterossexista e em enfatizar que a hierarquia de sexualidades é tão detestável quanto a de raças ou de sexos.” (BORRILLO, 2010, p. 109). Esse trabalho de des-

¹Para mais informações ver: COSTA, Angelo Brandelli et al. Prejudice toward gender and sexual diversity in a Brazilian Public University: prevalence, awareness, and the effects of Education. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 12, p. 261-272, dez. 2015.

²Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

³Disponível em: <<http://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

construção reverbera e reforça a própria noção de democracia presente nas sociedades contemporâneas.

Na realidade, a homofobia constitui uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito por outrem, no sentido em que ela promove a desigualdade entre os indivíduos em função de seus simples desejos, incentiva a rigidez dos gêneros e favorece a hostilidade contra o outro (BORRILLO, 2010, p. 106).

Fica, portanto, a questão formulada por Miskolci (2010, p. 84): “Diante do exposto, o que a escola e mais especificamente, os educadores podem fazer? Quebrar o silêncio sobre a sexualidade e suas modalidades é um bom começo” .

Construindo uma cultura de respeito

Há cinco anos, o projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia, que tem origem no Instituto de Comunicação e Artes do Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG), promove ações que visam à construção de uma cultura do respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário com foco em uma formação cidadã dos futuros profissionais.

Pensar em uma cultura do respeito significa considerar as múltiplas relações que se dão em uma instituição de Ensino Superior, os diversos atores envolvidos, com suas visões de mundo, vivências e expectativas. Desse modo, incentivar uma cultura de respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário implica, por exemplo, acolher calouros LGBT do Instituto de Comunicação e Artes ou que se interessam pelo tema, propiciando-lhes um momento de escuta e encontros informais: seja em um grupo no aplicativo *WhatsApp*, com o sugestivo nome “O afeto te afeta?”, seja no grupo “Una-se” no *Facebook*, no qual se trocam referências bibliográficas sobre o assunto e se postam reportagens que discutem a questão LGBT e de outras minorias. Semestralmente, piqueniques são organizados em praças da capital mineira para conversas informais e troca de experiências.

Pensar em uma cultura do respeito significa também compreender que as ações não podem ser voltadas apenas a estudantes. Requer considerarmos os vários sujeitos que dão vida, fazem a escola existir como escola em suas múltiplas e complexas interações: professores, funcionários administrativos (receptionistas, porteiros, dos serviços gerais...), coordenadores de cursos, membros dos colegiados e diretores de diferentes *campi*. É importante que todos e todas sintam-se fazendo parte de um local no qual o respeito às diferenças seja um valor maior e estejam abertos a repensarem (e, em alguns casos, desconstruírem) conceitos e práticas, pois, como lembram Prado e Machado:

Se há um elemento paradoxal no preconceito é que ele nos impede de ‘ver’ que ‘não vemos’, e ‘o que é que não vemos’, ou seja, ele atua ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorizações históricas, naturalizadas por seus mecanismos. Em outras palavras, o preconceito nos impede de identificar os limites de nossa própria percepção da realidade (PRADO; MACHADO, 2008, p. 67).

O projeto Una-se contra a LGBTfobia busca ser um catalisador, propiciando experiências de sensibilização, empatia e conscientização no ambiente universitário. Assim, por exemplo, em abril de 2015, foi aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Una a resolução apresentada pelo Una-se contra a LGBTfobia, em parceria com o curso de Direito da Una, que garante o respeito ao uso do nome social para estudantes travestis e transexuais da instituição em todos os documentos internos – chamada, listas de presença, provas e trabalhos. A resolução ainda orienta que “os discen-

⁷Resolução n. 144/2015. Disponível em: <<https://www.una.br/box/uploads/2015/09/Resolu----o-144-2015-Disciplina-ado----o-do-Nome-Social-e-a-utiliza----o-de-espa--os-segregados-por-g--nero.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

tes que solicitarem o reconhecimento e a adoção do nome social, no âmbito do Centro Universitário Una, serão tratados exclusivamente por esse nome nos contatos que com eles tiverem os membros do corpo docente ou administrativo da instituição”⁷.

Embora o nome social de travestis e transexuais já fosse considerado em alguns *campi* da instituição, tal atitude dependia da boa vontade e do empenho de professores e coordenadores mais sensíveis à discussão⁵. A aprovação da resolução assegurou esse direito de forma ampla, sinalizando, de maneira clara, para toda a comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) que alunos e alunas travestis e transexuais devem ter suas identidades de gênero respeitadas⁶.

Na escola, quando um docente se recusa a chamar uma estudante travesti pelo seu nome social, está ensinando e estimulando os demais a adotarem atitudes hostis em relação a ela e à diversidade sexual. Trata-se de um dos meios mais eficazes de se traduzir a pedagogia do insulto em processos de desumanização e exclusão no seio das instituições sociais (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 62).

Após a resolução, o Centro Universitário Una tem repensado práticas e processos operacionais de modo a torná-los mais inclusivos. Cursos de sensibilização e capacitação e oficinas voltados para professores e funcionários de todos os setores orientam sobre o assunto, esclarecendo dúvidas quanto a conceitos e práticas não-preconceituosas.

Mas, de fato, o maior ganho é retirar alunos e alunas travestis e transexuais da invisibilidade, reconhecendo-os em suas especificidades. Reconhecer o nome social tem grande impacto na trajetória escolar de estudantes travestis e transexuais, como muitos afirmaram à época⁷. A mesma resolução assegurou o uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero, solucionando um impasse no qual, infelizmente, com frequência, veem-se estudantes travestis e transexuais – que banheiro utilizar? É comum, diante desse impasse, escolas oferecerem como solução o uso do banheiro exclusivo às pessoas com deficiência ou o banheiro da sala dos professores. É uma falsa solução, pois desconsidera o aluno ou aluna trans e desnuda um despreparo da instituição, que evita se posicionar.

Outra importante iniciativa para a população transexual de Belo Horizonte foi implementada no segundo semestre de 2015: o TransForma-Esajuna surge da parceria entre o Una-se contra a LGBTfobia e o Escritório de Assistência Jurídica (Esajuna) do curso de Direito do Centro Universitário Una. O objetivo do projeto é a retificação judicial do nome civil de pessoas transexuais, mudando-lhes os nomes, por exemplo, na carteira de identidade e outros documentos.

Proposto por um estudante do curso de Direito da Una, Carl Benzaquen, hoje auxiliado pelo projeto, o Transforma-Esajuna já atendeu cerca de 20 pessoas, cuja maioria não é estudante da instituição⁸. O próximo passo é, em breve, promover a retificação do gênero nos documentos.

Com esse projeto, são beneficiados também os estudantes dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Direito que cumprem estágio no Escritório de Assistência Jurídica da Una. “Periodicamente são oferecidas oficinas de capacitação para orientá-los a receber essa população tão discriminada. Assim, o projeto contribui para uma formação mais plural e cidadã desses estudantes”, informa o coordenador do projeto, professor Bruno Pacheco⁹. Um dos eventos promovidos com o intuito de ampliar a formação dos alunos do curso de Direito é o Colóquio “Transexualidades e Direitos”, que, em 2016, encontra-se em sua segunda edição (a primeira ocorreu em setembro de 2015). Par-

⁵ O Instituto de Comunicação e Artes (ICA) já considerava o nome social de seus estudantes em documentos como a chamada há, pelo menos, dois anos.

⁶ A resolução fundamentou-se em decisão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), publicada no dia 12 de março no Diário Oficial da União, que estabeleceu em seu artigo primeiro: “devem ser garantidos pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e a adoção do nome social àqueles e àqueles cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado”.

⁷ A aprovação da resolução no Centro Universitário Una recebeu razoável cobertura da mídia local pelo fato de a instituição ser uma das pioneiras em adotar essa medida em Minas Gerais. Estudantes transexuais foram entrevistados, ressaltando os benefícios da aprovação. Para mais informações, ver “Nome social de travestis e transexuais será utilizado na chama” (disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/nome-social-de-travestis-e-transexuais-ser%C3%A1-utilizado-na-chamada-1.1030127>. Acesso em: 12 set. 2016), “Faculdades de BH adotam nome social de estudantes transgêneros” (disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/04/faculdades-de-bh-adotam-nome-social-de-estudantes-transgeneros.html>>. Acesso em: 12 set. 2016).

⁸ O número se refere até o primeiro semestre de 2016.

⁹ Disponível em: <<http://revistaviag.com.br/em-minas-projeto-contra-lgbtfobia-ganha-premio-de-direitos-humanos-e-cidadania/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ceria entre o Una-se contra a LGBTfobia e o curso de Direito da Una, o colóquio promove o encontro entre academia e militância trans de Belo Horizonte e região para se discutir a legislação (ou a falta dela) no que se refere aos direitos das pessoas transexuais. O evento é aberto ao público de um modo geral, recebendo, em média, 70 pessoas por edição.

Em julho deste ano, o Transforma-Esajuna foi um dos ganhadores do XII Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG), ONG responsável pela organização da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte. O prêmio reconhece atitudes que fortaleceram a luta do Movimento LGBT e beneficiaram *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no último ano. Em 2015, o Centro Universitário Una já havia recebido o prêmio devido à resolução que garante o uso do nome social.

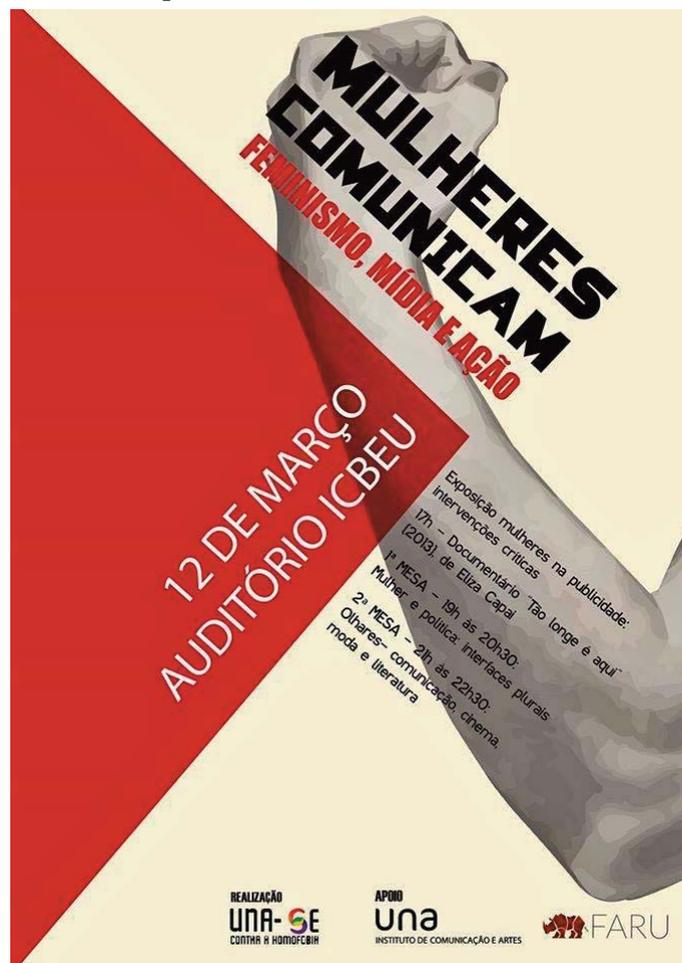
Tais ações voltadas à população trans buscam combater o alto grau de preconceito e violência que têm enfrentando essas pessoas em um ciclo perverso de exclusão, que passa pela família, pela escola e pelo trabalho.

Quando uma trans não consegue vencer a luta pela sobrevivência dentro da escola, acaba saindo mesmo antes de concluir o ensino fundamental. Diversos fatores como a pressão, o estigma, o nome ou até mesmo o não saber lidar com essa pessoa, faz o que a fuga da escola possa acontecer. Hoje temos dados de pesquisas realizadas que mostram, por exemplo, que grande parte da população de travestis e transexuais não chegou ao ensino médio porque a escola as excluiu antes mesmo de chegarem lá (REIDEL, 2013, p. 64-65).

Ao longo de sua trajetória, o Una-se contra a LGBTfobia tomou consciência de que construir uma cultura de respeito requer promover debates ampliados sobre outras minorias que sofrem injustiças históricas. Assim, em março de 2015, foi lançado o Ciclo de debates Mulheres Comunicam: feminismo, mídia e ação, cuja proposta foi resgatar a discussão sobre o Dia Internacional da Mulher sob uma ótica dos direitos. Para além de homenagens, buscou-se traçar um panorama das contradições e desafios da condição da mulher na contemporaneidade.

Assim, no dia 12 de março, foram organizadas duas mesas-redondas compostas por oito professoras do Instituto de Comunicação e Artes da Una de diferentes áreas. A primeira mesa, “Mulher e política: interfaces plurais”, abordou temas como ciberfeminismo, violência obstétrica, mulheres transexuais e empreendedorismo de mulheres negras. A segunda mesa, “Olhares: comunicação, cinema, moda e literatura”, analisou o papel da mulher em diferentes campos artísticos.

Figura 1 - Cartaz do primeiro Ciclo de Debates Mulheres Comunicam



Fonte: Arquivo Una-se contra a LGBTfobia.

O impacto do Mulheres Comunicam nas alunas e alunos foi extremamente positivo. No semestre seguinte, foram desenvolvidos pelos próprios estudantes diversos trabalhos pautados pelos debates ocorridos durante o evento. Em 2016, também em março, ocorreu sua segunda edição. Na ocasião, foi lançado o livro *Mulheres Comunicam: mediações, sociedade e feminismos* (editora Letramento). Na obra, “pensou-se em ‘mulheres’ e suas diferentes formas de se unirem em torno de diferentes necessidades relativas à questão do campo da comunicação, das mídias e de suas ações acerca das angústias que a sociedade reflete no campo acadêmico, atualmente” (VIEGAS *et al.*, 2016, p. 14).

O ciclo de debates Mulheres Comunicam não foi o primeiro evento criado pelo projeto Una-se contra a LGBTfobia que buscou promover uma discussão mais ampla sobre direitos das minorias. Desde 2012, no segundo semestre letivo, ocorre o Mês da Diversidade Casa Una, que traz palestras, mesas-redondas, sessões comentadas de filmes, exposições fotográficas e *performances* artísticas com o intuito de estimular, por exemplo, a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero, sobre o preconceito racial no Brasil, a inclusão de pessoas com deficiências e as manifestações culturais de jovens da periferia. O Mês da Diversidade encontra-se, em 2016, em sua quarta edição. Atualmente, conta com o apoio na organização de outros projetos do Centro Universitário Una.

Figura 2 - Cartaz do II Mês da Diversidade Casa Una



Fonte: Arquivo Una-se contra a LGBTfobia.

Conversando com o mundo

Uma vez que uma escola existe em uma cidade (afeta e é afetada pelo ambiente que a rodeia), o Una-se contra a LGBTfobia busca dialogar com diferentes atores sociais na cidade de Belo Horizonte: outras faculdades e universidades, outros projetos de extensão (dentro e fora do Centro Universitário Una), coletivos e ONG LGBT, órgãos governamentais, como secretarias e centros de referência, conselhos profissionais, como o de Psicologia e o de Serviço Social de Minas Gerais.

Diferentes ações são desenvolvidas com os parceiros, como a cobertura das Paradas do Orgulho LGBT de Belo Horizonte e Contagem, cidade da Região Metropolitana da capital mineira, e a cobertura da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, em outubro de 2015, na cidade de Caeté (MG). São ofertadas também oficinas de capacitação sobre gênero e diversidade para o público externo: professores de Ensino Fundamental e Médio de escolas da Grande Belo Horizonte, militantes e coletivos LGBT, empresas e estudantes de outras instituições de ensino superior. O Una-se contra a LGBTfobia participa ainda do Comitê de acompanhamento do Programa BH sem Homofobia, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Desde o início do projeto, em 2011, foi criada uma página no *Facebook* atualizada diariamente com postagens que trazem reportagens que abordam a questão LGBT em publicações jornalísticas. A página também serve para divulgar as ações que o projeto desenvolve ao longo dos semestre. Atualmente, conta

com 5.762 seguidores – a maioria de brasileiros (5.566), mas verificam-se também pessoas de Portugal (37), Estados Unidos (23), México (16) e Argentina (15). No Brasil, os seguidores são principalmente de Belo Horizonte (2.447), Rio de Janeiro (290), São Paulo (286) e Contagem (186). Pessoas de cidades de outras regiões do país também marcam presença, como Recife (42), Goiânia (34) e Macapá (31)¹⁰.

Uma campanha promovida pelo projeto, que alcançou grande repercussão nas redes sociais, foi a “Beijos contra a Intolerância”, lançada em abril de 2013. Com imagens em preto e branco produzidas nos estúdios do Centro Universitário Una, a proposta da ação foi contrapor os crescentes discursos de ódio que circulavam em produtos da mídia e na fala de líderes religiosos e políticos a fotos que representavam manifestações de afeto entre amigos, casais homo ou hetero, mãe e filho, professores e estudantes. Ao todo, foram mais de 150 pessoas retratadas. Durante a campanha, a página do Una-se teve um alcance semanal de 91.500 pessoas. Idealizado pelo então coordenador do curso de cinema da Una, Júlio Pessoa, a campanha “Beijos contra a Intolerância” contou com uma equipe de mais de 50 pessoas entre professores, técnicos e alunos para que fosse realizada. A ação teve repercussão nacional, chegando a ser premiada.

Figura 3 - Foto da campanha “Beijos contra a Intolerância”



Fonte: Arquivo Una-se contra a LGBTfobia.

Figura 4 - Foto da campanha “Beijos contra a Intolerância”



Fonte: Arquivo Una-se contra a LGBTfobia.

Considerações finais

Para se construir uma cultura de respeito no ambiente universitário, é necessário que todos se vejam envolvidos nas diversas ações promovidas. De fato, o alcance do projeto Una-se contra a LGBTfobia baseia-se nas muitas parcerias que surgiram ao longo dos seus cinco anos: dos professores do Centro Universitário Una às coordenações de cursos, do setor de comunicação à Reitoria, passando pelos funcionários de diferentes setores. Especialmente, o projeto conta com o apoio de estudantes que atuam voluntariamente nas diversas ações, pos-

¹⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/Una-se-Contra-a-LGBTfobia-322157784577735/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 11 set. 2016

sibilitando a vitalidade do Una-se. Essa pluralidade de sujeitos envolvidos com seus olhares indica o caminho para se repensar as relações no ambiente universitário e no seu entorno.

Talvez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um ‘problema’ e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binária, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa (...) Não eliminamos a diferença, mas, ao contrário, observamos que ela se multiplicou – o que nos indica o quanto ela é contingente, relacional, provisória (LOURO, 2013, p. 52-53).

Referências Bibliográficas:

- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: ____ (Org.). *Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 13-51.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.
- _____. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpos, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.
- MISKOLCI, Richard. Sexualidade e orientação sexual. In: _____. *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos: EduFSCar, 2010. p. 75-89.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 62-72.
- VIEGAS, Daniela *et al.* *Mulheres comunicam: mediações, sociedade e feminismos*. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

Cantarella e Cambiano: historiografia essencialista do homoerotismo grego

Cantarella and Cambiano: essentialist historiography of Greek homoerotism



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.2025>

Daniel Barbo

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

danielbarbo@yahoo.com.br



<https://orcid.org/0000-0001-7434-3098>

Recebido em: 05/12/2016 – Aceito em: 23/01/2017

Resumo: Este artigo faz uma análise do modo essencialista com que os historiadores Eva Cantarella e Giuseppe Cambiano abordaram o homoerotismo grego numa época posterior ao evento de Stonewall (1969).

Palavras-chave: Homoerotismo Grego, Historiografia, Cantarella, Cambiano

Abstract: This article analyzes the essentialist mode in which the historians Eva Cantarella and Giuseppe Cambiano approached Greek homoeroticism in a time after the Stonewall event (1969).

Keywords: Greek Homoeroticism, Historiography, Cantarella, Cambiano

Introdução

A espinha dorsal da historiografia essencialista do homoerotismo grego é o uso substantivo ou normativo que sua abordagem faz das categorias da sexualidade para tentar compreender concepções e práticas eróticas de realidades culturais fora da Modernidade Ocidental. David Halperin alertou-nos a respeito da peculiaridade deste uso. O autor advertiu:

Não é ilegítimo empregar termos e conceitos sexuais modernos quando se interrogam as fontes antigas, mas um cuidado particular deve ser tomado para não importar categorias e ideologias sexuais, ocidentais, modernas, para a interpretação da evidência antiga. Por essa razão, estudantes da Antiguidade Clássica precisam deixar claro quando propõem o termo “homossexual” descritivamente – isto é, para denotar nada mais que relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo – e quando o propõem substantiva ou normativamente – isto é, para denominar um tipo discreto de psicologia ou comportamento sexual, uma espécie positiva de ser sexual, ou um componente básico da “sexualidade humana”. A aplicação de “homossexualidade” (e “heterossexualidade”) num sentido substantivo ou normativo em expressões sexuais na Antiguidade clássica não é recomendável.¹

¹HALPERIN, 1996, p. 218. “It is not illegitimate to employ modern sexual terms and concepts when interrogating the ancient record, but particular caution must be exercised in order not to import modern, western, sexual categories and ideologies into the interpretation of the ancient evidence. Hence, students of classical antiquity need to be clear about when they intend the term ‘homosexual’ descriptively – i.e. to denote nothing more than same-sex sexual relations – and when they intend it substantively or normatively – i.e. to denominate a discrete kind of sexual psychology or behaviour, a positive species of sexual being, or a basic component of ‘human sexuality’”. The application of ‘homosexuality’ (and ‘heterosexuality’) in a substantive or normative sense to sexual expression in classical antiquity is not advised.”

A classicista italiana Eva Cantarella – embora não apresente em sua obra *Secondo Natura: la bisessualità nel mondo antico*, publicada em 1988, traduzida para o inglês sob o título *Bisexuality in the Ancient World*, nem um tom essencialista tão visceral e infecundo, nem um descritivismo um tanto estéril, ao modo dos estudos de viés arqueológico de um Dover e de um Kilmer – não consegue, no entanto, esquivar-se completamente da armadilha teórico-metodológica escondida por trás da procura ou constatação da essência das identidades eróticas ao longo da história. Tanto é assim que ela acrescenta à míope abordagem essencialista a categoria bissexualidade. Já no prefácio de sua obra, ela afirma:

os gregos e os romanos deram amplo espaço ao amor homossexual masculino, considerando-o uma alternativa absolutamente normal ao amor heterossexual. Se tomado como um modelo de boa vida, a bissexualidade é um acesso que pode deixar marcas profundas numa cultura, desempenhando um considerável papel na determinação de seu caráter. Para se convencer disso, tudo que se tem a fazer (tomando um exemplo) é pensar no problema famoso e muito discutido da função social da homossexualidade em Atenas. (CANTARELLA, 1992, p. viii)

Em suas diretrizes fundamentais, o trabalho de Cantarella faz uma análise – primeiro, entre os gregos, depois, entre os romanos – do que ela chama de *bissexualidade* entre os antigos. Sendo essa uma prática muito mais comum no perfil erótico dos homens que no das mulheres, a autora quer entender como funcionava a *homossexualidade* masculina entre os antigos e como ela interferia na vida das mulheres (*heterossexuais*), geralmente esposas desses *homossexuais*. Nessas condições, Cantarella pretende analisar a situação de submissão geral em que os homens gregos submetem as mulheres no espaço da *polis*: confinadas aos limites do *oikos*, relegadas ao papel reprodutivo e excluídas da educação e da linguagem. A autora demonstra também as principais diferenças entre a *homossexualidade* grega e a romana (a masculina, muito mais difundida, mas também a feminina), bem como a influência do fenômeno da pederastia grega (*homossexualidade* grega) no mundo romano, a partir de um dado momento da história desse povo.

No conjunto, a obra de Cantarella, por um lado, opera, inadvertidamente, inconscientemente, em dois registros teórico-metodológicos antagônicos, o que enfraquece um tanto o seu rigor analítico e a sua clareza interpretativa no tratamento dos temas abordados. Por um lado, em decorrência da inadequação conceitual recorrente nas obras dos autores essencialistas (no que tange ao uso das categorias homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade), um empreendimento teórico-metodológico diametralmente oposto ao elaborado no âmbito da História dos Conceitos e dos Tempos Históricos (campo da história magistralmente desenvolvido, por exemplo, nas obras de Reinhart Koselleck), a capacidade de interpretação da erótica greco-romana fica um pouco prejudicada neste estudo de Cantarella. Por outro lado, entretanto, o mesmo estudo, em boa medida, dá mostras de uma perspectiva mais inovadora, de uma compreensão não-essencialista, *sine ira et studio* (não preconceituosa, isenta de juízos de valor), da erótica greco-romana, como quando ela diz, no prefácio, que:

Estimulada pelo desejo de responder a estas e muitas outras questões, no presente livro dispus-me a prover, senão uma imagem exhaustiva, pelo menos um instrumento útil para um melhor entendimento de um ‘diferente’ aspecto do amor. ‘Diferente’, obviamente, não porque ele seja desviante, menos ainda perverso, mas porque era experimentado diferentemente em diferentes temporalidades, e avaliados de acordo com regras ligadas a estilos

de vida que, com mudanças de eras e situações mutáveis, foram submetidas a profundas modificações e assumiu graus diferentes de importância, função e significação. (CANTARELLA, 1992, p. xii)

E também quando afirma, no capítulo 2, “The Classical Age”, que

Já foi apontado que na Grécia anterior à cidade-estado a conquista do *status* de adulto significava uma mudança no papel sexual, do passivo para o ativo. Essa regra sinaliza claramente que, durante esse período, o contraste fundamental entre tipos diferentes de comportamento sexual não era a dicotomia heterossexual-homossexual, mas a dicotomia ativo-passivo (o papel ativo pertencendo ao adulto masculino e o passivo, aos garotos e às mulheres). Fontes da era das cidades confirmam claramente que esta regra antiga (deixando de lado as transformações causadas pelas mudanças de uma sociedade tribal para uma política, e o fato de que a regra já estava divorciada de seu significado original) continuava a informar a moralidade sexual dos gregos. (CANTARELLA, 1992, p. 31)

No âmbito da perspectiva inovadora da obra, constata-se uma série de avanços no conhecimento da erótica grega obtida à luz de novas fontes documentais e por meio de uma já densa massa crítica historiográfica produzida nas décadas de 1970-80.

No capítulo 1, “The beginnings, the Greek Dark Age and the Archaic Period”, inquirindo o problema das origens da ‘homossexualidade’ grega e investigando essa ‘homossexualidade’ original como uma forma de iniciação, Cantarella cita Marrou (*Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*) e conclui:

Marrou estava indubitavelmente correto ao dizer que a homossexualidade estava disseminada na Grécia mesmo antes da ‘descida’ dos Dórios: mas ele estava certo quando a concebeu como um costume e uma ideologia ligados à escassez de mulheres? Penso que não. (CANTARELLA, 1992, p. 5)

Para refutar essa tese de Marrou, Cantarella atém-se à documentação das codificações legais gregas:

De fato, como já explanado, as mulheres tornaram-se inacessíveis para os gregos somente quando as primeiras leis escritas, codificando o seu papel enquanto reprodutoras do corpo cívico, estabeleceram que elas devessem cumprir este papel segregadas dentro dos muros do domínio familiar. Mas durante a era homérica, em uma situação em que as leis de um tipo costumeiro eram muito mais fluidas, as mulheres não tinham sido ainda enclausuradas em suas casas, mesmo no sentido físico (pelo menos em Atenas). Embora destinadas a um futuro como esposas e mães, as mulheres na sociedade homérica eram livres para circular, dentro e fora da cidade, tanto antes quanto depois do casamento. (CANTARELLA, 1992, p. 5)

Cantarella afirmou que as origens remotas da pederastia grega ligavam-se aos ritos de passagem da Grécia pré-políade (ritos cuja existência fora demonstrada por estudiosos como Jeanmaire, Gernet, Bre-

lich, Vidal-Naquet, Bremmer, Patzer, Lincoln e Sergent), refutando assim os autores que defenderam a tese dórica como exclusiva na disseminação da pederastia no mundo grego.

Nas diferentes áreas da Grécia pré-cidade, garotos aprendiam as virtudes as quais os tornariam adultos durante o período de segregação, vivendo na companhia de um homem que era ao mesmo tempo um educador e um amante. (CANTARELLA, 1992, p. 6)

Como prova documental dessa ligação, ela aduz (i) os vários mitos que, mais ou menos explicitamente, referem-se a casos de amor ‘homossexuais’ (como entre Zeus e Ganimedes, Dioniso e Adônis, Poseidon e Pélops, Apolo e Admeto, Hércules e Jasão ou Apolo e Ciparisso), (ii) os costumes cretenses relatados por Estrabão, tendo Éforo como fonte, (iii) os costumes espartanos relatados por Plutarco e (iv) os *graffiti* de Thera.

Em seguida, ela investigou alguns rastros que podem indicar a presença da ‘homossexualidade’ nos poemas homéricos, refutando diretamente, por exemplo, Flacelière, que, em sua obra *L'amour en Grèce*, acreditava que a razão para a ausência da ‘homossexualidade’ na *Iliada* e na *Odisseia* devia-se ao fato de que a *pederastia*, sendo causada pela falta de mulheres ou por sua inacessibilidade, não teria razão de existir numa sociedade onde elas eram ‘livres’, como na sociedade homérica². Para tanto, Cantarella perfila em sua argumentação as revisões historiográficas³ da relação entre Aquiles e Pátroclo (indicando que ela era mais que uma amizade entre camaradas de combate) e uma leitura que indica um possível relacionamento erótico entre Telêmaco e Psístrato, filho do rei Nestor de Pilos.

“Então, não é difícil ler a estória de um caso de amor nas entrelinhas das palavras de Homero” (CANTARELLA, 1992, p. 10). A ‘homossexualidade’ vivenciada entre Aquiles e Pátroclo, continua Cantarella, era tida como certa pela própria tradição greco-romana: em Teócrito, em *Atheneu* (XIII, 601, a); em *Os Mirmidões*, de Ésquilo (tragédia preservada no *Amatorius*, de Plutarco, e em *Amores*, de Luciano); na tragédia perdida *Achilleos Erastai*, de Sófocles; no *Banquete* platônico; no *Contra Timarco* do orador Ésquines; nos poetas romanos (de Catulo a Marcial). A partir desses elementos, Cantarella conclui:

O que é interessante é notar a convicção disseminada na Antiguidade de que havia uma relação de amor entre os dois heróis: isso mostra, pelo menos, que na Era Clássica era natural e inevitável pensar que tal intensa amizade entre dois homens devesse incluir também uma ligação sexual. E isso não é certamente insignificante. (CANTARELLA, 1992, p. 11)

Quanto a Telêmaco, este foi bem recebido em Pilos pelo rei Nestor, que o pôs a dormir ao lado de seu filho solteiro Psístrato. Em Esparta, outra vez, eles dormem juntos ao visitar o rei Menelau. “Em outras palavras, Homero compara Telêmaco e Psístrato a um casal” (CANTARELLA, 1992, p. 11). Nesse argumento, Cantarella segue Sergent (*L'homosexualité dans la mythologie grecque*) que, por sua vez, segue Dumézil. “A homossexualidade, então, embora ela não apareça explicitamente, parece emergir dos poemas, enquanto permanece no segundo plano da estória, até certo ponto escondida ou, pelo menos, na sombra.” (CANTARELLA, 1992, p. 11)

Analisando um conjunto de versos dos poetas líricos do Período Arcaico (Sólon, Alceu, Anacreonte, Teógnis, Ibico e Píndaro), Cantarella traça para uma “sociedade que

²Quanto à ‘Sociedade Homérica’, Cantarella refere-se àquela elaborada na tese muito difundida de Moses I. Finley em sua obra *O mundo de Odisseu*.

³Por exemplo, CLARKE, 1978.

já tinha se tornado exclusivamente masculina, as feições e as regras da homossexualidade durante a era arcaica” (CANTARELLA, 1992, p. 16). Sobre o conjunto da produção poética desse círculo cultural homoerótico – e concluindo que o amor que esses poetas estavam a revelar ligavam um adulto a um jovem que era amado, em primeiro lugar, pela sua beleza, a qual, para os gregos, caminhava de mãos dadas com a virtude –, Cantarella observou que

Embora esse fosse um relacionamento erótico, o relacionamento com um garoto não era puramente sexual: estava intimamente ligado a qualidades sociais, rituais conviviais, encontro, onde o *pais* não era meramente o objeto de desejo. Ele era uma companhia pessoal que aprendia com o amante, e [aprendia a partir] dele, a desfrutar do modo certo e na medida certa os prazeres da vida: canção e dança, vinho e amor. Isso, inevitavelmente, era suficiente para tornar o amor homossexual superior ao amor por mulheres, as quais não poderiam ser companhias para a existência social de alguém (a não ser que elas fossem dançarinas, flautistas e cortesãs: estas são as figuras femininas encontradas na poesia lírica). Finalmente, o fato de um garoto ser amado era um sinal de honra, prova de excelência, confirmação de suas virtudes. Um sujeito que fosse amado, enfim, não precisava temer reprovação, se aceitasse as ofertas de seus amantes. Se ele as rejeitasse por algum tempo, isso era somente no intuito de ser mais desejável, de ser provocativo, para argumentar sua reputação e enfatizar a excitação do consentimento. (CANTARELLA, 1992, p. 16)

No capítulo 2, “The Classical Age”, Cantarella retoma, de forma consistente, mas sem grandes novidades em comparação aos historiadores predecessores, temas atenienses já discutidos na historiografia: as regras da corte pederástica, as manifestações eróticas na relação pederástica e a prostituição masculina. E suas fontes principais são as já tradicionais: o *Banquete* platônico, as comédias de Aristófanes, o *Contra Timarco* de Ésquines e a codificação legal. Também, faz uma análise lexical esclarecedora das terminologias das classes de idade para verificar o significado do termo *neaniskos* e sua importância no estudo da pederastia grega.

Nessa retomada, Cantarella discute um ponto importante e muito controvertido sobre a relação pederástica: a cópula anal. Construindo uma linha de argumentação muito pertinente, ela avança na interpretação iconográfica feita por Dover em *Greek Homosexuality*. Lembra que Dover, no que se refere aos contatos eróticos entre o *erastés* e o *erómenos* representados nos vasos gregos, havia encontrado imagens de cópula intercrural e interfemural, mas não de cópula anal. Tendo constatado somente esses tipos de cópula entre *erastés* e *erómenos*, Dover parece concluir que a cópula anal não era praticada na pederastia grega, mas somente entre adultos, indicando com isso, na interpretação de Cantarella, que tal cópula seria socialmente proibida entre adultos e *paides*. Cantarella discordou dessa conclusão nos seguintes termos:

Essa constatação significa necessariamente que o intercuro anal fosse socialmente proibido no caso dos *paides*? Não se poderia afirmar que a iconografia representava imagens mais adequadas para enfatizar o aspecto afetivo da relação pederástica, quase como que para apontar e enfatizar a importância e nobreza desse relacionamento, contrastando-o com aquele puramente físico que ligavam dois amantes adultos? Outra consideração muito relevante salta à mente quando se pensa na iconografia dos relacionamentos heterossexuais:

neste caso também, a penetração somente é representada quando a mulher é uma cortesã. Relações com mulheres ‘respeitáveis’ excluíam toda referência ao ato sexual. Alguém sonharia em pensar, nessas bases, que os gregos faziam sexo somente com cortesãs, e não com suas esposas? (CANTARELLA, 1992, p. 25)

Da mesma forma, fica difícil, por conseguinte, não concluir que havia cópula anal na relação entre *erastés* e *erómenos*. Cantarella também se apoia, em favor desse argumento, no léxico, nas evidências iconográficas dos *graffiti* de Thera e nas poesias homoeróticas mais tardias coletadas em *Greek Anthology*, obra que compila a poética de autores como Dioscorides, Rhianus, Schytinus e Strato, nos quais a temática do *proktos* (ânus) e da relação anal entre homens é considerável. E finalmente ela conclui (acertadamente, em nosso ponto de vista), indo muito além, em sua investigação, de muitos dos autores que já haviam escrito sobre a erótica grega:

Acredito que era absolutamente normal para um garoto, através do curso da História Grega, ‘submeter-se’ a seu amante e que isto não necessariamente envolvia uma perda de honra. A honra, certamente, estava em jogo: mas era uma perda, como vimos, somente para os *paides* que cedessem sem respeitar algumas regras [...]. Essas regras eram estabelecidas num nível social pela etiqueta do cortejo; elas já foram descritas e examinando a evidência, apesar de tudo que já fora dito sobre esse tópico, encontramos essas regras confirmadas e clareadas pelas provisões da lei. (CANTARELLA, 1992, p. 27)

Cantarella apresenta-nos, no entanto, uma contradição. Quanto às referências às comédias de Aristófanes, ela diz que “pode-se encontrar a homossexualidade sendo extremamente ridicularizada na comédia” (CANTARELLA, 1992, p. ix). Também se refere às “[...] contínuas referências à sodomia nas comédias de Aristófanes [o qual era] ferozmente hostil à expansão dos casos de amor entre homens.” (CANTARELLA, 1992, p. 26). Temos que admitir que essa interpretação de Cantarella coaduna-se com a de Flacelière. Como já tivemos a oportunidade de explicitar no caso de Flacelière⁴, consideramos essa interpretação das comédias de Aristófanes bastante equivocada, apontando outra que consideramos mais razoável. Mas, no caso de Cantarella, há uma explicação adicional que deixa a sua interpretação das comédias de Aristófanes no mínimo ambígua e confusa. Seguindo em sua argumentação, ela complementa:

Mas vale a pena apontar aqui que o que Aristófanes condena, na homossexualidade, não é a prática do intercuro anal em si, mas o uso errado que é feito dele, devido à degeneração moral dos atenienses, a imoralidade, o oportunismo e a natureza mercenária de seus relacionamentos. (CANTARELLA, 1992, p. 26)

Vemos então que é contraditória a sua interpretação das posições estabelecidas por Aristófanes em suas comédias a respeito da ‘homossexualidade grega’ (vale lembrar, termos de Cantarella), da relação *erastés/erómenos* e do intercuro anal praticado nessa relação. Dessa interpretação, não podemos chegar a nenhuma conclusão lógica.

Num breve capítulo intitulado “Tornar-se homem”, da obra *L’Uomo Greco*, publicada em 1991 sob a direção de Jean-Pierre Vernant, Giuseppe Cambiano ainda incorre no mesmo erro

⁴BARBO, 2011.

de usar de forma substantiva ou normativa as categorias hetero- e homossexualidade, embora a sua escrita da história não seja mais um descritivismo um tanto estéril ao modo de um Dover ou de um Kilmer. Vemos a dificuldade do autor em se livrar das categorias modernas para pensar a erótica no mundo grego:

Com o despontar da barba, o rapaz deixava de ter o estatuto de amado; já adulto, poderia assumir o papel de amante, mesmo depois do matrimônio. A relação *homossexual* não era, portanto, vivida e considerada como oposta à relação *heterossexual*: se esta permitia, no matrimônio, a reprodução física de futuros cidadãos livres, a dimensão pedagógica da relação *homossexual* contribuía para a sua formação moral e intelectual. (CAMBIANO, 1994, p. 91. Grifos nossos.)

Com essa construção, o que vem à mente? Mas como os gregos conseguiram conciliar tão harmoniosamente a ‘homossexualidade’ e a ‘heterossexualidade’? Talvez essa fosse a próxima pergunta de Cambiano, caso ele se aprofundasse nesse tema.

De outro modo, outra colocação de Cambiano reafirma essa dificuldade, a de não conseguir analisar os relacionamentos eróticos gregos a não ser através da ótica e da temporalidade da Modernidade, além de dar margem a uma interpretação claramente equivocada a respeito do homoerotismo grego. O autor diz:

Mas, mesmo em comunidades como Atenas, as relações *homossexuais* desempenhavam um papel decisivo na integração na vida adulta. Depois de abandonar a casa das mulheres, o jovem passava grande parte do seu dia no ginásio, onde a sua vida sexual começava a desenvolver-se. Dificilmente um jovem ateniense podia ter oportunidade para encontros sexuais com raparigas ou mulheres de condição livre, sobretudo de classe mais abastada. Por outro lado, a maior facilidade de relações com jovens escravas retirava valor a esses encontros e reduzia o seu alcance emocional. (CAMBIANO, 1994, p. 90. Grifo nosso.)

Colocadas as coisas dessa forma, o autor nos remete à velha concepção propalada por autores, como Marrou/Dulaure, que explicavam a ‘homossexualidade’ grega pela falta de mulheres em ambientes masculinos, como é o caso do ginásio ou do exército. Tal concepção não se confirma nem no caso do homoerotismo ateniense, nem no caso, também comentado por Cambiano, do espartano, embora este permaneça preso, salvo engano, a uma prática mais ritualizada, se comparado com o ateniense, durante toda a sua história.

Em 1980, Félix Buffière efetuou uma análise “de uma abundante poesia erótica masculina pouco equívoca em suas descrições e muito precisa quanto à evocação do prazer dos amantes” (SARTRE, 1999, p. 5) em sua obra *Eros adolescent: la pédérastie dans la Grèce antique*.

Faltava ainda, no entanto, uma análise que explicasse o homoerotismo clássico ateniense, já que tanto Dover quanto Buffière concentraram-se muito mais nas descrições que nas explicações ou análises do fenômeno. Na sequência, o estudo de Sergent, *L’homosexualité dans la mythologie grecque (Homosexuality in greek myth)*, que analisou os mitos gregos e textos históricos quase etnográficos relativos a Creta, Esparta, Atenas, mas também aos celtas, germanos e iranianos, mostrou que as práticas evocadas por esses textos inserem-se nos ritos de passagem que marcam a integração dos jovens à sociedade

dos adultos. A questão é que, embora Sergent não reduzisse a homossexualidade exclusivamente à função ritual – práticas de exclusão e de marginalização, seguidas de inversão dos papéis usuais e, enfim, de reintegração no grupo –, suas conclusões pareciam levar, quase que inevitavelmente, a pensar que a codificação do rito iniciático primitivo fundava a legitimidade da prática erótica concomitante ao rito, o que reduzia enormemente o fenômeno, ao considerar apenas uma de suas facetas. (SARTRE, 1999, p. 5)

Boswell, um dos maiores adversários da tese de Sergent, veio à tona, em 1980, com a sua obra *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality: Gay people in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*, demonstrando a generalização da ‘homossexualidade’ no meio dos clérigos e dos bispos dos primeiros séculos da Idade Média e que a condenação cristã não encontrava justificção nas Escrituras sagradas. (SARTRE, 1999, p. 5)

Os argumentos de Boswell, que fundam a legitimidade de uma ‘homossexualidade’ que só teria sido atacada a partir do triunfo das ideias de Tomás de Aquino, remetem-no claramente para um enfoque essencialista. Segundo este autor, a heterossexualidade e a homossexualidade são essências do ser humano, independentemente de sociedade e cultura. Assim, vendo a homossexualidade entre os antigos, pagãos e cristãos, parecia que Boswell “preocupava-se mais em buscar na Antiguidade argumentos para alimentar os debates atuais do que em compreender por eles mesmos os comportamentos dos gregos e, de maneira mais geral, dos antigos.” (SARTRE, 1999, p. 5)

A década de 1980 foi um momento de crescimento do conservadorismo, especialmente após a eleição de Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra, e Ronald Reagan (1981), nos Estados Unidos, e com o início do pontificado de João Paulo II (1978). Também, essa é a década em que surgem a AIDS e todos os problemas morais que ela implicou. A plataforma conservadora de ambos os políticos – principalmente no tocante à educação e serviços públicos de saúde, assim como no apoio a atividades culturais – muitas vezes levou a um enfrentamento direto com o movimento social oriundo de 1968, particularmente sobre pontos relativos ao livre exercício do aborto e ao reconhecimento civil da parceria homossexual. O conservadorismo social e a descrença na ação educativa do Estado, em especial contra o preconceito, permitem o avanço de um cientificismo totalmente desprovido de qualquer base e capaz de forjar comportamentos clínicos altamente duvidosos. Surge um novo clima de patologização da homossexualidade, recusando-se a aceitar qualquer possibilidade explicativa baseada em dados culturais. Nessa visão, a homossexualidade teria origem orgânica e estaria muito possivelmente inscrita no código genético das pessoas, sendo possível mesmo identificá-la e, quem sabe, curá-la ou exterminá-la. (SILVA, 2000, p. 243)

Foi também na década de 1980, e contra a maré conservadora que ela trouxe, que vários autores colaboraram para o desenvolvimento do Construcionismo, perspectiva de análise do homoerotismo grego que já vinha sendo elaborada desde o final da década de 1960. O enfoque essencialista será radicalmente criticado pela abordagem construcionista. A interpretação construcionista afirma que as experiências sexuais são construções culturais, isto é, em cada sociedade essas experiências são estruturadas de uma forma específica. Portanto, elas são consideradas categorias históricas, e não categorias universais ou naturais.

As imagens do homoerotismo grego construídas ao longo dessa historiografia desencadearam tensões e debates políticos, em parte implícitos e em parte explícitos na própria escrita de cada obra, na sucessão delas e no diálogo entre elas, e fundamentalmente no diálogo entre elas e o *establishment* (isto é, as relações entre essa historiografia e a história da homossexualidade). Vimos, em

⁵BARBO, 2016.

outro estudo⁵, primeiro, a militância de Boswell e as críticas desse autor ao reducionismo de Sergent, que, na avaliação de Boswell, reduzia as relações homoeróticas entre os antigos, consideradas por ambos como homossexuais, a um rito iniciático; depois, as críticas do Construcionismo, abordagem que recusa as categorias de análise homossexualidade, heterossexualidade e sexualidade para a Grécia antiga, às teses de Boswell.

Nas análises das mudanças de perspectivas da historiografia do homoerotismo grego, como é o caso do presente artigo, temos tentado ressaltar, para além do conhecimento histórico da erótica grega, o cunho político ou engajado dos diversos campos teórico-metodológicos surgidos ao longo do século XX, com a intenção de avaliar as mudanças ideológicas efetivadas pela pressão dos tempos históricos nas mutações dessa vertente historiográfica.

Referências Bibliográficas

- AESCHINES. *Against Timarchus*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTOPHANES. *The Clouds*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTOPHANES. *The Frogs*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTOPHANES. *The Lysistrata*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTOPHANES. *The Thesmophoriazusae*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTOPHANES. *The Ekklesiazusae*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTÓFANES. *Nuvens*. In: *Teatro Grego*. Trad. Junito Brandão. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- ARISTÓFANES. *A revolução das mulheres*. Trad. adapt. Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- ARISTOTLE. *On Virtues and Vices*. Vol. XX. Cambridge & London: Harvard University Press, 1996.
- BARBO, Daniel. A historiografia construcionista da erótica grega. *Revista Heródoto*, UNIFESP, Guarulhos, v. 1, n. 1, p. 231-264, mar. 2016.
- BARBO, Daniel. Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, p. 171-188, mar. 2011.
- BOSWELL, John. *Christianity, social tolerance and homosexuality: gay people in western Europe from the beginning of the Christian Era to the fourteenth century*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- BUFFIÈRE, Félix. *Eros adolescent: la pédérastie dans la Grèce antique*. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 1980.
- CAMBIANO, Giuseppe. Tornar-se homem. In: VERNANT, Jean-Pierre (Org.). *O homem grego*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- CANTARELLA, Eva. *Bisexuality in the ancient world*. London/New Haven: Yale University Press, 1992.
- CLARKE, W. M. Achilles and Patroclus in Love. *Hermes*, n. 106, p. 381-396, 1978.
- DOVER, Kenneth J. *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- DULAURE, Jacques-Antoine. *O culto do falo: nos antigos e nos modernos*. Lisboa: Hugin, 1998.
- FINLEY, Moses. I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Editorial Provença, 1982.
- FLACELIÈRE, Robert. *Love in ancient Greece*. New York: Crown Publishers, Inc., 1962.
- HALPERIN, David. Entry 'Homosexuality'. In: *The Oxford Classical Dictionary*. Edited by Simon Hornblower and Antony Spawforth. Third edition. Oxford; New York: Oxford University Press, 1996.
- HALPERIN, David M. Is there a History of Sexuality? In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David M. *The Lesbian and Gay studies reader*. New York, London: Routledge, 1993.
- HALPERIN, David M. *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love*. New York, London: Routledge, 1990.
- HALPERIN, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Fromma I. *Before sexuality: the construction of erotic experience in the Greek world*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- KILMER, Martin F. *Greek erotica on attic red-figure vases*. London: Duckworth, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à análise dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.
- MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1975.
- PLATO. *Symposium*. Vol. III. Cambridge & London: Harvard University Press, 1991.

SARTRE, Maurice. Ritos e prazeres gregos. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais, p. 6-7, 31 de outubro de 1999.

SERGENT, Bernard. *Homosexuality in Greek myth*. Boston: Beacon Press, 1986.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Homossexualidade e Fascismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita: idéias, instituições e personagens* Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Homossexualidade e política. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita: idéias, instituições e personagens* Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Homossexualidade e Revolta. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita: idéias, instituições e personagens* Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2000.

Um Febrônio Belo-Horizontino? O caso Guaraci do Nascimento. A Febrônio Belo-Horizontino? The Guaraci do Nascimento case.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1962>

Luiz Morando¹

Professor de Literatura Brasileira no Centro Universitário de Belo Horizonte.
Mestre em Literatura Brasileira e doutor em Literatura Comparada pela UFMG.
Pesquisador da memória das identidades do segmento LGBTQIA em Belo Horizonte.

luizmorando@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-9315-0299>

Recebido em: 01/10/2016 – Aceito em: 11/01/2017

Resumo: Breve análise de um caso penal de pedofilia e sua relação com a representação do homoerotismo em Belo Horizonte. Partindo de uma referência central na história policial do Rio de Janeiro - a atuação de Febrônio Índio do Brasil, este artigo se detém sobre o comportamento de Guaraci do Nascimento, em Belo Horizonte, entre 1934 e 1991.

Palavras-chave: Homoerotismo, Representação, Guaraci do Nascimento.

Abstract: Brief analysis of a criminal case of pedophilia and its relation with the representation of homoerotism in Belo Horizonte. Starting from a central reference in the police history of Rio de Janeiro - the performance of Febrônio Índio do Brasil, this article focuses on the behavior of Guaraci do Nascimento, in Belo Horizonte, between 1934 and 1991.

Keywords: Homoeroticism, Representation, Guaraci do Nascimento.

‘Cuidado que o Febrônio vem te pegar!’

Em 17 de agosto de 1927, diversos jornais cariocas iniciaram a cobertura de um assassinato que projetou uma das figuras mais extravagantes da crônica policial brasileira. No dia anterior, o corpo do menor Alamiro José Ribeiro fora encontrado seminú, em uma mata de Jacarepaguá, estrangulado com um pedaço de cipó. Os jornais de maior tiragem do Rio de Janeiro – *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *O Paiz* e *A Noite* – desempenharam um papel importante na reprodução de informações transmitidas por policiais envolvidos nas investigações ou reunidas pelas próprias investigações dos repórteres.

A leitura desses jornais e de outras produções acadêmicas permite reconstituir uma síntese desse personagem lendário. Tratava-se do fio de uma história que

¹ Luiz Morando é Em 2008, publicou *Paraíso das Maravilhas: uma leitura do Crime do Parque*, no qual reconstituiu a história de famoso crime, com conotações homoeróticas, ocorrido na capital mineira em 1946. Desde o início da década de 1990 tem se dedicado à pesquisa sobre as identidade LGBTQIA.

seria puxado durante agosto e setembro de 1927 e que apresentaria ao público a biografia e a personalidade de Febrônio Ferreira de Matos, mais conhecido como Febrônio Índio do Brasil. Negro e pobre, segundo filho de uma prole de 14, Febrônio nasceu muito provavelmente em 14 de janeiro de 1895, em São Miguel de Jequitinhonha (MG). Aos 12 anos, fugiu de casa para escapar ao gênio irascível e violento do pai. Passou por algumas cidades do interior e pela capital mineira até chegar ao Rio de Janeiro, provavelmente em 1909. O mais certo é que a partir de 1916, já fixado definitivamente no Rio de Janeiro, Febrônio passou a cometer pequenos delitos e a sobreviver de biscates, tendo sido “fichado” em diversas passagens pela polícia por estelionato, extorsão, furto, roubo e vadiagem.

Em 1920, em uma de suas passagens pelo cárcere, na Colônia Correccional Dois Rios, na Ilha Grande, Febrônio passa a estudar a *Bíblia* e tem uma de suas primeiras visões: uma mulher loira, de longos cabelos, o intitula Filho da Luz e o incumbe de declarar a todos que Deus não havia morrido. Ela ainda o orienta a se tatuar, bem como a alguns meninos, com o símbolo DCVXVI, cujo sentido era Deus, Caridade, Virtude, Santidade, Vida, Ímã da Vida. Tão logo possível e obedecendo à sua visão, Febrônio tatuou a frase ‘Eis o Filho da Luz’ em seu tórax e aquelas letras na circunferência de seu abdômen. Após sair da Colônia, entre 1921 e 1926, atuou como falso dentista e falso médico no Rio, na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais, chegando a provocar a morte de uma mulher em trabalho de parto.

Em outubro de 1926, de volta ao Rio de Janeiro, é recolhido ao Hospital Nacional de Psicopatas após ser detido em atitude suspeita no morro do Pão de Açúcar. Durante sua internação, apresentava ideias delirantes e foi diagnosticado como doente mental. Poucas semanas depois, foi liberado. Em janeiro de 1927, preso na 4ª Delegacia Auxiliar do Rio de Janeiro, subjugou sexualmente dois companheiros adultos de cela, e, ao tentar seviciar um terceiro, menor, este opôs resistência, razão pela qual foi espancado até a morte. Posto em liberdade provisória, entre fevereiro e julho, tatuou três adolescentes de 17 anos com aquelas letras sagradas, sempre os atraindo com a promessa de emprego.

Finalmente, a 13 de agosto de 1927, utilizando-se do mesmo subterfúgio, Febrônio atraiu o jovem Alamiro José Ribeiro, de 20 anos, e levou-o à Ilha do Ribeiro, em Jacarepaguá. Por ter resistido à investida sexual de Febrônio, Alamiro foi estrangulado. Seu corpo foi encontrado dois dias depois. Ainda no dia 15 de agosto, Febrônio tatuou aquelas mesmas letras em um adolescente de 16 anos, que conseguiu fugir antes de ser seviciado. Em 29 de agosto, o menor João Ferreira, de 10 anos, foi tatuado e morto por estrangulamento na mesma Ilha do Ribeiro, mas seu corpo foi descoberto apenas em 7 de setembro, a 300 metros do local onde Alamiro perecera.

Como dito acima, a 17 de agosto os jornais deram o alerta. No dia 31 de agosto, Febrônio foi preso. Durante esses 14 dias, os jornais acompanharam detalhadamente, em ritmo de folhetim, o crime hediondo que tanto assustou a população. A partir da prisão de Febrônio e de sua confissão, no dia 2 de setembro, os jornais vão identificá-lo como tarado, degenerado, sádico, de ferozes instintos, besta-fera, monstro, celerado. A cobertura febril da imprensa estender-se-á à vida pregressa do criminoso e recolherá os depoimentos de pessoas que tiveram contato com Febrônio no último mês. Esse levantamento ajudará a fixar a imagem de indivíduo sem consciência, frio e psicopata. A imprensa rapidamente busca a opinião de médicos e psiquiatras a fim de traçar um perfil do criminoso segundo os anais científicos. Assim, *O Jornal* reproduz a impressão do neurologista Faustino Espozel: indivíduo “degenerativo, de personalidade psicopática e estado mental originário, com a expressão de aberrações sexuais, de sadismo e desequi-

²BASTOS, Gláucia Soares. Como se escreve Febrônio. 1994. 175f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. p. 54.

³Ibid., p. 55.
⁴CASOY, Ilana. Serial killers: made in Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p. 366.

⁵A primeira parte da marcha, com letra de J. Gomes Júnior e gravada por Francisco Alves, é a seguinte: “Eu fui no mato, crioula/ Cortar cipó, crioula/ Eu vi um bicho, crioula/ De um olho só/ Não era bicho, crioula/ Não era nada, crioula/ Era uma velha, crioula/ Muito assanhada.” Pedro Nava registra a seguinte versão: “Eu fui no mato/ crioula!/ buscar cipó/ crioula!/ eu vi um bicho/ crioula!/ d’um olho só!/ Não era bicho,/ não era nada/ era o Febrônio/ de calças largas...”. Cf. NAVA, Pedro. O círio perfeito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

líbrio mental”.² Para o psiquiatra Henrique Roxo, Febrônio apresentava “estado atípico de degeneração”, sendo considerado um “degenerado e pervertido sexual, um louco raciocinante”.³

Em 19 de setembro de 1927, Febrônio é denunciado pelo Ministério Público. Seu advogado de defesa pediu seu internamento em um manicômio judiciário, alegando que, por ser louco, o Estado não poderia pronunciá-lo nem condená-lo. O Filho da Luz foi examinado pelo psiquiatra forense Heitor Carrilho. A conclusão de seu laudo aponta o seguinte:

- 1º - Febrônio Índio do Brasil é portador de uma psychopathia constitucional, caracterizada por desvios ethicos, revestindo a forma da “loucuras moral” e perversões instintivas, expressas no homossexualismo com impulsões sádicas – estado esse a que se juntam idéas delirantes da imaginação, de caracter mystico.
- 2º - As suas reacções anti-sociaes ou os actos delictuosos de que se acha accusado, resultam desta condição mórbida que lhe não permite a normal utilização de sua vontade.
- 3º - Em consequência, a sua capacidade de imputação se acha prejudicada ou dirimida.
- 4º - Deve-se em conta, porém, que as manifestações anormaes de sua mentalidade, são elementos que definem a sua inilludivel temibilidade e que, portanto, deve elle ficar segregado ad vitam para os effeitos salutaes e elevados da defesa social, em estabelecimento apropriado a psychopathia delinquentes.⁴

No dia 6 de junho de 1929, ele foi encerrado no Manicômio Judiciário (que mais tarde viria a ser nomeado Heitor Carrilho), onde permaneceu até 27 de agosto de 1934, quando morreu de enfisema pulmonar. Durante quatro dias, entre 5 e 9 de fevereiro de 1935, Febrônio ficou foragido. A lenda criada em torno de sua imagem e de seu nome já havia circulado amplamente. Desde a associação de sua figura à do bicho-papão, para atemorizar crianças, passando pela paródia de uma marchinha do carnaval de 1928 – “Eu fui no mato, crioula”,⁵ confluindo à admiração do poeta francês Blaise Cendrars, que o entrevistou na Casa de Detenção e preparou quatro reportagens para o *France Soir* –, todas essas apropriações indicam certo fascínio e repulsa que sua vida permitiu registrar, tornando-o uma espécie de lenda.

Guaraci do Nascimento, o Zéquitiqué

Uma comprovação de que a lenda de Febrônio ficara fixada na memória da população é o título da reportagem do jornal *Correio Mineiro*, em 14 de janeiro de 1934, cinco anos após seu encarceramento no Manicômio Judiciário e um ano antes de sua fuga: “Monstro! Manoel Nascimento é um emulo de Febrônio”. A pequena reportagem faz parte do que o jornalista chama de caravana do *Correio Mineiro*, ou seja, a busca diária por fatos nos bairros da capital. No dia anterior, o repórter presenciara um pequeno tumulto na confluência de duas ruas no bairro Carlos Prates. Um rapaz de 18 anos, negro, assistente de pedreiro, de nome Manoel Nascimento, havia sido levado, naquele momento, para a delegacia do 3º Distrito, no Barro Preto. Em meio ao ajuntamento das pessoas, na foto registrada na matéria, uma senhora negra aparentava aflição. O jornalista reproduz seu lamento assim: “- Meu senhor, o menino é o meu único arrimo, e de nada sei que o possa desabonar. O que dizem dele são invenções. Peço-lhe que tire o meu filho da cadeia.”⁶

Segundo a averiguação relatada pelo jornalista, João José Baptista havia registrado notícia-crime contra Manoel. Preocupado com a demora do filho, que havia sido mandado ao botequim fazer compras, o pai ficara sabendo

⁶ *Correio Mineiro*, [Belo Horizonte], p. 8, 14 jan. 1934.

⁷ *Correio Mineiro*, [Belo Horizonte], p. 8, 14 jan. 1934.

⁸ *Diário de Minas*, [Belo Horizonte], p. 13, 21 out. 1951.

⁹ *Diário de Minas*, [Belo Horizonte], p. 13, 21 out. 1951.

que o menino havia encontrado Manoel na rua.

Segundo o que depois se apurou, o garoto havia sido seduzido por Manoel, que o levava até seu quarto com intenções inconfessáveis.

Havendo-se rebelado o menino, foi maltratado pelo inescrupuloso indivíduo, que chegou a espancá-lo.

No livro de queixas, consta, ainda, que não é a primeira vez que usa Manoel de semelhantes ardis, para atrair crianças ao seu quarto.⁷

Esta foi a primeira e a última vez que a articulação entre Febrônio e Manoel se efetuou. Mas é certamente curioso que essa relação tenha sido feita e desapareça com o tempo, pois a história subliminar é muito semelhante. De fato, dois elementos não se repetem entre os dois personagens: os assassinatos e a visão mística. Mas há diversos outros pontos em comum, como veremos ao longo deste artigo.

Na cobertura jornalística, este caso não foi acompanhado por outros jornais e o próprio *Correio Mineiro* não deu prosseguimento aos seus desdobramentos. Dezesete anos depois, em 21 de outubro de 1951, duas folhas diárias noticiam um atentado violento ao pudor contra um menor ocorrido no dia anterior. De modo geral, a história é a seguinte: no bairro Serra, o menor Antônio Fernandes Pinheiro, de 10 anos, saía para fazer compras a pedido de sua mãe, Isabel. Preocupada com a demora do filho, ela sai à sua procura e encontra um garoto que vira Antônio em companhia de um “homem preto” em uma construção. Chegando ao local indicado, a mãe encontra o filho sendo violado por um adulto. Ela retira o filho do local e chama a radiopatrulha.

Dos dois jornais que noticiaram o fato, algumas similaridades são significativas. O *Diário de Minas* anuncia no título de sua reportagem: “Preso quando tentava abusar da inocência de um menor – O tarado, já conhecido da Polícia, é contumaz na prática de seus repelentes crimes – Sobe a duas dezenas o número de vítimas do perigoso indivíduo”⁸. Em seu texto, o repórter assinala que o “repelente indivíduo” já fora tema da crônica policial há cerca de cinco anos pelo mesmo motivo. Segundo o que foi apurado ainda pelo jornalista, “o número de vítimas do asqueroso elemento sobe a mais de duas dezenas, sendo sua fama largamente conhecida em todos os bairros da cidade.”⁹ Por fim, o nome divulgado do “monstro” é Guaraci do Nascimento, também conhecido como Guará.

Por sua vez, o *Estado de Minas* intitula assim sua reportagem: “Preso um degenerado – Tentava violentar um menor”¹⁰. No interior do texto, uma frase se destaca: “Ficou apurado que Guaraci do Nascimento é indivíduo de maus instintos e vivia abordando menores próximo da construção, onde é rondante.”

Os atributos associados a Guaraci são semelhantes: degenerado, repelente, monstro. Esses termos eram muito comuns para a época, não apenas pela ressonância médico-científica, mas também por outras ocorrências de atentado ao pudor com violência contra menores registradas ao longo das décadas de 50 e 60 na cidade. Tanto o código da imprensa quanto o da área policial-judiciária tomarão como referência uma visão científica baseada na medicina e na psiquiatria para denominar os indivíduos que cometem esses atos. No entanto, o que mais chama a atenção é o alcance da memória da imprensa, o que o texto do *Diário de Minas* permite avaliar com muita clareza: Guaraci já agia na cidade há mais ou menos cinco anos e já fizera mais de 20 vítimas. No entanto, essa memória, ou o modo de registrar os fatos, não é muito confiável, pois uma leitura menos atenta leva a deduzir que aquele número de vítimas

¹⁰Estado de Minas, [Belo Horizonte], p. 14, 21 out. 1951.

¹¹Cabe lembrar a influência e a repercussão dos estudos de Cesare Lombroso, criador da categoria “homem delinquente”. Embora seus trabalhos datem do final do século XIX, eles influenciaram muito o Código Penal brasileiro de 1940. Para Lombroso, a delinquência habitual era um fenômeno atávico: o criminoso integraria uma subespécie humana menos desenvolvida, gravada por desenvolvimento embrionário incompleto. Daí, sua tendência à “loucura moral” na idade adulta. Médico, antropólogo e jurista, ele chegou a traçar os caracteres biológicos do delinquente “nato”: protuberância occipital, nariz torcido, lábios grossos, cabelo farto, traços similares ao do macaco, órbitas grandes, testa fugidia, arcos superciliares excessivos, zíngomas salientes, arcada dentária defetiva, mãos grandes, anomalias dos órgãos sexuais, orelhas grandes e separadas, insensibilidade à dor, tendência à tatuagem, cinismo, vaidade, crueldade, falta de senso moral, caráter impulsivo, tendência à reincidência... Comumente, muitos desses traços eram associados automaticamente a indivíduos negros, como o foram a Febrônio e Guaraci.

¹²Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 7-8.

foi computado nos últimos cinco anos, o que sugere um altíssimo grau de inoperância ou leniência da polícia e do setor judiciário, o que não seria propriamente o caso, como será visto adiante.¹¹

Ainda com relação a esse crime, aqueles dois jornais veiculam breves notícias em 8 de novembro de 1951, a respeito da transferência de Guaraci para a Casa de Correção, e apenas a *Tribuna de Minas* noticia o resultado de seu julgamento em 8 de fevereiro de 1952.

Antes de conhecermos o final da história, vamos consultar os autos judiciais. Após a instauração do inquérito policial, o delegado responsável mandou intimar a mãe, o menor, o acusado e três testemunhas. Do depoimento da mãe, ressalta-se o quanto já é conhecido o hábito de Guaraci de atrair menores para a prática de intercurso sexual: há 15 anos, um seu sobrinho fora agarrado por Guaraci na Barroca e levado para um local ermo; um outro filho seu já havia sido agarrado por Guaraci; no bairro do Carmo, a fama de Guaraci era muito conhecida. A testemunha José Bento dos Santos identifica Guaraci como o mesmo autor de atentado ao pudor contra seu filho, à época com 9 anos, em 1946. Outra testemunha declara que, em 1949, flagrara Guaraci “abusando de um menor próximo a um campo de futebol no final da avenida Afonso Pena” (atual praça Milton Campos). Desses depoimentos se depreende que a área de atuação do acusado é extensa e que sua fama é reconhecida na cidade.

No dia 23 de outubro, Guaraci depôs nos seguintes termos:

que o declarante por vezes já foi conduzido a Polícia sendo que de todas elas o declarante era acusado de haver atraído menores para locais ermos desta cidade a fim de praticar com os mesmos o coito anal; que o declarante já foi processado nesta delegacia, não sabendo o declarante qual o desfecho do inquérito que foi remetido à Justiça; que o declarante sempre quando foi chamado à Polícia e perguntado a respeito dos atos que lhe eram atribuídos, negava a autoria dos mesmos e, quando confessava o declarante, afirmava que iria abandonar tais práticas e mudar-se da capital; que o declarante contudo nunca conseguiu deixar de atrair menores para locais ermos a fim de praticar com os mesmos o coito anal; que o declarante afirma que agora deixará esta cidade e não “se meterá com outras crianças pois o declarante não quer complicações com a polícia”; (...); que o declarante disse e reafirma que não mais entrará com menores em locais ermos (...).¹²

Antes de avançar na análise desse material, é necessário observar que o texto dessas declarações, sobretudo o do indiciado, é construído pela visão de um narrador na terceira pessoa do singular (no caso, o escrivão de polícia), o que não assegura que de fato o depoente tenha dito expressamente aquilo que consta na declaração que ele próprio assina, mas algo próximo.¹³ A situação é compreensível, seja pela prática constante do escrivão de retomar a fala oral e dar-lhe uma forma mais sistematizada dentro do padrão linguístico culto, seja pelo constrangimento para depor, tanto para o familiar do menor quanto para o adulto indiciado. Além disso, a intermediação do escrivão não impedia ao delegado – pelo contrário, facilitava – introduzir, no texto do depoente, palavras ou expressões não utilizadas no depoimento e talvez julgadas mais adequadas ao contexto ou à produção de provas contra o investigado. De qualquer modo, a redução a termo das declarações de Guaraci, em contraface com o teor de outros processos, ajuda a revelar as teorias, os conceitos, as ideologias e a mentalidade da época.

Do extrato do depoimento de Guaraci, pode-se confirmar certa veracidade da

¹³Por exemplo, é muito pouco provável que Guaraci, devido a sua inserção socioeconômica e à baixa condição letrada, tivesse dito que atraía menores para locais ermos a fim de praticar o coito anal. Isso é possível de ser interpretado, pois, no mesmo depoimento, o escrivão coloca aspas para mencionar diretamente certas expressões de Guaraci, como se fizesse questão de distinguir o discurso do depoente do seu, estabelecendo então a distância narrativa: “que o declarante no quarto em que dorme naquela construção chamou Antônio e lhe disse ‘vamos meter?’ havendo o menor ficado surpreendido e perguntado ao declarante o que era meter havendo o declarante lhe dito que meter era ‘tirar o pau’ e ‘fazer’ dispondo-se o declarante a mostrar ao menor o que ‘era meter’ (...)”. (Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 7-8.)

¹⁴Mesmo que a folha de antecedentes use o termo “processado”, é possível concluir que, desconhecido o desfecho do inquérito, ela errou: só é processado o investigado cujo inquérito foi convertido em ação penal.

memória da imprensa a respeito da reincidência do indiciado: ele relata que já fora investigado, mas que não sabia o desfecho do inquérito.¹⁴ Além disso, confirma a recorrência de suas ações e indiretamente reafirma a impossibilidade de interromper o ciclo de suas práticas, apontando subliminarmente para o estado doente em que se encontra.

Ainda se pode deprender do texto de Guaraci certa postura de humildade, seja no momento em que confessa o ato em si, seja pela declaração constante de que não irá reincidir, como se fosse uma estratégia retórica para se resguardar do peso da acusação. O reconhecimento de que já fora encaminhado à delegacia várias vezes pelo mesmo motivo indica que o indiciado já está habituado ao rito inquisitorial da polícia, como se lhe fosse fácil e seguro inserir em sua fala, com certa frequência, a promessa de mudar de cidade ou de não voltar a se encontrar com menores em locais ermos. Enfim, apenas alguém com largo histórico policial e confiança em se salvar entremearia à sua fala promessas que não conseguiria cumprir, pelas mesmas razões que justificavam sua alta reincidência.

Isso fica ainda mais notório quando a folha de antecedentes de Guaraci é anexada aos autos, a pedido do delegado responsável pelo inquérito.

Folha de antecedentes de Manoel do Nascimento, ou Manoel Nascimento Filho, ou Guaraci do Nascimento, vulgo Zequitique (*sic*), Bacalhau ou Guará, filho de Bernardino do Nascimento e de Maria do Nascimento ou Cecília do Nascimento, com 35 anos de idade, natural de Barra Mansa – RJ.

Folha n. 456

Prontuário n. 144.741

Registro geral n. 97.172

De 28/08/1931 a 17/05/1944 foi conduzido à Polícia desta Capital, por 13 vezes, sendo: por atentado à moral, 3; para averiguações, 6; por pederastia ativa, 2; e para legitimação, 2; ainda em 29/08/1931 foi identificado para fins de legitimação.

Em 23/05/1932 foi conduzido à Polícia por suspeita de furto, nada ficando apurado.

Em 18/05/1944 prestou declaração perante o Delegado de Vigilância Geral, nesta Capital, sobre prática de pederastia ativa, com menores.

Em 09/1946 – praticou nesta Capital o delito de atentado ao pudor de que foi vítima José Bento Filho, tendo sido processado; o processo respectivo foi remetido ao Juízo competente em 07/07/1947.

Nada mais consta em seu prontuário

Belo Horizonte, 24 de outubro de 1951.¹⁵

Os dados da folha de antecedentes esclarecem uma situação mais próxima da realidade com relação à vida pregressa de Guaraci. Primeiro, permitem confirmar que aquele Manoel do Nascimento de 1934 é o mesmo Guaraci e que, em decorrência disso, ele tem registro policial desde aquele ano; na verdade, desde 1931, quando tinha 15 anos de idade. Com relação ao seu nome, verifique-se a variedade de antropônimos utilizados, muito provavelmente para tentar despistar a polícia. Ainda sobre a identificação, observe-se o significativo apelido, corruptela de Zé que te quer. Ele pode indicar a dimensão do quanto Guaraci é reconhecido por suas preferências sexuais.

Segundo, os registros da Folha criminal confirmam aquele número do repórter do

¹⁵Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 20.

¹⁶ Este processo não foi localizado para desarquivamento e leitura.

¹⁷Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 25.

Diário de Minas: aproximadamente 20 passagens pela polícia, reunindo o período entre 1931 e 1947. É necessário chamar a atenção de que o dado da imprensa é anterior à anexação da folha de antecedentes aos autos, o que permitiria pensar que a memória da imprensa se sustenta sobre outros artifícios que não necessariamente os dados policiais ou os do próprio arquivo do jornal. Isso leva a supor, com certa segurança, que o jornalista que preparou aquela matéria é experiente na cobertura de notícias policiais e com longa trajetória na imprensa mineira, haja vista que o *Diário de Minas* teve sua circulação interrompida em 1930 e retomada em julho de 1949. Ou seja, o jornal não tinha um arquivo disponível para consulta, mas quem preparou a reportagem precisou se basear na larga experiência, inclusive em outros órgãos de imprensa, e na própria memória, além, naturalmente, da experiência de policiais que serviram como informantes para a matéria.

Em terceiro lugar, a folha de antecedentes de Guaraci permite especular sobre a existência de um processo em seu desfavor, cujo desfecho não é esclarecido. Trata-se de um caso anterior de atentado ao pudor contra um menor, em setembro de 1946, cujo inquérito policial foi remetido ao juiz em julho de 1947.¹⁶ Ao que tudo indica, o menor era filho de José Bento dos Santos, testemunha de Isabel Pereira no processo em questão. Naquela época, José Bento representara Guaraci à polícia, juntamente com outras duas mães que tinham filhos na mesma situação. Em seu depoimento, José Bento esclarece que Guaraci fugira naquele momento.

Ainda para ajudar a construir o perfil de Guaraci, vejamos parte do resultado da investigação da vida pregressa do indiciado pelo investigador Acácio Andrade:

é conhecido em todos os bairros da Capital como elemento de má conduta e incorrigível na prática de pederastia ativa. Na prática de seus crimes dá sempre preferência a crianças de certos tratos. Quando mesmo consegue algum serviço dá preferência ao encargo de rondante de construção, para assim conseguir com mais facilidade vítimas para seu ato criminoso.¹⁷

O investigador levanta a suspeita de que a escolha da profissão de Guaraci – rondante de construção até 1951; auxiliar de pedreiro em 1934, como já vimos – tem certa premeditação para facilitar o acesso ao local para onde conduz as crianças ou adolescentes.

No relatório que o delegado Ivan Moraes de Andrade preparou para encerrar a fase de inquérito policial e ensejar a deflagração de ação penal, em 31 de outubro de 1951, encontra-se uma razão para que Guaraci passasse ao largo da responsabilidade criminal ao longo de 20 anos:

Trata-se, efetivamente, de um homem que, há muito, devia estar encerrado numa prisão. Várias vezes a Delegacia de Costumes tem tido conhecimento de suas atividades criminosas e sabe bem o terror que ele infunde no meio de famílias que conhecem seus instintos bestiais. Infelizmente, porém, só uma vez, ao que consta de nossos arquivos, pôde agir contra ele. Das outras, os pais se recusam a fazer a representação regular que permitisse sua atuação.¹⁸

Nas ações relativas a crimes sexuais, em que o ofendido ocupa a posição do Ministério Público, a responsabilidade penal só pode ser imputada se a vítima maior de idade ou o responsável legal pela vítima menor de idade solicitarem a instauração de investigação. Como

¹⁸Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 28-29.

visto, em 1946, o primeiro responsável legal decidiu representar Guaraci, a fim de permitir o tombamento de inquérito policial. A segunda vez ocorreu com o caso em questão, em outubro de 1951. Mas essa prática não será uma constante, como ainda se verá.

O Promotor de Justiça acatou a representação de prisão preventiva feita no relatório policial e denunciou Guaraci do Nascimento pela prática de atentado violento ao pudor contra menor de 14 anos. Em 22 de janeiro de 1952, o réu foi condenado ao cumprimento de quatro anos de reclusão na Penitenciária de Neves. No entanto, permaneceu na Casa de Correção até 4 de janeiro de 1953. Durante esse período, aprendeu o ofício de marceneiro. Em 5 de janeiro, foi transferido para a Penitenciária de Neves, onde cumpriu o restante da pena, tendo sido posto em liberdade em 16 de novembro de 1955.

Novas investidas de Guaraci do Nascimento

Os jornais voltaram a noticiar sobre Guaraci em agosto de 1958, apesar de novo processo ter sido instaurado contra ele no ano anterior. Desta vez, o conhecido Zéquitiqué desencadeará uma ação mais escandalosa. Em 12 de abril de 1957, o diretor do Colégio Marconi, Geraldo Jacinto Dutra, encaminha uma carta ao Delegado de Costumes na qual relata averiguações procedidas com alunos do colégio e acusa Guaraci de desviar durante o horário de aula duas crianças do sexo masculino, uma do curso primário e outra do 1º ano ginásial, e levá-las para sua casa a fim de corrompê-las física e moralmente. No próprio ofício recebido, o delegado Domingo Henriques Carlos da Silva determina a abertura de inquérito, intima o representante e o representado a prestarem declarações e já encaminha o acusado para a realização de exame de sanidade mental.

A 23 de abril, Guaraci é detido e confessa que

sente *terrível atração por meninos*, já havendo sido condenado por crime de atentado violento ao pudor, havendo cumprido a pena na Penitenciária Agrícola de Neves; que, entretanto, apesar de já haver sido condenado por tal motivo, o declarante, segundo afirma, ainda continua a sentir *terrível atração por meninos*, não os podendo ver que lhe dá vontade, segundo declara, de com eles manter o coito anal; (...) que o declarante afirma estar arrependido de seus atos, porém *não resiste a meninos*, sentindo por eles, segundo declara, *verdadeira atração*; que, efetivamente, há poucos dias conseguiu, sob promessas, levar ao seu quarto meninos que estudam no colégio Marconi, cujos nomes não se lembra, onde com eles praticou o coito anal; *julga estar doente* e precisa mesmo sair desta Capital, de levar vida decente e normal, como os outros homens. (...) ¹⁹

São notórias a ausência da estratégia de demonstrar humildade ao delegado, tão demarcada em 1951, e a recorrência no apontamento de seu estado doentio, qualificado com as expressões ‘terrível’ e ‘verdadeira’ atração.

Dois dias depois Guaraci é encaminhado ao Hospital Raul Soares, onde é submetido a exame de sanidade mental realizado pelo médico psiquiatra e neurologista Antônio Macedo. O laudo do exame é o seguinte:

De acordo com a solicitação n. 187/57 da Delegacia de Costumes, procedi a exame neuropsiquiátrico do indivíduo Guaraci do Nascimento, acusado de crimes de atentado violento ao pudor, tendo observado que o paciente revela

¹⁹Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 5. Grifos nossos.

²⁰Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 8-9. Grifo nosso.

²¹Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 10.

uma indiferença afetiva marcada, falta de julgamento, idéias de perseguição e de influência, tendo ademais elicitado a presença de alucinação visual e auditiva pouco após a morte da mãe, ocorrida há mais ou menos sete anos. Os vizinhos têm inveja do paciente e acham que ele é mais importante que eles, - isto dito pelo paciente identifica os delírios de grandeza e perseguição. A função intelectual está preservada e o paciente confirma ter praticado atos de homossexualidade, mas com crianças de 12 e 15 anos.

A minha impressão é de que o paciente é psicótico, sofrendo esquizofrenia paranóide com componente anti-social de perversão sexual.

O paciente é incapaz de julgar ou apreciar a extensão dos seus atos, quando sob a influência da crise psicótica, o que exige a sua internação e tratamento como medida inicial de prevenção.

Atesto e dou fé do supra exposto.²⁰

Pelo menos dois elementos se destacam no laudo médico: o perito se refere à confusão, deliberada ou não, entre pedofilia e homossexualidade. Até este inquérito, em nenhum momento Guaraci do Nascimento é referido como pedófilo, termo que já existia no campo médico-psiquiátrico e jurídico. No entanto, é-lhe atribuída ‘prática homossexual’ como se fosse sinônimo de atentado violento ao pudor contra menores.

O segundo ponto refere-se à conclusão médica, mesmo com a aparente superficialidade do exame: um estado polarizado entre a indiferença afetiva e os delírios de grandeza e de perseguição, apontando para a esquizofrenia paranoide e uma provável explicação para a ocorrência de outras duas identificações nominais de Guaraci – Manoel Nascimento e Manoel Nascimento Filho, como se as duas denominações fossem desdobramentos da personalidade do indiciado.

A pedido do subinspetor da Delegacia de Costumes, o investigador Antonio Radicchi apura a vida pregressa de Guaraci. Em sua breve pesquisa, conclui com a seguinte informação: “O sindicado é elemento contumaz na prática delituosa supracitada, sendo conhecido por toda polícia mineira. Tem o apelido de Guará, é católico, não fuma, não faz uso de bebidas alcoólicas e não joga. Sua diversão predileta é o futebol”.²¹ É curioso que a redação do policial faz contrabalançar um delito contumaz – a pederastia – com a ausência de outros vícios – fumo, bebida e jogo de azar. Além disso, aponta sua diversão voltada para o futebol, o que, articulado aos depoimentos dos funcionários do colégio Marconi, permite esclarecer a forma que Guaraci utiliza para atrair as crianças: iludi-las com a oferta de bolinhas de gude, camisas de futebol, bolas e outros brinquedos.²²

O relatório do delegado, em 8 de maio de 1957, sugere a seguinte medida:

Tipo do livro *Barão de Lavos*, de Abel Botelho.

Indivíduo asqueroso, pustulento moral, maltrapilho e beócio, vive assediando as crianças escolares e com elas se entretendo em brinquedos de gude ou “pirosca” e ganhando suas confianças as levando para seu quarto para, com elas, entrar em praticas libidinosas. Já foi condenado pelo mesmo crime e é egresso da Penitenciária das Neves, onde cumpriu sua pena de reclusão. Urge uma medida de exceção e drástica contra ele e que é a medida de segurança.²³

Nessa passagem do relatório, o delegado tenta ilustrar seu texto com certo verniz

²²A prática adotada por Guaraci não é novidade. Em março de 1955 já fora noticiada a forma que Antônio Silva, conhecido como Vigilante, utiliza para atrair menores e seduzi-los: servindo-se de sua função de instrutor de futebol, oferece aos menores bolas, chuteiras e outros apetrechos, conduzindo-os a sua casa para entregar os presentes e manter alguma forma de intercurso sexual. Em outubro de 1958, Antônio Silva volta a reincidir com a mesma atividade de instrutor de futebol de crianças.

²³Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 15. Grifo do autor.

literário, aproximando Guaraci da personagem pederasta criada pelo português Abel Botelho. Mas na linha abaixo o verniz é arranhado pela série de atributos acumulados e dirigidos ao indiciado. Ao final, uma medida similar àquela prevista para Febrônio – o encerramento de Guaraci em um manicômio judiciário. O Ministério Público acata o relatório e opina por sua internação por dois anos, como medida de segurança, para tratamento no Manicômio de Barbacena.

No entanto, antes da instauração do processo penal e da oitiva das testemunhas, das vítimas e do indiciado, os pais dos dois alunos do Colégio Marconi desistiram da propositura da queixa, muito provavelmente por temerem algum prejuízo moral por parte dos filhos no futuro. Por conseguinte, Guaraci foi solto.

A essa altura, há uma lacuna no processo judicial entre 28 de maio de 1957 e 12 de setembro de 1959. Esse período pode ser preenchido, em parte, pelas notícias de jornais: em 2 de agosto de 1958, dois diários publicam matérias sobre a prisão de Guaraci, conduzido ao mesmo delegado de Costumes que sugerira a imposição de medida de segurança contra ele: agora era acusado de abusar de um menor de 6 anos, no dia anterior, no Gutierrez.

Porém, nova lacuna temporal, desta vez na imprensa, não permite saber o que sucedeu a Guaraci. Apenas em 16 de setembro de 1959 o fio é retomado com o relato, pela *Folha de Minas*, de nova detenção de Guaraci, mais uma vez acusado de atentar contra a integridade, desta vez, de aproximadamente 20 jogadores mirins de futebol, com idades variando entre 8 e 13 anos, na Gameleira e no Padre Eustáquio.

A partir dessa nova ocorrência, a persecução penal volta à cena, estabelecendo como sequência o depoimento prestado por Guaraci ao Delegado de Costumes da época, Mário Pinto Corrêa, em 14 de setembro de 1959. Em longo e detalhado depoimento, ele narra a série de garotos abordados e seduzidos com a promessa de receberem brindes de futebol ou valores em dinheiro que oscilavam entre 15 e 20 cruzeiros. As práticas sexuais variam entre o coito interfemural e o anal. Ao final do termo de declarações, nova promessa de recuperação por parte do indiciado:

que esclarece que, quando vê a Rádio-patrolha empreende fugas sistemáticas, razão por que é sempre trancafiado; que “corre da RP porque tem medo que ela o prenda por causa do que costuma fazer com os garotos”, segundo suas próprias expressões; que, saindo da cadeia, pretende andar direito e, para tanto, vai-se daqui; que, se for colocado num veículo, poderá, perfeitamente, identificar e apontar o endereço residencial dos garotos a que já se referiu, principalmente os do Progresso [atual Padre Eustáquio].²⁴

O delegado Corrêa prepara seu relatório, encaminhando-o ao Ministério Público em 8 de outubro de 1959 com a sugestão de decretação de medida de segurança de internação, “levando-se em conta que o indiciado tem por hábito se acercar de meninos de condição social e cujos pais estão bem financeiramente, não desejando, com muita razão, um inquerito”.²⁵

A partir daí o processo sai da alçada policial e entra na esfera judicial, iniciando uma ciranda inacreditável. Ainda em outubro de 1959, o promotor de justiça confirma o pedido de imposição de medida de segurança e solicita a instauração de novo incidente de insanidade mental (o laudo anterior era de 1957). Em abril de 1960, sem ter em mãos o exame solicitado pelo promotor, o 1º Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal determina, como medida de segurança cautelar, a internação de Guaraci no Manicômio Judiciário de Barbacena por quatro anos. Nessa altura do processo não há registro do que ocorre, mas se supõe que Guaraci consegue

²⁴Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 25.

²⁵Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 29.

fugir, pois em 13 de setembro daquele ano é expedido um mandado de prisão contra ele. Ele é recapturado em 10 de novembro de 1960, pois no dia seguinte o *Estado de Minas* divulga sua prisão.

A partir desse momento, Guaraci cai em um limbo judiciário. Do Depósito de Presos, já em funcionamento no bairro Lagoinha, ele é transferido para a Penitenciária Central (futura Dutra Ladeira). Em fevereiro de 1962, o advogado de Guaraci impetra pedido de *habeas corpus*, indeferido em julho devido à “periculosidade presumida” e à corrupção moral do requerente. Além disso, o juiz define que o tempo de cumprimento de sua medida de segurança passaria a ser contado apenas a partir da internação de Guaraci em Barbacena. Em junho de 1962, o escrivão da 3ª Vara Criminal informa ao juiz que até aquela data Guaraci não havia sido encaminhado ao Manicômio. Em dezembro de 1962, o juiz Carlos Mendes requer novamente a realização do exame de sanidade mental do detento. Em março de 1963, Guaraci tem seus exames realizados no Instituto Raul Soares, entre eles os testes de Rorschach, Binet-Terman, QI. Do laudo médico, assinado pelos médicos José A. Moretzsohn e Alcides de Almeida em 23 de março de 1963, destacam-se duas passagens:

Anamnese e exame psíquico – Apresenta-se o periciado, ao exame, em atitude calma, informando bem sobre os fatos relacionados com a sua condenação na Justiça, procurando justificar a sua conduta anti-social, verificada anteriormente, dizendo-se agora regenerado e insistindo muito para que nós peritos o protegêssemos no seu desejo de voltar ao convívio familiar e social.

(...)

Diagnóstico: oligofrenia, em grau de debilidade mental. Perversão sexual (pederastia ativa, preferencialmente com menores de idade).

Apreciação médico-legal: trata-se, o presente caso clínico, de um oligofrênico, pervertido sexualmente (pederasta ativo). A sua condição de oligofrênico, isto é, de indivíduo patologicamente liberado, vem influenciando no transcurso de sua conduta pessoal, dando margem à ocorrência de uma série de delitos com menores, de natureza sexual. Assegurar através de um exame de sanidade mental, se a sua conduta no futuro será ou não anti-social, não é possível. O bom senso, entretanto, nos aconselha que o periciado não está ainda em condição de voltar ao meio familiar e social, de maneira plena, pois o defeito constitucional de que é portador é irreversível. A liberdade vigiada, realmente vigiada, em caráter de experiência, é uma *sugestão* [grifo nosso] que fazemos.

A desvirilização, por hormônios sexuais do sexo oposto, e a castração preventiva, observada no Código Penal de alguns países europeus e americanos, atentam contra os direitos humanos universais, e nos repugna em sua prática, além de ser contrária ao que preceitua a nossa legislação, em vigor.²⁶

No primeiro momento, é visível a retomada da conduta anterior de reconhecimento do erro e promessa de regeneração. Tal ação pode estar relacionada ao *deficit* mental, comprometendo o comportamento intelectual, e à repetição característica de indivíduos que não possuem clareza sobre a quem se dirigem. Seja diante do delegado, seja do médico, Guaraci sabe estar frente a uma autoridade constituída, mas parece não possuir capacidade de discernimento do grau de poder e decisão constituídos. Assim, repete a mesma ‘oração’.

Outra informação interessante é o fato de os médicos, mesmo sabendo da ilegala-

²⁶ Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 69.

lidade de certa ação, levarem em conta a desvirilização e a castração como formas de solução para o problema social que Guaraci acarreta. A sugestão feita é a de liberdade vigiada, realmente vigiada, conforme grifos dos profissionais de saúde. Mas, ambigualmente, é como se emitissem uma segunda informação: caso a vigilância não seja suficiente ou eficiente...

Com o exame em mãos, em 8 de maio de 1963, o titular da 8ª Promotoria de Justiça sustenta que a medida de segurança impõe dois anos de reclusão em manicômio judiciário. Assim, mesmo tendo ficado detido até o momento em uma penitenciária, e face aos resultados dos exames, que atestam sua periculosidade, Guaraci não cumpriu tal medida, sendo necessária sua transferência para um manicômio. Em agosto daquele ano, o juiz ordena a execução da medida de segurança e a imediata transferência de Guaraci para Barbacena.

A partir daqui, a ciranda judiciária se torna frenética e angustiante para o preso. Em outubro de 1963, é solicitada providência ao Diretor da Casa de Correção para a remoção de Guaraci. O diretor esclarece que tal só se faz mediante entendimento direto entre o juiz e o Secretário de Interior e Justiça. Os entraves burocráticos, a partir de então, são atravessados, em março de 1964, pelo pedido de revogação da medida de segurança, feito pelo advogado de Guaraci, devido ao fato de o tempo de detenção ser maior que o prazo estabelecido na medida. Em março de 1965, a 2ª instância decide pela manutenção da medida de segurança. No mês seguinte o diretor do Manicômio informa ao juiz não dispor de carro para a transferência do preso. Em maio de 1965, Guaraci impetra novo pedido de *habeas corpus*, por sua vez, indeferido.

Novo giro da ciranda leva o processo para setembro de 1966. Guaraci ainda está na Casa de Correção e seu advogado impetra novo *habeas corpus*, sempre com base no argumento de que o preso está “sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de ir e vir”. Ao analisar esse pedido, em abril de 1967, o Subprocurador do Estado opina pelo deferimento da revogação da medida de segurança dado o transcurso de dois anos após a realização do exame, tempo pelo qual Guaraci deveria ficar mantido no Manicômio. A Câmara de Desembargadores decide pela realização de novo exame de sanidade mental para verificar a cessação da periculosidade do detento. O diretor da Casa de Correção apresenta parecer favorável à revogação da medida de segurança, uma vez que Guaraci não demonstrou possuir “vício ou maus costumes, sendo diligente e atencioso”. Não parece surreal? Muito provavelmente ele poderia manifestar “vício ou maus costumes” se estivesse em contato com crianças ou adolescentes, mas não com adultos, aos quais seu interesse libidinal não é dirigido.

Encaminhado novamente ao Instituto Raul Soares para realização de exame de sanidade mental, Guaraci recebe o seguinte laudo, com várias inconsistências – desde a idade apontada até o fato de o médico basear seu laudo em depoimento da escolta do preso ou apenas em entrevista com Guaraci:

Laudo médico

Guaraci do Nascimento, 39 anos, solteiro, trabalhador braçal, preso há 11 anos em Neves.

Histórico: O paciente informa que foi condenado por estupro. Todavia, *o acompanhante, funcionário da Casa de Correção, informa* que o mesmo está preso por furto, sendo ladrão inveterado e roubando até de seus companheiros de cela.

Quanto a problemas mentais, o paciente informa que nada sente. Nega ainda uso de bebidas.

Não sente nervosismo, e afirma executar satisfatoriamente suas funções em Neves.

²⁷ Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957. Grifos nossos.

Nega doenças mentais nos familiares.

EXAME OBJETIVO: nada revelou de anormal no paciente. Concluímos, pois, ser o paciente portador de personalidade psicopática, sem alienação mental, com tendência de furto (cleptomania).

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 1968.

Dr. Luiz Augusto Ribeiro

Dr. Ivan Ribeiro da Silva – pelo Diretor do Instituto Raul Soares²⁷

Na ausência de certificação de dois peritos, o juiz manda retornar o laudo ao Instituto para que a omissão seja sanada. Recebendo-o novamente, o juiz conclui que os dois laudos – os de 1963 e 1968 – são conflitantes, ordenando o retorno dos autos à Promotoria.

Novo giro perturbador da ciranda remete os autos a janeiro de 1970, quando novo juiz consulta o Diretor clínico do Instituto Raul Soares sobre a possibilidade de submeter Guaraci a novo exame de sanidade mental. A resposta esclarece ser impossível devido à suspensão desse serviço por causa da reorganização do órgão. Em abril do mesmo ano, o Diretor de Organização Penal informa que Guaraci ainda está relacionado na lista de internação do Manicômio e deve aguardar autorização de matrícula (informação constante dos autos em 1963). Em agosto de 1971, o novo diretor do Departamento de Organização Penal determina que Guaraci fará novo exame na Penitenciária de Mulheres Estêvão Pinto.

Finalmente, desta vez parece ter sido feito um exame minucioso e prolongado. Com data de outubro de 1971, eis a conclusão do laudo:

Guaraci Nascimento

Foi submetido ao teste HTP (House, Tree, Person), organizado por John Buck para diagnóstico psicológico.

Apresenta-se como indivíduo que reage de forma direta aos impulsos. Observou-se a existência de sinais de deficiência mental que, associada a um grau elevado de Primitivismo Cultural, condicione o paciente a comportamentos imaturos.

Também na área sexual ficou evidenciado o predomínio da vida impulsiva, que o leva a procurar a satisfação sexual em objetos imaturos. Ficou assim positivado suas características “pedófilas” (*sic*). Tendo-se em vista tais características pôde-se verificar tratar de indivíduo com desenvolvimento da Personalidade e Intelectual incompatível característico dos portadores de déficit mental congênito-moderado.²⁸

Face ao resultado do laudo, ao longo período de detenção e ao último pedido de *habeas corpus*, de 1966, ainda sem julgamento, o juiz da 1ª Vara Criminal Rubem Miranda deliberou, em 25 de fevereiro de 1972, pela soltura de Guaraci do Nascimento, baseando-se no seguinte arrazoado:

Entendo que a medida de segurança não se cumpriu. Não foi possível o tratamento ordenado no Manicômio de Barbacena, nestes longos anos de prisão.

Prefiro – a esta altura –, o bom “comportamento carcerário”, à conclusão dos laudos.

²⁸ Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957. p. 126.

²⁹ Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957.

Nada vale diagnóstico, sem medicação adequada. Este tratamento, o Estado se nega a fornecer.

Com estas razões, reconhecendo, embora, a zelosa posição do Ministério Público, através dos ilustres Promotores do processo, mas, atendendo a que Guaraci do Nascimento está preso desde 1960, “aguardando vaga” para seu internamento; considerando que sua prisão não pode permanecer indefinida no tempo e no espaço; tendo em vista seu bom comportamento na prisão; atendendo, por último, a que a medida de segurança não aplicada no período de cinco anos se extingue, em face do art. 87 do Código Penal, declaro extinta a medida de segurança e mando que se expeça a favor de Guaraci do Nascimento, o competente alvará de soltura.

Custas pelo Estado.²⁹

No dia 2 de março de 1972, o alvará de soltura foi expedido e Guaraci foi posto em liberdade. A ciranda do Judiciário, enfim, foi interrompida, autorizando algumas leituras incômodas: leniência do aparato médico-psiquiátrico e policial para o cumprimento de decisões judiciais; morosidade do Judiciário para fazer cumprir suas próprias deliberações; certo despreparo da instituição psiquiátrica responsável pela execução do exame de sanidade mental; desrespeito a direitos do detento, mantido sob custódia do Estado em local inadequado; mais de uma década perdida para Guaraci, sem que nenhuma medida tivesse sido tomada para iniciar seu tratamento psiquiátrico.

Onde andar­á Guaraci do Nascimento?

Quase dois anos depois de sua soltura, em 27 de janeiro de 1974, uma notícia trouxe a público nova incidência de Guaraci:

Tarado

O Guaracy do Nascimento, 55 anos, tarado, não perdoa qualquer menino que passa pela sua frente. Vai logo pondo a Mao e chamando para o seu quarto, onde até tem uma porção de brinquedo que é para distrair a criançada. Ontem, uma senhora, que mora no bairro Santo Antônio, viu o Guaracy levando seu filho de dois anos para o quarto e foi atrás. Quando chegou lá, os brinquedos estavam espalhados, o menino assustado e o tarado tava daquele jeito. A dona pôs a boca no trombone e logo chegou a RP-32, do cabo Gilberto, que nem conversou, enfiou o moço na gaiola e o trasladou para a Delegacia de Plantão.³⁰

A respeito dessa ocorrência, nada mais foi divulgado e, ao que parece, o fato não gerou ação criminal.

Mais tarde nova ação penal será proposta contra Guaraci a partir de inquérito policial instaurado em 12 de dezembro de 1989, por ocasião do registro de notícia-crime pela mãe de um menor de 9 anos à 7ª Seccional de Venda Nova, no bairro Rio Branco. O boletim de ocorrência, registrado em 1º de dezembro daquele ano, relata que a mãe, após procurar por mais de duas horas pelo filho, encontrou-o com outra criança de 7 anos no interior de uma construção, para onde foram conduzidos pelo rondante. Mais uma vez, Guaraci é indiciado por atentado violento ao pudor. Em seu depoimento ele confirma seu ato e reconhece as informações cons-

³⁰Jornal de Minas, [Belo Horizonte], p. 8, 27 jan. 1974.

³¹Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 132, Processo 688.534-8, 10/07/1990, p. 24.

tantes de sua ficha de antecedentes. Desta vez Guaraci confessa que manteve relações sexuais com os menores, como também afirma que pediu que os dois garotos mantivessem relações sexuais entre si na presença dele.

Apesar de o boletim de ocorrência datar de dezembro de 1989, apenas em setembro de 1990 a mãe do menor de 9 anos compareceu à delegacia para prestar seu depoimento. A mãe do menor de 7 anos foi intimada infrutiferamente quatro vezes e só após a quinta intimação se apresentou, no dia 26 de março de 1991, à delegacia. Ela alegou estar muito ocupada para atender às intimações e esclareceu que “não quer que a autoridade policial adote qualquer medida contra o ora indiciado, tendo em vista que o mesmo não fez nada com seu filho”³¹.

Em 4 de abril de 1991, a delegada da 7ª Seccional apresentou seu relatório e esclareceu que nenhuma das mães conduziu seus filhos ao IML, com a guia emitida por aquela delegacia, para exame tendente a averiguar a existência de sinais de violência sexual. Uma alegou que à época estava no período final de gravidez e, após o parto, ocupada com os cuidados do recém-nascido. Acrescentou ainda que perdera a guia de encaminhamento. A outra mãe alegou falta de tempo e descrença quanto ao que aconteceria com o indiciado.

Em 12 de abril de 1991, o 90º Promotor de justiça requereu ao juiz o arquivamento do inquérito, baseado na declaração da mãe do menor de 7 anos que manifestara interesse de não registrar queixa contra Guaraci “por achar que o mesmo não ficaria preso”.

Em 15 de abril o juiz arquivou o processo.

Este foi o último registro que encontrei de Guaraci do Nascimento. Para mim, é muito irônico que a mulher que se recusou a registrar queixa contra ele tenha se baseado na opinião cética de que ele não permaneceria preso. Ela tem e não tem razão, como a história comprovou. O interessante é que sua intenção de não levar à frente a persecução penal não é motivada pela proteção moral ao filho, como outros pais o fizeram no passado, mas pela impressão de que nada mudará o curso das coisas: nem a sua iniciativa de denunciar, nem a da polícia, de prender.

De 1934, data da primeira divulgação pela imprensa de um de seus delitos, até 1991, quando do encerramento do último feito de que se tem notícia contra ele, Guaraci expõe as diversas falhas das malhas de um sistema tecido pelos fios dos órgãos de competência judicial, policial, médica, psiquiátrica, social.

Ao longo de quase sessenta anos, a trajetória de Guaraci do Nascimento permite verificar a fragilidade do sistema policial belo-horizontino e das ações penais brasileiras: a demora das medidas policiais e penais; a conduta profissional duvidosa da atuação de profissionais da psiquiatria; a letargia do sistema penitenciário; a ausência de ações internas às penitenciárias para recuperar o detento; o descumprimento de prazos, todos esses elementos indicam o esgotamento de ações legais consideradas científicas para a atuação em casos semelhantes ao de Nascimento.

A desvoltura com que Guaraci se move no cenário urbano leva a pensar, inclusive, nas consequências prejudiciais da ausência de uma memória construída ao longo do tempo pela experiência policial. Pelo relato do caso, pode-se perceber que o método do acusado não se alterou ao longo das décadas e que o reconhecimento de suas ações pela população se estendia por ampla área urbana. No entanto, mesmo tendo que cumprir procedimentos legais obrigatórios a cada ocorrência, a polícia parece reagir como se fosse a primeira vez que aquele indivíduo chegasse a um distrito. A atuação danosa de Guaraci não é detida de modo eficaz. Quando isso ocorre – período de detenção de 10 anos –, não se deve à eficiência do aparelho judiciário e penitenciário, mas a sua leniência. Isso, talvez, acabe por configurar a incapacidade da justiça e da polícia de lidar com a situação do relato apresentado. Por extensão, nos obriga a refletir sobre as instituições coercitivas e sua relação com a população de um modo mais geral.

Após 1991, perde-se o fio que conduz Guaraci do Nascimento no espaço urbano. Uma espécie de Febrônio ressurgiu em Belo Horizonte, sem as manifestações místicas, ritualísticas e homicidas do original, mas com um assombro ainda mais acentuado... mesmo que esse assombro tivesse sido atenuado pela força de crescimento da malha urbana ao longo de sua atuação e pela diluição desse personagem entre outras mazelas vividas pelas metrópoles.

Referências:

- BASTOS, Gláucia Soares. Como se escreve Febrônio. 1994. 175f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. p. 54.
- CASOY, Ilana. Serial killers: made in Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. p. 366.
- NAVA, Pedro. O círio perfeito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- Correio Mineiro, [Belo Horizonte], p. 8, 14 jan. 1934.
- Correio Mineiro, [Belo Horizonte], p. 8, 14 jan. 1934.
- Diário de Minas, [Belo Horizonte], p. 13, 21 out. 1951
- Diário de Minas, [Belo Horizonte], p. 13, 21 out. 1951.
- Estado de Minas, [Belo Horizonte], p. 14, 21 out. 1951.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 7-8.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 20.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 25.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Maço 36, 3ª Vara Criminal, 22/10/1951, p. 28-29.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 5. Grifos nossos.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 8-9. Grifo nosso.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 10.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 15. Grifo do autor.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 25.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 29.
- Autos judiciais contra Guaraci do Nascimento. Processo 175/57, 14/05/1957, p. 69.